



Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Anatane Pinto Hoppe

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS
UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DE IDOSOS**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2018

Anatane Pinto Hoppe

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS
UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DE IDOSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Solange Beatriz Billig Garces

Co-orientador: Prof. Dr. Tiago Anderson Brutti

Cruz Alta – RS, Maio 2018

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró – Reitoria de Pós – Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós – Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social –
Mestrado

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS
UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DE IDOSOS**

Elaborado por

Anatane Pinto Hoppe

Como requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social.

Comissão Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces (Orientadora) _____ UNICRUZ

Prof. Dr. Tiago Anderson Brutti (Co-orientador) _____ UNICRUZ

Prof.^a Dr.^a Silvia Virginia Coutinho Areosa _____ UNISC

Prof.^a Dr.^a Carla Rosane da Silva Tavares Alves _____ UNICRUZ

Cruz Alta – RS, ____ de _____ de _____.

Aos meus avôs, Jonato Ribeiro Pinto (*in memoriam*) e Edy Baptista Hoppe.

Às minhas avós, Maria de Jesus Ribeiro Pinto (*in memoriam*) e Josefa de Marins Hopp.

Ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã, dádivas de Deus em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus que me orienta e abençoa, pois até aqui me ajudou o Senhor.

Gratidão à minha família, que sempre foi o apoio de minha caminhada.

Gratidão aos meus pais Paulo Fernando e Ivanete pelos ensinamentos, pelo amor incondicional, por tudo o que fizeram e fazem por mim.

Gratidão à minha irmã Anadieles, pelo carinho, refúgio e esteio nessa caminhada.

Gratidão aos meus avós maternos (*in memoriam*) e aos meus avós paternos pelas orações a mim prestadas e pelos conselhos, os quais foram inspiração para essa pesquisa.

Gratidão à professora Solange Beatriz Billig Garces, a qual é mais que orientadora, é amiga e referência de profissionalismo. Agradeço pela convivência e pelo apoio constante.

Ao meu co-orientador Tiago Anderson Brutti, o qual cativa minha admiração e respeito através de seu trabalho e competência.

Aos professores da Banca, Silvia Virginia Coutinho Areosa, Carla Rosane da Silva Tavares, Solange Beatriz Billig Garces, Tiago Anderson Brutti pelo compromisso profissional, pela leitura crítica e valiosas sugestões que contribuíram significativamente com este trabalho.

Ao Município de Cruz Alta, aos órgãos governamentais e não governamentais, aos idosos pela colaboração e por aceitarem compartilhar seu conhecimento, que tanto contribuíram para os resultados desta pesquisa, agradeço a amizade, o apoio e a troca de conhecimento sem vocês esse trabalho não teria se concretizado.

Aos professores e colegas do Mestrado, pelo conhecimento construído. Em especial, às “Lindas do Mestrado” (grupo WhatsApp), pela amizade sincera e pelos momentos de descontração e devaneios em meio ao caos.

À UNICRUZ que por meio do Programa UNATI e GIEEH tornou, mais uma vez, possível a realização deste trabalho.

A todos que acreditaram e torceram por mim.

*“Na juventude deve-se acumular o saber. Na velhice fazer uso dele.”
(Rousseau)*

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DE IDOSOS

Autora: Anatane Pinto Hoppe

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

A pesquisa teve como objetivos identificar as instituições governamentais e não-governamentais que ofertam ações voltadas ao envelhecimento na cidade de Cruz Alta – RS; descrever as políticas públicas voltadas às pessoas idosas, ofertadas por essas instituições; investigar a implementação e efetivação das políticas públicas voltadas ao idoso no município de Cruz Alta, no sentido de analisar em quais existe maior implementação e efetivação, e em quais há maiores lacunas; conhecer os atores sociais que se envolvem com a questão do envelhecimento e a que instituição estão vinculados; e compreender as práticas socioculturais da sociedade civil e dos próprios idosos na busca por seus direitos. Os dados foram coletados a partir de análise documental e entrevistas estruturadas com os atores sociais, representantes dos órgãos governamentais e não governamentais (11 sujeitos), e com 63 idosos selecionados pelo critério de serem usuários cadastrados em Unidade de Estratégia de Saúde da Família - ESF com mais de 100 idosos, totalizando 15 ESF's e 74 sujeitos de pesquisa. Assim, a verificação de dados foi realizada por meio de categorias, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. As instituições governamentais identificadas foram o Serviço Social do Comércio - SESC, o Conselho Municipal do Idoso - COMID e a Universidade de Cruz Alta por meio do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade-UNATI e as instituições não governamentais foram a União das Associações de Moradores de Cruz Alta-UAMCA, a Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI, a Igreja Luterana Cruz e a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta. Os resultados da pesquisa demonstram que, dentre as políticas públicas mais lembradas pelos entrevistados, estão: saúde, socialização, geração de renda, assistência social, habitação e educação. No que diz respeito aos atores sociais, a maior representação é constituída por participantes da sociedade civil e governamental em espaços institucionais como o COMID, o SESC e a UNICRUZ. Com relação às práticas socioculturais dos representantes institucionais, ocorrem nos espaços específicos reservados para a busca pela política pública, como no caso das Secretarias de Desenvolvimento Social e de Saúde, dos Conselhos do Idoso e da Assistência Social, embora houve menção à necessidade do uso de outras práticas socioculturais que não por meio dos órgãos oficiais de reivindicação de direitos. Os entrevistados citaram a Promotoria, no caso de judicialização do direito, e, ainda, a Polícia, no caso de denúncias de maus tratos e/ou violência. No que se refere às práticas socioculturais exercidas pelos idosos em busca da efetivação de políticas públicas, os entrevistados alegaram que recorrem aos espaços que estão disponíveis (ESF, Secretaria de Saúde e Assistência Social, UPA, Prefeitura, Centro de Convivência do Idoso e Hospital), e que muitas vezes recorrem ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Informaram, também, que contam com familiares, com Agentes Comunitários de Saúde, médicos e terceiros, representados por advogados, sendo que os entrevistados referiram os terceiros como sendo pessoas com mais conhecimento (“pessoas que entendem mais”). Poucos referiram que buscam ajuda na Associação dos Aposentados e Pensionistas. Conclui-se que os representantes institucionais colaboram para que as políticas públicas se efetivem e que uma minoria dos idosos disseram participar dos espaços de reivindicação e efetivação das políticas públicas. Observou-se, além disso, a presença dos “jeitinhos”, visto que muitos idosos deixam de procurar os espaços institucionalizados para a reivindicação dos seus direitos.

PALAVRAS CHAVE: Envelhecimento. Políticas Públicas. Práticas Socioculturais.

ABSTRACT

PUBLIC POLICIES AND SOCIOCULTURAL PRACTICES USED FOR THE CLAIM OF ELDERLY RIGHTS

Autora: Anatane Pinto Hoppe

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

The research aimed to identify governmental and nongovernmental institutions that offer actions aimed at aging in the city of Cruz Alta - RS; describe the public policies aimed at the elderly, offered by these institutions; to investigate the implementation and effectiveness of public policies aimed at the elderly in the municipality of Cruz Alta, in order to analyze in which there is greater implementation and effectiveness, and in which there are greater gaps; know the social actors who are involved in the issue of aging and which institution are linked; and understand the sociocultural practices of civil society and the elderly themselves in the search for their rights. Data were collected from documental analysis and structured interviews with social actors, representatives of governmental and nongovernmental organizations (11 subjects), and 63 elderly people selected by the criterion of being registered users in a Family Health Strategy Unit (ESF) with more than 100 elderly people, totaling 15 ESF's and 74 research subjects. Thus, data verification was performed using categories, using the technique of content analysis. The government institutions identified were the Social Service of Commerce - SESC, the Municipal Council of the Elderly - COMID and the University of Cruz Alta through the UNATI Open University Program - and the non-governmental institutions were the Union of Residents Associations of Cruz Alta-UAMCA, the Long-Term Institution for the Elderly (ILPI), Cruz Lutheran Church and Cruz Alta Retirement and Pensioners Association. The results of the research show that among the public policies most remembered by the interviewees are: health, socialization, income generation, social assistance, housing and education. With regard to social actors, the largest representation is made up of participants from civil society and government in institutional spaces such as COMID, SESC and UNICRUZ. With regard to the socio-cultural practices of institutional representatives, they occur in the specific spaces reserved for the search for public policy, as in the case of the Secretariats of Social and Health Development, the Elderly Councils and Social Assistance, although there was mention of the need to use other socio-cultural practices than through official rights-claiming bodies. The interviewees cited the prosecution, in the case of judicialisation of the right, and also the police, in case of reports of mistreatment and / or violence. Regarding the socio-cultural practices practiced by the elderly in the pursuit of public policies, the interviewees claimed that they use the spaces that are available (ESF, Health and Social Assistance Department, UPA, City Hall, Center for the Coexistence of the Elderly and Hospital) , and who often resort to the Public Prosecutor's Office and the Public Defender's Office. They also reported that they have relatives, Community Health Agents, doctors and third parties, represented by lawyers, and the interviewees referred the third parties as being more knowledgeable ("people who understand more"). Few have reported seeking help from the Pensioners' Association. It is concluded that the institutional representatives collaborate so that the public policies are effective and that a minority of the elderly said to participate in the spaces of claim and effectiveness of public policies. It was also observed the presence of the "ways", since many older people fail to look for the institutionalized spaces for the claim of their rights.

KEYWORDS: Aging. Public Policy. Socio-cultural Practices.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 01 –	IBGE: Censo Demográfico 2010.....	38
Tabela 02 –	População e amostra de pesquisa - instituições governamentais e não governamentais.....	39
Tabela 03 –	População e amostra de pesquisa - idosos.....	40
Tabela 04 –	Instituições e órgãos governamentais e não-governamentais responsáveis pela instituição das políticas públicas no município de Cruz Alta – RS....	68
Tabela 05 –	Conceito de políticas públicas para os idosos entrevistados.....	72
Tabela 06 –	Conhecimento prático dos idosos entrevistados sobre as políticas públicas.....	77
Tabela 07 –	Tomada de conhecimento das políticas públicas por parte dos idosos.....	80
Quadro 01–	Práticas socioculturais utilizadas pelos representantes da sociedade civil e órgãos governamentais para efetivação dos direitos dos idosos.....	103
Quadro 02–	Práticas socioculturais utilizadas pelos idosos para efetivação das políticas públicas.....	105
Quadro 03–	Locais (Prefeitura, no Conselho e na Câmara de Vereadores) onde os representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais buscam ajuda para efetivação das políticas públicas.....	109
Quadro 04–	Locais onde os idosos buscam ajuda para efetivação das políticas públicas.....	111
Quadro 05–	Participação dos representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais nos espaços de reivindicação de direitos.....	113
Quadro 06–	Participação dos idosos entrevistados nos espaços de reivindicação de direitos.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNDI	Conselho Nacional do Idoso
COMID	Conselho Municipal do Idoso
COPAB	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRE	Centro de Referência do Envelhecimento
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ESF	Estratégia de Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
FDRH	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do RS
GIEEH	Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
ILPI	Instituição de Longa Permanência
INPEA	<i>International Network for the Prevention of Elder Abuse</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MIS	Movimento dos Idosos Solidários
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNI	Política Nacional do Idoso

PPG	Programa de Pós - Graduação
PPSUS	Programa de Pesquisa para o SUS
PROBIN	Programa de Bolsas Institucionais
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAMCA	União das Associações dos Moradores de Cruz Alta
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA.....	13
1.1	Objetivos.....	28
1.1.1	Objetivo Geral	28
1.1.2	Objetivos Específicos.....	28
2	CAPÍTULO II - CAMINHO METODOLÓGICO.....	30
2.1	Processo Epistemológico	30
2.2	Processo Metodológico.....	37
2.2.1	Abordagem e Tipo de Pesquisa	37
2.2.2	Contexto de realização da pesquisa	38
2.2.3	População e Amostra de Pesquisa	39
2.2.4	Instrumentos e Procedimentos de Pesquisa	41
2.2.5	Análise e Interpretação dos Dados	42
2.2.6	Cuidados Éticos	43
3	CAPÍTULO III - ENVELHECIMENTO HUMANO E AS CONSEQUÊNCIAS PÚBLICAS E PRIVADAS.....	44
4	CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENVELHECIMENTO	53
4.1	Espaços institucionais para a proposição, a efetivação e o controle social de políticas públicas.....	55
4.2	- Atores Sociais: a possibilidade dos idosos.....	56
5	CAPÍTULO V- PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DA SOCIEDADE CIVIL VOLTADAS PARA A PROPOSIÇÃO, EFETIVAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA	65
5.1	Instituições governamentais e não-governamentais que ofertam ações voltadas ao envelhecimento na cidade de Cruz Alta - RS.....	66
5.2	Políticas públicas voltadas às pessoas idosas, ofertadas por instituições governamentais e não-governamentais na cidade de Cruz Alta-RS.....	70
5.3	Implementação e efetivação das políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer, transporte, cultura) no município de Cruz Alta-RS.....	85
5.4	Atores sociais (sociedade civil e governamental) que se envolvem com a questão do envelhecimento e as instituições a que se vinculam.....	94

5.5 Práticas socioculturais usadas pelos representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais na busca dos seus direitos.....	103
6 CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	135

1 CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA

Observamos, atualmente, um aumento significativo na longevidade da população no mundo todo. No Brasil, esse processo vem crescendo de forma acelerada. Tal fenômeno ocorre em razão da diminuição da taxa de natalidade e da melhoria da ciência médica por meio de vacinas e medicamentos que possibilitam a ampliação dos anos de vida. Em relação a isso, Minayo (1997, p. 169) explicita que:

Tal mudança demográfica se deve a vários fatores: o controle de muitas doenças infecto-contagiosas(*sic*)e potencialmente fatais, sobretudo a partir da descoberta dos antibióticos, dos imunobiológicos e das políticas de vacinação em massa; diminuição das taxas de fecundidade; queda da mortalidade infantil, graças à ampliação de redes de abastecimento de água e esgoto e da cobertura da atenção básica à saúde; acelerada urbanização e mudanças nos processos produtivos, de organização do trabalho e da vida.

Sabemos que, com o aumento da longevidade, vêm à tona dificuldades para a socialização do idoso, razão pela qual se faz necessário buscar formas para que persistam inseridos na sociedade em condições dignas e com qualidade de vida.

O idoso, no Brasil, representa hoje uma questão social que precisa ser evidenciada. A população idosa vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas, representando em 2010 mais de 21 (vinte e um) milhões de pessoas, cerca de 11% (onze por cento) da população brasileira, conforme dados oficiais do último censo (IBGE, 2010). A população idosa, assim considerada a partir dos 60 (sessenta) anos de idade pela legislação brasileira, vem crescendo rapidamente nas últimas décadas, representando em 2015 cerca de 14,3% da população brasileira (IBGE, 2016).

Dessa forma, o envelhecimento humano não pode ser apenas considerado pela ótica da cronologia, ou seja, da idade, é necessário também ter uma percepção de vários outros aspectos, dentre os quais se destaca o caráter social acerca da velhice.

Nessa perspectiva, a sociedade impõe imperativos de produção, agilidade e modernidade. O idoso, por questões biológicas, pode apresentar algumas limitações ou pequenas dificuldades, mas isso não significa a incapacidade de realizar tarefas. Porém, na perspectiva social atual, o idoso é considerado muitas vezes como um incômodo, por não atuar na velocidade e na maneira que os jovens julgam mais corretas ou mais adequadas. Na década de 1970, já expressava Beauvoir em seu clássico “A velhice” (1990, p. 265), “[...] é a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela”.

O envelhecimento populacional constitui uma das maiores conquistas do presente século. Poder chegar a uma idade avançada, já não é mais privilégio de poucas pessoas. Em contraposição, muitas sociedades não são consequentes com essas mudanças demográficas, pois as mesmas atribuem valores relacionados à competitividade para seus grupos, valorizam a capacidade para o trabalho, para a independência e para a autonomia funcional (VELOZ; SCHULZE; CAMARGO, 1999).

Em uma sociedade caracterizada pelo poder, a qual busca desenfreadamente o lucro, o idoso muitas vezes aparece como uma trava no desenvolvimento, desconsiderando toda a contribuição social que estes deram e ainda dão à produção de bens, serviços e conhecimentos. Como afirma Oliveira (2002, p. 46), “um aspecto marcante é o da ansiedade e impaciência, características da sociedade atual. Diante dessa neurose da velocidade, torna-se incompatível e até perda de tempo aceitar um ritmo mais lento por parte dos idosos”. Assim, é mais cômodo realizar uma atividade do que possibilitar que o idoso a faça.

Assim, devido a todas as dificuldades de enfrentamento da realidade social, muitos idosos negam a própria existência e a própria idade, para que possam ser novamente aceitos nos grupos mais jovens. Tal comportamento se resume ao não enfrentamento da velhice, pois se manter jovem e ativo é o desejo de todos aqueles que estão envelhecendo, porém é necessário ter consciência da idade, aceitando-a e vivendo plenamente. Apesar de que, manter-se ativo numa sociedade que afirma a incapacidade do idoso é um desafio a ser vencido.

A velhice não é sinônimo de doença, mas sim é uma etapa do processo de desenvolvimento humano. Todavia, as limitações, incapacidades e dificuldades não são problemas apenas dos idosos. Há muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos que possuem dificuldades e problemas de mobilidade reduzida, devido a diversas causas patológicas. Dessa forma, torna-se ingênuo considerar a velhice como uma limitação ou deficiência. O impacto de estereótipos negativos para a auto-percepção levam o idoso a crer que suas possibilidades

de ação se esgotam (LEVY, 2002). Estas considerações trazem impactos negativos, que resultam na não-aceitação ou distorção desta etapa da vida.

Na sociedade, percebe-se que a dificuldade de enfrentar os paradigmas da velhice se sobrepõe às considerações culturalmente postas. Rejeitar a velhice desvela-se como um preconceito, que há vários anos impera na sociedade brasileira. Para Silva (2003, p. 110), “a condição do velho na atualidade não tem revelado grandes alterações dos tempos remotos”. Mesmo com a evolução tecnológica e social, muitos problemas ainda são encontrados quando se trata do envelhecimento, pois não há inovações, mas disparidades marcantes. Para o mesmo autor “a urbanização e a industrialização acentuaram as desigualdades que, associadas aos preconceitos e estigmas vêm demonstrando que as experiências acumuladas durante a vida não estão sendo aceitas pelos mais jovens” (SILVA, 2003, p. 110).

Nessa perspectiva, mesmo vivenciando inovações, nos mais distintos campos, o idoso enfrenta problemas sociais graves: “No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se a uma ampla lista de questões sociais não resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão” (CAMARANO, 2004, p. 254).

Para muitos idosos, a realidade de exclusão foi presente no decorrer de toda a sua trajetória de vida e se acentuou ainda mais na velhice. Essas condições trazem repercussões ainda piores, ao se pensar que na única fase que acreditavam alcançar a dignidade e o respeito, tornam-se vítimas de um sistema opressor e excludente.

Destarte, para que os fatores negativos da velhice sejam ultrapassados ou ao menos amenizados, torna-se relevante reconhecer qual é o seu papel social, exercido ao longo de sua existência, como também nessa etapa de vida.

O papel do idoso foi determinado por costumes e ações provenientes da cultura, como também do contexto histórico no qual está inserido: “O estatuto da velhice é imposto ao ser humano pela sociedade à qual pertence, sendo influenciado pelos valores culturais, sociais, econômicos e psicológicos de uma sociedade que determina o papel e o *status* que o velho terá” (SILVA, 2003, p. 96). Assim, a função social que é atribuída ao idoso, foi culturalmente constituída. Conforme afirma Ferrigno (2006, p. 18-19), a construção social das gerações se concretiza por meio do estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada uma delas, em diferentes etapas da história.

A existência social do idoso representa que este não é apenas um indivíduo, sujeito biológico, que se restringe a um processo de evolução do nascimento até a morte. Como afirma Bazo (1996, p. 209), “a velhice, mais que um conceito biológico, é uma construção

social”. E, por se tratar de uma construção social, deve revestir-se de valor. Porém, na maioria das vezes o valor atribuído é negativo, frisando a incapacidade, fragilidade ou inadequação do idoso frente à sociedade.

Com isso, esses estereótipos representam uma cultura de valorização do novo e, como consequência, comprovam que o idoso, apesar de toda experiência acumulada e das contribuições realizadas para a constituição da sociedade atual, não passa muitas vezes de um problema a ser solucionado.

O idoso, ao longo de sua trajetória de vida, vivenciou na juventude e na maturidade papéis sociais, que aos poucos foram sendo apagados ou desconsiderados em sua existência. Esse sujeito teve sua representatividade no mercado de trabalho e também na sua família enquanto pai, mãe ou chefe da mesma. Porém, com o passar dos anos, esses papéis vão se perdendo, especialmente quando chega no período de se aposentar. A própria palavra “aposentar-se” já traz em si um estigma que marca uma saída, a finalização de uma etapa.

Segundo Beauvoir (1990, p. 325), a aposentadoria introduz uma radical descontinuidade; há ruptura com o passado; o homem deve adaptar-se a uma nova condição, que lhe traz certas vantagens (descanso), mas também graves desvantagens: empobrecimento, desqualificação.

Todos nós, seres vivos, possuímos um tempo de vida limitado e com o passar dos anos sofremos mudanças fisiológicas. A vida pode ser dividida em fases de desenvolvimento: pré-natal, infância (0 a 12 anos), adolescência (12 aos 18 anos), vida adulta (18 aos 60 anos) e velhice (após 60 anos). Nesse processo existem três fases principais: a fase de crescimento e desenvolvimento, a fase reprodutiva, a senescência e envelhecimento (CANCELA, 2007).

Na fase adulta é que alcançamos a capacidade para o trabalho, período em que somos úteis para a sociedade e para o Estado. Quando chega ao fim, deixamos de ter utilidade e passamos a ser vistos como “velhos”, pois todos sabemos que o envelhecimento faz parte do ciclo da vida humana e quando chega precisamos nos aposentar.

Culturalmente o homem é condicionado à produção e, nesse aspecto, os jovens preenchem os espaços, enquanto os idosos são vítimas de discriminação social que não deixa de ser uma marginalização social, visto que ainda persiste o mito de que o idoso não possui condições para o trabalho, sendo incapaz de aprender e, apesar da aposentadoria ser uma conquista social, ainda desqualifica o idoso perante a sociedade em que convive.

A visão que se tem acerca da aposentadoria desconsidera todas as atividades desenvolvidas anteriormente pelo aposentado, que lhe garantiram o direito à seguridade da previdência. O aposentado é considerado como sujeito que não tem mais capacidade de

contribuir para a sociedade, pois não trabalha e não produz algo útil ou novo. Esse posicionamento pejorativo confirma a ausência de um papel social, uma vez que o trabalhador se torna um inativo, não tendo mais representatividade.

Para o Estado, como a população está envelhecendo, a relação entre contribuinte e beneficiário se torna cada vez mais delicada. A população ativa tende a diminuir e a população aposentada está aumentando, o que interfere diretamente sobre a percepção da velhice. Nesse sentido, a aposentadoria é um marco social que caracteriza o início do ciclo do envelhecimento e, ao mesmo tempo em que está assegurando um direito, associa-se a ideia de incapacidade. Dessa maneira, Jordão Netto (1997, p. 65) afirma que:

Aposentadoria significa uma espécie de ‘atestado oficial’ de envelhecimento do sujeito, um símbolo do ritual de passagem que vai estigmatizá-lo como um ‘inativo’ e decretar, em última análise, sua velhice como agente produtivo e por extensão, sua velhice também como ator social.

Percebemos, então, que os sujeitos são preparados a vida toda para exercer determinado papel social representado por uma profissão. Entretanto, depois de anos de atividade, a sociedade permite sua aposentadoria, tirando-lhe seu papel social. Assim, notamos que há a preparação para o trabalho, mas não há uma educação que prepare para a aposentadoria (STEGLICH, 1992).

Para Whitaker (2007, p. 107), “[...] o ser humano nasce programado para a atividade e, o trabalho é, portanto, categoria universal que humaniza, já que permite a construção e manutenção da cultura e a produção do grupo em qualquer tipo de sociedade”. Já o sujeito aposentado é considerado como alguém inútil ou incapaz de realizar alguma atividade, porque “as estruturas sociais organizadas em vista da produção, do trabalho e do lucro valorizam as pessoas pela sua produtividade, isto é, pela sua capacidade de trabalho. Neste sentido, ocorre uma discriminação das pessoas mais idosas” (STEGLICH, 1992, p. 52).

Na família, o idoso também sofre com a perda ou diminuição de sua função social. Em muitas situações, os filhos e netos desconsideram a trajetória e as atividades desempenhadas ao longo da vida por estes idosos, os quais foram chefes, provedores e responsáveis pela educação. Muitos descendentes desvalorizam toda contribuição dos idosos, apesar de existir em muitos casos uma dependência financeira (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA; 2012, p. 5). As autoras relatam que:

Ao mesmo tempo em que a família mantém a distribuição de recursos, proteção, cuidados e educação, também negligencia o idoso, atribuindo-lhe um *status* de inútil. Por um longo tempo, a pessoa idosa foi responsável pelo gerenciamento da instituição familiar, tendo que tomar decisões, além de manter todas as necessidades dos seus membros. Mas, quando a velhice chega, o idoso passa a ser visto como frágil, uma pessoa incapaz de dar juízo de valor frente alguma situação ou tomar decisões (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; 2012, p. 5).

Dessa maneira, a velhice é social e culturalmente considerada uma categoria de caracterização do idoso enquanto sujeito improdutivo, que não apresenta possibilidades de perspectivas futuras. A população idosa, então, representa um grande problema social, um grande contingente de pessoas que são consideradas dependentes e descartáveis (JORDÃO NETTO, 1997).

Assim, torna-se relevante pensar nos aspectos sociais da velhice remetendo-nos aos papéis sociais que os idosos assumiram durante toda sua vida e a perda também a partir do momento em que alcançaram essa etapa de vida. Portanto, percebemos que aparecem novos desafios nos espaços abertos para o ser em envelhecimento, que tem necessitado de atenção para que não perca sua autonomia, sua liberdade, sua capacidade de tomada de decisões, não sendo anulado e considerado como alguém incapaz (ALENCAR; CARVALHO, 2009).

Ao se pensar o processo de envelhecimento e a velhice, torna-se importante relacionar esses à sociedade, uma vez que o homem é integrado ao meio social, independentemente de sua idade. Todavia, pensar numa sociologia do envelhecimento¹ possibilita uma nova dimensão social daqueles sujeitos que nunca saíram da sociedade, mas que se encontram marginalizados pela mesma.

Desse modo, a sociologia do envelhecimento, por ser uma questão social, se torna uma área crescente. Os autores mais conhecidos que tratam deste assunto são Moragas (1991), Morandini (2004), Jordão Netto (1997), Steglich (1992), Whitaker (2007) e Beauvoir (1990).

O idoso durante sua vida sofreu o processo de socialização, que o integrou à sociedade e também aos costumes éticos e morais e à própria cultura. No entanto, a socialização ocorre de maneira constante, pois os sujeitos se adaptam às novas condições que lhes são impostas ou propostas, porém não se restringe apenas às etapas iniciais do desenvolvimento humano (MORAGAS, 1991).

¹ A sociologia do envelhecimento pressupõe uma análise do idoso, enquanto sujeito que tem papéis sociais e que inserido neste contexto, pode se constituir como um ator social, capaz de lutar pelos seus direitos e de se mobilizar em favor do reconhecimento e por melhores condições de vida.

Já o processo de socialização perpassa por várias etapas. A aceitação consiste em interiorizar valores; a acomodação supõe um maior grau de interiorização e ajustamento dos valores externos aos próprios; adaptação exige uma mudança da conduta individual mais incisiva que a acomodação; a assimilação refere-se à interiorização de valores sociais pelo indivíduo de maneira permanente; a integração é a última etapa do processo de socialização, pressupondo a interiorização global dos valores e manifestações externas de sua conduta (MORAGAS, 1991).

Com o passar dos anos, os idosos não irão se desprender de todos os seus valores, porém estão inclusos no processo agregando alguns aspectos às suas condutas através da adaptação (ou tentativa de adaptação) à sociedade contemporânea. Esse segmento não perde suas características socioculturais com o passar do tempo, contudo deve buscar a incorporação de seus valores éticos e morais para os demais grupos da população, contribuindo para a socialização dos mais jovens.

A sociologia do envelhecimento surge da necessidade de manter a integração do idoso ao contexto social, confirmando que a idade não é condicionante da capacidade ou não do exercício de papéis sociais definidos.

Esse ramo da sociologia busca a manutenção do processo de socialização do idoso, integrando-o ao seu contexto social, definindo papéis e salientando a importância deste segmento populacional integrante da sociedade. Para que isso possa se efetivar é necessário que os preconceitos e estigmas acerca da velhice sejam superados, pois, “a sociedade demonstra uma certa dose de intolerância (inversão) social para o idoso” (MORANDINI, 2004, p. 290).

Sabemos que a velhice é uma questão social atual e demanda ações emergenciais, uma vez que a população idosa está crescendo rapidamente. Outrossim, esse fato implica na demanda de mais recursos, além de uma organização social que permita a aceitação do idoso, pois, o envelhecimento é inevitável, ao menos que ocorra uma morte prematura.

Se, na perspectiva social, os idosos são coagidos ao isolamento, dado que toda a estruturação da sociedade orbita em torno da população jovem, envelhecer leva a uma situação de degradação altamente aversiva e indesejada.

Os idosos, por sua vez, sentem dificuldade em acompanhar o desenvolvimento dos mais jovens e também por muitas vezes não conseguem admitir o comportamento ou valores desses grupos. Entretanto, o convívio social do idoso vai se restringindo se não consegue se adaptar ou ao menos aceitar as mudanças contínuas que ocorrem na sociedade.

Pensar o processo de envelhecimento alerta para todas as problemáticas sociais que, o segmento vem enfrentando na realidade brasileira, não podendo restringir a focos isolados de dificuldades. Por conseguinte, a cultura de incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice, impondo que toda pessoa que atinge os 60 (sessenta) anos torna-se incapaz, principalmente se essa for proveniente de uma classe social mais baixa. Logo, o idoso vivencia duas das piores situações impostas pela sociedade: “ser pobre e velho, numa sociedade que só glorifica quem tem posses e valoriza quem é suficientemente jovem para produzir e consumir de acordo com os interesses dos detentores dos meios de produção” (JORDÃO NETTO, 1997, p. 68).

Em razão dessa condição de exclusão imposta aos idosos, esses surgem como uma nova categoria social que se organiza para reivindicar seus direitos (GOHN, 2010). A partir desse posicionamento como um movimento de luta constante por seus direitos, a legislação brasileira, desde a década de 1980 inclui a pessoa idosa na Constituição Federal (BRASIL, 1988). A partir de então outras legislações específicas começaram a surgir, dentre as quais a mais relevante é o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Em Cruz Alta – RS, surge no ano de 1999 a Lei Municipal que instituiu o Conselho do Idoso para reivindicar e deliberar sobre os direitos da pessoa idosa.

Oficialmente, o movimento em prol do idoso inicia no Brasil representado por organizações como o Serviço Social do Comércio (SESC), a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), as quais tiveram papéis importantes para a transformação da velhice em questão social (GARCES, 2012, p.178).

Já na década de 1980 os movimentos da sociedade que forjaram a abertura política no Brasil tinham clareza quanto as limitações do regime democrático representativo e, portanto, buscavam referenciais teóricos da chamada “democracia participativa” ou da “democracia deliberativa” que pudessem contribuir para a construção de novas institucionalidades no Estado brasileiro (CICONELLO, 2008, p. 02).

Pontualmente, no Brasil, desde os anos 1980, os movimentos e organizações sociais se apresentam como uma nova forma de intervenção social. Possuem o papel de promover a inclusão social, a cidadania e a transformação de práticas arraigadas na sociedade que impedem a afirmação e o reconhecimento dos direitos (AMORIM, 2007, p. 371).

Para Gohn (1995, p. 35), os movimentos sociais populares nos anos de 1970/1980 se alteraram. Alguns entraram em crise de militância, credibilidade ou legitimidade junto à população. Todavia, surgiram novos movimentos sociais mais centrados em questões éticas,

de revalorização da vida humana e valorização cultural, além de mencionar a estrutura de “movimentos nacionais, a partir de questões sociais dadas pela problemática geracional, como o Movimento dos Meninos de Rua ou o Movimento dos Aposentados”.

Ainda, afirma a autora que os movimentos sociais voltam a ter centralidade e visibilidade, mas diferem em suas causas, demandas, tempo de existência, projetos, visão de mundo e articulação interna e externa. Com isso, deslocam sua identidade e incorporam outras dimensões de pensamento e ação social, alterando portanto, seus projetos e política cultural (GOHN, 2010).

Dado ao exposto, “com a crescente mobilização social, as minorias excluídas surgem nos cenários sociais. Dentre esses se juntam os movimentos geracionais, ainda que atrelados ao movimento dos aposentados e pensionistas, que terão seu ápice a partir dos anos de 1990. A participação do idoso em movimentos sociais trouxe a possibilidade de seu reconhecimento, demonstrando que é um ator social e como tal luta por seus direitos” (GARCES, 2012, p. 182).

Assim, primeiramente, no Brasil, tratou-se a velhice como questão privada e para se constituir como uma questão social houve um processo histórico de construção:

[...] Posteriormente, com o surgimento das mobilizações sociais das minorias, os idosos se inseriram, inicialmente por razões apenas financeiras, através do movimento dos aposentados e pensionistas. Foi justamente essa inserção que abriu espaço público para o aparecimento da “Terceira Idade” como questão pública com diversas outras demandas sociais a solicitar na esfera pública como direito e não apenas como assistência (GARCES, 2012, p. 185-186).

Nessa perspectiva, como resultado desses movimentos, o artigo 14 da Constituição de 1988 garantiu a iniciativa popular como iniciadora de processos legislativos. Já o artigo 29 sobre a organização das cidades requereu a participação dos representantes de associações populares no processo de organização das cidades. Além de outros artigos que requereram a participação das associações civis na implementação das políticas de saúde e assistência social. Sendo assim, a Constituição foi capaz de incorporar novos elementos culturais surgidos no âmbito da sociedade na institucionalidade emergente (AVRITZER, 2003, p. 06-07).

Sabemos que a Constituição Federal assegura e tutela diversos direitos voltados ao idoso. O artigo 229 é um dos mais importantes no que diz respeito à promoção de um envelhecimento bem-sucedido e com qualidade de vida. A Carta Magna estabelece a responsabilidade dos filhos maiores de idade, aos quais foi atribuída a obrigação de amparar

os pais na velhice, carência ou enfermidade: “Art. 229 - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988, p. 01).

Com isso, o artigo 230 da Constituição Federal é outro exemplo de direito tutelado ao longo, no que se refere à forma ampla do amparo, ao estabelecer que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar os idosos, lhe assegurando participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e, principalmente, garantindo seu direito à vida. O § 1.º do mencionado artigo, acentua a responsabilidade da família, ao dispor que os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em seus lares.

Já o § 2.º do mesmo artigo assegura aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos a gratuidade nos transportes coletivos. Em relação a esse último artigo, em Cruz Alta/RS, a Lei Municipal Nº 2311, de 05 de março de 2013, estabelece que aos usuários do transporte público, com mais de 60 (sessenta) anos de idade, são asseguradas a gratuidade no transporte coletivo urbano municipal, o que caracteriza a implementação de uma política pública pela Secretaria Municipal da Administração e Desenvolvimento Humano da Prefeitura Municipal de Cruz Alta.

Em consonância, o Estatuto do Idoso – Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, regula os direitos assegurados aos idosos, em seus 118 artigos, os quais trazem todas as garantias asseguradas às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Cumprir destacar ainda, o direito à “superprioridade”, garantida às pessoas com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos, sendo que esses devem ser atendidos antes de todos, inclusive dos outros idosos, nas filas preferenciais de estabelecimentos públicos e privados (Lei Nº 13.466/2017). Destacamos ainda que a referida legislação alterou os artigos 3º, 15 e 71 do Estatuto do Idoso, em virtude da regulamentação da prioridade especial das pessoas maiores de oitenta anos.

Com isso, o Senado aprovou a inclusão da “educação e aprendizagem ao longo da vida” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (PLC 75/2017). Além de constar como um dos princípios do ensino brasileiro, o conceito vai orientar a educação de jovens, adultos e de pessoas com deficiências. Assim, o conceito aproxima a legislação do pensamento educacional contemporâneo, ao garantir um processo de desenvolvimento contínuo. Segundo o relator da proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cristovam Buarque (PPS–DF), trata-se de garantir conhecimentos sempre atualizados. Dessa forma, a Lei nº 13.632 de 06/03/2018 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida (LEI nº 13.632/2018).

Portanto, os direitos da pessoa idosa estão definidos nas legislações brasileiras expendidas aqui, as quais foram conquistadas por meio dos movimentos e lutas sociais. Visto que, importa agora ao idoso fazer valer os seus direitos para que possam ser realmente efetivados, desenvolvidos direta ou indiretamente pelo Estado, visando assegurar os seus direitos e garantias. Simone de Beauvoir (1990), em seu clássico sobre o envelhecimento humano, discorrendo sobre a velhice pondera que, para ser tratado com dignidade, o homem necessita ter vivido sempre de forma digna.

Corroboramos que, para garantir os seus direitos e viver de forma digna, a sociedade civil precisa se apropriar das políticas públicas e das suas práticas socioculturais, sendo que entendemos políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Dessa maneira, Lynn (1980) define política pública como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já, Peters (1986) segue o mesmo: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Assim como, Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz, citado por Souza (2003, p. 12-13).

O papel da política pública é definido também como a solução de problemas. Podemos, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Destarte, a nova realidade demográfica faz com que seja necessário implementar políticas públicas que reconheçam o aumento significativo do número de idosos e que se preocupe com a questão do envelhecimento.

Dado ao exposto, esse trabalho também trata das práticas socioculturais que são desenvolvidas, na maioria das vezes, pelos representantes dos órgãos governamentais e pela sociedade civil, as quais conceituam-se na proposta deste PPG:

[...] Entende-se como práticas socioculturais, as voltadas ao desenvolvimento social que se constituem em ações planejadas e realizadas, por meio de projetos e/ou estratégias socioeducativas, que envolvem arte, cultura, política, economia, saúde, educação, meio ambiente e demais áreas. Assim, as práticas socioculturais enfocam questões da sociedade atual, dentro das várias dimensões, tendo em vista a melhoria da atuação dos sujeitos em seu campo de atuação (UNICRUZ, 2013, p. 9).

Acreditamos então, que “a maior preocupação reside na implementação e operacionalização, pelo governo e pela sociedade civil, de ações que minimizem a situação do idoso evitando um agravamento do panorama hoje pouco otimista (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2009, p. 230).

E assim, o idoso deve ser visto como um cidadão de direitos capaz de exercer a sua própria cidadania, considerando que “cidadão é o indivíduo que, de forma organizada, participa da sociedade e, com argumentos assentados sobre o direito, ocupa um lugar que lhe garante viver com dignidade, “senhor” de seu destino e capacitado a papéis que ajudem o desenvolvimento da comunidade e de seu país” (FERNANDES, 1997, p. 39).

Para que o idoso exercite seu papel social e conquiste seu espaço na sociedade, alcançando a qualidade de vida almejada é imprescindível a intervenção da sociedade civil, tendo como intuito conscientizar a presente demanda social, ao estabelecer a efetivação das políticas públicas, em prol da valorização do idoso, tendo em vista que:

As políticas públicas específicas para o idoso situam-se como um alerta e acusam a insensibilidade do país com relação a esse segmento etário. Ao mesmo tempo em que a ciência desenvolve instrumentos capazes de prolongar a vida do homem, oferecendo recursos tecnológicos, de proteção e segurança, a sociedade desestimula a participação da população idosa nos processos socioeconômicos e culturais de produção, decisão e integração social (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2009, p. 229).

Nesse contexto, as autoras citadas acima fazem referência a não participação da população idosa no meio social e na tomada de decisões, destacando que as políticas públicas voltadas ao idoso servem como um alerta para o país, requerendo ações comprometidas da esfera pública e civil para oferecer uma velhice com qualidade de vida.

Esses conceitos, se fazem pertinentes em razão da presente pesquisa vir ao encontro da linha de pesquisa Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea, do Programa de

Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ, que busca a discussão teórica das práticas de intervenção que envolve as diferentes faces da formação e desenvolvimento humano, numa abordagem ética e cidadã que perpassa os ciclos da vida.

E, por ser essa uma das linhas de pesquisa desse programa, o trabalho torna-se relevante a medida em que se necessita da formação de profissionais e agentes sociais qualificados ao exercício de práticas socioculturais. Todavia, é o caso do envelhecimento humano, ao buscar a transformação de uma sociedade com paradigmas de que os idosos são desvalidos, desqualificados ou inúteis, necessitando, com urgência, resgatar o respeito com os “velhos” para que tenhamos uma sociedade que coloque em prática a dignidade humana e ao direito de envelhecer, com qualidade de vida.

Cumprir referir ainda, que apesar de existirem inúmeras pesquisas sobre envelhecimento, essa se torna diferenciada, uma vez que o seu contexto é tão somente na cidade de Cruz Alta – RS, motivo pelo qual será demonstrado por meio de questões voltadas aos idosos, como por exemplo, quais políticas públicas estão efetivadas ou então, se existe a participação da sociedade civil para o planejamento e a execução das práticas socioculturais.

Assim, esse estudo sobre a compreensão dos idosos e dos representantes da sociedade civil, acerca das políticas públicas e das práticas socioculturais utilizadas para a reivindicação e posituação de seus direitos despertou minha inquietude e apresenta extrema relevância social, à medida que buscou-se conhecer por meio das entrevistas realizadas o que está ou não implementado, explicitando ainda a participação do Município, por meio de suas Secretarias, bem como dos três poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Ao mesmo tempo, procurou-se saber qual o devido conhecimento daqueles que atuam diretamente nas políticas públicas destinadas aos idosos, para que possam contribuir para sua implementação e a efetivação, por meios legais de acesso.

Com essa proposta de dissertação queremos abordar a condição social da pessoa idosa na atualidade, justificando em razão das seguintes considerações:

- Embora haja um aumento da população idosa, ainda grande parte dos indivíduos idosos pode ser considerado socialmente excluído, fazendo parte das “minorias”;
- Em nosso tempo, dependemos muito das novas tecnologias e essas ferramentas muitas vezes não alcançam a população idosa;
- Com o aumento da urbanização e a vinda das pessoas idosas para a cidade, há espaços que privilegiam a juventude, em detrimento dos idosos; pois muitas vezes não chega até a população idosa o acesso ao conhecimento de seus direitos, elencados na Constituição

Federal de 1988 e na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); assim como a sociedade civil não conhece os espaços de reivindicação dos direitos, nesse caso da pessoa idosa, e as práticas socioculturais acabam seguindo caminhos do senso comum ou do “jeitinho” para a busca desses direitos.

Considerando ainda, que os idosos são parte de um grupo minoritário na população, porquanto são pessoas que em razão de sua idade são desvalorizadas e discriminadas. Denotamos que é importante demonstrar que esses processos são práticas de discriminação que devem ser combatidas. Para que a implementação de políticas públicas que garantam os direitos elencados na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso seja conhecida pela sociedade civil, além de práticas socioculturais adequadas para sua positividade. Por conseguinte, entendemos que essa pesquisa contribuirá para que as práticas socioculturais da sociedade civil ampliem as garantias de direitos à pessoa idosa, seja do direito à fila no supermercado ou banco, nos assentos no transporte, sejam os direitos prioritários à saúde, a espaços de convivência, à moradia e à segurança. Nesse sentido, apesar de existir muitas pesquisas sobre o tema, consideramos ser extremamente relevante em razão de ser realizada no município de Cruz Alta – RS, que apresenta 14,32% (quatorze e trinta e dois por cento) do total de sua população de pessoas idosas (IBGE, 2010). Dessa forma, o estudo vai socializar conhecimentos de quais práticas são necessárias para as garantias dos direitos e, essas práticas serão publicizadas por meio de reuniões com os órgãos que participaram da pesquisa, como o COMID, com o propósito de dar um retorno aos idosos e aos representantes da sociedade civil.

Ainda, em termos pessoais não poderíamos deixar de descrever que o que mais motivou essa pesquisadora, para que esse tema fosse explorado é o convívio com os avós, desde criança, vivenciando que com o passar da idade há a tendência a uma fragilidade física, psíquica e emocional. Sabemos quanto eles necessitam da companhia, do carinho e da demonstração de afeto e atenção para continuarem a ter motivação pela vida, bem como do apoio dos familiares com conhecimentos que garantam a efetivação dos seus direitos.

Portanto, esperamos que essa proposta de dissertação possa evidenciar práticas socioculturais, capazes de garantir o cumprimento da lei e dos direitos previstos em relação aos idosos. Assim como, evidenciar as políticas públicas produzidas para assegurar a efetividade dessas proposições normativas, que em grande parte dos casos não são do conhecimento e da prática da sociedade civil e das organizações sociais, cujo cumprimento da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto do Idoso, devem propor a produzir condições de bem-estar para os brasileiros dessa faixa etária.

Desse modo, a presente pesquisa produzirá dados que informem as necessidades de adequação de práticas socioculturais utilizadas pela sociedade civil como forma de positivar as políticas públicas voltadas ao envelhecimento, especialmente em relação ao idoso no município de Cruz Alta – RS.

Por conseguinte, para o desenvolvimento do tema proposto, por meio dessa pesquisa levantamos como questão norteadora principal:

- Quais são as práticas socioculturais utilizadas pela sociedade civil da cidade de Cruz Alta-RS como forma de proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento?

E como questões complementares, seguem:

- Quais políticas públicas voltadas às pessoas idosas estão sendo implementadas na cidade de Cruz Alta - RS?

- Como a sociedade civil pode assegurar direitos aos idosos?

- Em quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) existe maior implementação e efetivação? E em quais há maiores lacunas? E quais não se efetivam?

- Quem são os atores sociais (sociedade civil) que se envolvem com estas questões sociais?

Para a efetivação da pesquisa, propomos como pano de fundo dessa dissertação a hipótese de que as leis e os direitos previstos em relação aos idosos, bem como as políticas públicas que deveriam assegurar os direitos dos idosos e os espaços institucionais que asseguram esses direitos, em grande parte dos casos, não são do conhecimento da sociedade civil e, portanto, as práticas socioculturais em busca da sua positivação se produzem por senso comum, por “achismos”, e por “jeitinhos²”.

Esta hipótese surgiu em razão de que conforme Moises (2014, p. 12) indica, que no exercício da cidadania (constituída por direitos e deveres), especificamente no contexto dos “sem direitos, o indivíduo busca solução para seus problemas como pode, da forma que dá. Dá um jeito...”. Ainda segundo a mesma autora (2014, p. 15-16) a burocracia brasileira determinada pela rigidez e formalismo fazem do Estado um personagem desconfiado e do cidadão alguém que está sempre procurando recursos para fugir das exigências, ou seja, “o

² Esse termo está articulado às noções de personalismo e patrimonialismo desenvolvidas por sociólogos brasileiros como, por exemplo, Roberto Da Matta, para justificar uma suposta singularidade cultural e social pré-moderna entre os brasileiros. “Essa ‘pré-modernidade’ é o núcleo, nunca explicitado, de noções hoje correntes como ‘jeitinho brasileiro’; da visão do Brasil e das sociedades latino-americanas como funcionando a partir de uma hierarquia comandada pelo ‘capital social das relações pessoais.’” (SOUZA, 2015, p. 29).

cidadão recorre à busca de soluções que deixam para trás questões valorizadas pela burocracia” privilegiando inclusive o profissional do “jeitinho” ou um amigo de influência, ou, ainda, “amigo do amigo”.

Bauman (2015) argumenta sobre a relação das pessoas com o mundo, baseada em sua visão de mundo, assim como Moises (2014) enfatiza a relação da sociedade burocrática com o cidadão do “jeitinho”. Portanto, essas descrições servem para indicar como o poder das iniciativas populares, dos movimentos sociais, demarcam uma autoridade genuína que possuem e que, quando ativadas, produzem grandes mudanças sociais. Por inferência, essa surpresa histórica poderia também ser descrita como pertencente, de certa forma, ao “jeitinho brasileiro”.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Compreender quais práticas socioculturais são utilizadas pela sociedade civil da cidade de Cruz Alta-RS, como forma de proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as instituições governamentais e não-governamentais que ofertam ações voltadas ao envelhecimento na cidade de Cruz Alta – RS;

- Descrever as políticas públicas voltadas às pessoas idosas, ofertadas por instituições governamentais e não-governamentais na cidade de Cruz Alta – RS;

- Investigar em quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) existe maior implementação e efetivação e em quais há maiores lacunas;

- Verificar quem são os atores sociais (sociedade civil e governamental) que se envolvem com a questão do envelhecimento e a que instituição está vinculada.

- Compreender quais práticas socioculturais são utilizadas pela sociedade civil na busca dos seus direitos.

Assim, neste primeiro capítulo apresentamos a questão norteadora, a hipótese, a justificativa do estudo e os objetivos. No segundo capítulo trataremos da epistemologia e da

metodologia da pesquisa. No terceiro capítulo discutiremos o envelhecimento humano e suas consequências públicas e privadas. No quarto capítulo trataremos sobre as políticas públicas voltadas ao envelhecimento trazendo uma discussão sobre os espaços institucionais voltados para sua proposição e efetivação. No quinto capítulo trazemos uma discussão sobre os atores sociais e as possibilidades dos idosos também serem atores sociais. No sexto capítulo trazemos a discussão sobre as práticas socioculturais da sociedade civil e dos próprios idosos para a busca da positivação dos seus direitos, trazendo junto ao referencial teórico também as evidências encontradas nesta investigação. No sétimo e último capítulo trazemos as considerações finais sobre esta investigação e finalizamos a dissertação com as referências utilizadas e os documentos em apêndice que foram utilizados para compor a pesquisa. Esperamos, assim, contribuir com o incremento à pesquisa na área do envelhecimento humano.

2 CAPÍTULO II - CAMINHO METODOLÓGICO

2.1 Processo Epistemológico da Metodologia da Pesquisa

Epistemologia, segundo o Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI, versão 3.0, 1999, p. 1, é:

O conjunto de conhecimentos que tem por objeto o conhecimento científico, visando explicar os seus condicionamentos (sejam eles técnicos, históricos, ou sociais, sejam lógicos, matemáticos ou linguísticos), sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações.

Assim, podemos dizer que a epistemologia é uma filosofia de conhecimentos ou teoria acerca de conhecimentos, um ramo filosófico destinado a pensar problemas que se referem ao conhecimento, sua organização, sua procedência, seus métodos e a relação que possui com a realidade histórica, seus limites e sua validade.

Dessa forma, toda pesquisa, para ser desenvolvida é necessário que o pesquisador tenha conhecimento dos elementos constitutivos da pesquisa social. Para Gil (2010, p. 1), “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, por isso importante trazer os conceitos dos elementos utilizados no estudo, quais sejam ontologia, epistemologia e metodologia. Nesse sentido, Baquero (2009, p. 20), conceitua ontologia como:

[...] ontologia é o ponto de partida de toda pesquisa. Neste plano, a ontologia pode ser vista como a natureza da realidade social, sobre a qual a teoria está construída, de outro modo, a ontologia se refere aos pressupostos sobre a natureza da realidade social, sobre o que existe, como são e como essas unidades do contexto examinado interagem umas com as outras. Em suma, os pressupostos ontológicos referem-se a como o pesquisador acredita que se constitui a realidade social.

Segundo o autor citado anteriormente, pode-se compreender que a ontologia estuda o valor do ser, diz respeito ao que sabemos e refere-se a como vamos saber o que sabemos, partindo-se do questionamento “o que há para saber?”.

Já quanto a epistemologia, Baquero (2009, p. 20-21) salienta que é derivada da palavra grega *episteme* (ciência/conhecimento) e *logos* (lógica/razão):

A epistemologia nada mais é do que a lógica de uma ciência. A lógica de uma ciência está na teoria científica que vai dar sustentação lógica às proposições que a compõem. Quer dizer, a um conjunto ordenado de proposições a respeito de um mesmo objeto, proposições essas que se articulam e encontram-se vinculadas a partir de um princípio geral.

Assim, a epistemologia refere-se a como vamos saber o que sabemos, por meio da indagação “o que e como podemos saber sobre isso?” Enfoca o processo de construção de conhecimento e se preocupa com o desenvolvimento de novos modelos e teorias, ao buscar saber aquilo que se presume que existe.

Para o desenvolvimento da pesquisa é imprescindível optar por uma metodologia, a fim de analisar a forma de investigação e estruturar um conhecimento com o intento de ser reconhecido como científico. Baquero (2009, p. 22), afirma que:

A metodologia se refere à lógica da pesquisa científica, tratando, especificamente com as potencialidades e limitações de determinadas técnicas ou procedimentos. O termo se refere à ciência e ao estudo de métodos e aos pressupostos sobre as formas em que o conhecimento é produzido.

A partir de “como podemos adquirir esse conhecimento?” foi definida a metodologia da pesquisa, por meio do conhecimento que se formou e os métodos e formas usados, pois com a análise metodológica deduzimos o que foi estudado.

Baquero (2009, p. 24) também traz o conceito de método, *in verbis*:

O método, por sua vez, refere-se ao procedimento ou conjunto de procedimentos essenciais para se alcançar os objetivos propostos na pesquisa. O aspecto principal do método diz respeito a tentar solucionar problemas por meio da formulação de hipóteses passíveis de serem testadas. Em outras palavras, constitui-se numa resposta provisória de um problema ou fato investigado.

Contudo, os métodos utilizados na pesquisa, considerando “quais procedimentos puderam ser usados?” respeitaram os pressupostos da metodologia a que se enquadra, de forma lógica e estruturada.

No Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social a epistemologia que permeou a pesquisa baseou-se na Ecologia de Saberes, desenvolvida por Boaventura de Souza Santos. Essa epistemologia serve como pano de fundo para explicar os conhecimentos produzidos, a partir do estudo, ou seja, as práticas socioculturais produzidas pelos representantes da sociedade civil, órgãos governamentais e não governamentais e os próprios idosos, da cidade de Cruz Alta – RS, para propor, efetivar e controlar as políticas públicas voltadas ao envelhecimento.

Nesse contexto reside a ecologia dos saberes, a qual se caracteriza como um conjunto de epistemologias e pretende contribuir para credibilizar e fortalecer a pesquisa, a partir das evidências que esta pesquisa irá levantar. Quando Santos fala em ecologia dos saberes, ele entende-a como ecologia das práticas de saberes, pois “na ecologia dos saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias” (SANTOS, 2006, p. 157).

Logo, a Ecologia dos Saberes é um dos principais conceitos, ou seja, é a proposta central da Epistemologia do Sul, de Boaventura de Sousa Santos. Ele defende a ideia de que cada saber existe apenas em meio a outros saberes e, nenhum é capaz de se bastar, pois sempre existe a necessidade de fazer referência a outros saberes. A comparação é inevitável à exploração dos próprios saberes, a seus limites e possibilidades.

“A Ecologia de Saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônica e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (SANTOS, 2010, p. 154). Quando se fala em ecologia de saberes cita-se como ecologia de práticas de saberes, portanto práticas sociais capazes de buscar a emancipação social (conhecimento-emancipação) para se contrapor ao conhecimento hegemônico (conhecimento-regulação). O conhecimento-regulação tem como ponto de partida a ignorância (caos) e como ponto de chegada o saber (ordem), já o conhecimento-emancipação tem como ponto de partida a ignorância (colonialismo) e o como ponto de chegada o saber (solidariedade). Com isso, a ecologia de saberes é a epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva.

Santos (2010) questiona se somos ignorantes, porque não sabemos ou porque o que sabemos não conta como conhecimento? Por isso, a ecologia de saberes permite-nos ter uma visão mais ampla, tanto do que conhecemos, como do que desconhecemos.

Para o autor, o mundo divide-se entre os que estão “do lado de cá da linha” e, aqueles que estão “do lado de lá da linha”, referindo-se a linha abissal que divide o mundo em Norte e Sul. Para Santos (2010, p. 32) “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”. “A negação

de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal.” “ E, segundo o autor esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial”.

Esse, portanto, é o que Santos chama de paradigma emergente, chamado de “um conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2010, p. 50), pode ser descrito por quatro princípios:

- todo o conhecimento científico-natural é científico-social;
- todo o conhecimento é local e global;
- todo o conhecimento é autoconhecimento;
- todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

A Ecologia dos Saberes, portanto é um conjunto de epistemologias. Logo, a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falamos em ecologia de saberes, entendemos como ecologia de prática de saberes. Na oportunidade, Santos (2010, p. 105) diz entender por ecologia “[...] a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre parciais e heterogêneas”.

Ademais, Santos (2003, p. 429-261), propõe o método da hermenêutica diatópica, que tem como pedra angular a noção de que não se pode compreender facilmente as construções de uma cultura, a partir do *topos* de outra. Assim, através da hermenêutica diatópica, Santos (2003) procura traçar um caminho para superar as dificuldades que surgem do diálogo intercultural. Todavia, reconhecer as possibilidades de conhecimento do outro e, então, por meio de seus estudos, propõem a sociologia das ausências e das emergências. Neste sentido, devemos nos questionar: Quem é o outro? O que posso aprender com o outro? O que há de diferente ou complementar em sua cultura? Essa, portanto, é a proposta da hermenêutica diatópica.

Nesse sentido, Santos (2003) ressalta que o diálogo intercultural sobre a dignidade humana deve empenhar-se em estabelecer exigências máximas de dignidade e, não valores mínimos, o chamado “denominador comum”. Essa noção de identidade implica afirmar que a vida humana possui uma natureza dialógica. Isto é, a afirmação da identidade do ser humano e sua auto-compreensão ocorre em contato com o outro: “sempre definimos nossa identidade em diálogo, às vezes em luta contra, as coisas que os outros significantes desejam ver em nós”. Para tanto, nessa investigação, trabalhamos a partir dessa epistemologia.

No que diz respeito a contar do momento em que houve a expansão da ciência moderna como uma forma de conhecimento regulação, houve um processo de destruição de

muitas formas de saber e de ser. Segundo Santos (2000), o que acabou causando silêncios sociais, tornando impronunciáveis as necessidades e até mesmo aspirações de determinados grupos sociais que foram descredibilizados, ridicularizados. Um exemplo disso, entre indígenas, homossexuais, portadores de sofrimento psíquico, estão os idosos, visto que esses fazem parte das minorias, não porque são poucos (em quantidade), pelo contrário, são muitos, mas sim porque são desvalorizados.

Na oportunidade trazemos a reflexão de alguns conceitos chave que embasam a pesquisa, como as práticas socioculturais, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade especialmente na concretização das políticas públicas para os idosos, o que se faz extremamente necessário. Logo, atrelado ao embasamento da ecologia de saberes, referem à organização da sociedade civil, sendo que por meio dessas práticas sociais possam reivindicar seus direitos.

Outra teoria que está como foco dessa pesquisa são as práticas socioculturais. Nessa perspectiva, denotamos que o homem vem se adaptando à natureza desde a pré-história e foi se organizando socialmente para que suas necessidades básicas fossem atendidas. Pelo processo de interação e adaptação acabou sendo compelido a seguir regras, gostos, maneiras de ser e agir, condicionado à sua adaptação ao meio, na tentativa de sobrevivência e garantia de aceitação e segurança em seu grupo social, configurando o que Freud (2010) representa como a entrada no universo da cultura - a *práxis* humana, as ações humanas em sociedade.

Atualmente, nenhum ser humano precisa percorrer longas distâncias para encontrar o alimento e nem fazer grandes sacrifícios no sentido de garantia de sua sobrevivência física, como seus antepassados. Todavia, ainda tem presente a necessidade de uniformização, condutas e regras que lhe dão segurança.

Destacamos, a partir dessas considerações, que práticas socioculturais são as constituições sociais decorrentes da interação social do homem com o mundo, em relações que se estabelecem com o contexto histórico e cultural, ao permitir que os indivíduos e a sociedade se construam. A sociedade contemporânea é uma construção social marcada pela distribuição desigual do trabalho e, conseqüentemente, da renda. Por essa razão, têm naturalizada nas práticas políticas e ideológicas, relações de dominação e superioridade de grupos sociais sobre outros, o que tem contribuído à desintegração social, como salienta Bauman (2000, p.22):

A desintegração é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, que tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras,

fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular, uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem.

Dessa forma, a força do capitalismo povoa o imaginário social com vistas à hegemonia de grupos e classes dominantes, de modo que, “o mesmo processo de globalização da cultura, caminhando junto com a sociedade, economia e política, ainda que em forma desigual, pois globaliza também grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, ideologias e utopias” (IANNI, 2013, p. 49).

Experenciamos também a desigualdade que não é só econômica, ou cultural, ou etária, ou étnica, mas também é subjetiva. Vivemos interligados por redes e conexões propiciadas pela tecnologia, entretanto resistentes em acolher e respeitar jeitos e modos de viver diferentes, enfim, de efetivamente nos relacionarmos e (con)vivermos harmoniosamente. Sobre isso, Santos (2010, p. 91) corrobora que “um dos sintomas mais perturbadores da subjetividade simplificada é o fato das teorias da separação e da segregação dominarem totalmente sobre as teorias da união, da comunicação e da cumplicidade”.

As políticas públicas e as práticas socioculturais são, fundamentalmente, necessárias para processos emancipatórios, para promover nos espaços de reivindicação e de socialização, experiências de vivência e de convivência, de encontro consigo e com o outro. Sabemos que os encontros são essenciais às transformações da sociedade atual, na perspectiva de um mundo mais humano com a questão do envelhecimento, tendo em vista que os direitos garantidos aos idosos decorrem de conquistas democráticas que, hoje se encontram perigosamente à mercê de ações de líderes mundiais autoritários, como a Reforma Trabalhista e a proposta de Reforma da Previdência, sendo esta última, um retrocesso na legislação brasileira.

Outro conceito importante que precisa ser do nosso domínio é a interdisciplinaridade, pois mesmo sendo a base do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, é relevante termos domínio, uma vez que ao falar da temática do envelhecimento exige o conhecimento de várias áreas, pois se trata de um processo complexo, o qual oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto cognitivo, em busca do ser como pessoa integral, visando garantir a construção de um conhecimento globalizante.

Dessa forma, Japiassú foi responsável por introduzir, no Brasil, a partir de 1976, as concepções sobre interdisciplinaridade, decorrentes do Congresso de Nice, na França, em 1969. Japiassú e Ivani Fazenda são considerados responsáveis pela veiculação do tema no Brasil, sendo o fulcro temático de Japiassú epistemológico, e o de Fazenda, pedagógico, fazendo parte de suas teses a filosofia do sujeito. De acordo com os autores, a interdisciplinaridade é apontada como saída para o problema da disciplinaridade, que é contextualizada como doença, devendo, portanto, ser superada/curada, através da prática interdisciplinar. Para sua viabilização, eles indicam a presença de profissionais de várias áreas como necessidade intrínseca ao projeto interdisciplinar. Trata-se da presença de equipes multidisciplinares para o desenvolvimento de projetos de pesquisa (ALVES; CARMO, 2004, p. 141).

Para Japiassú (1994, p. 2) deve haver conflito, intercomunicação entre disciplinas, de modo que “[...] resulte em uma modificação, como uma possibilidade de paradigmas antagônicos, articulados diante do debate científico. Outrossim, as práticas interdisciplinaridades podem ser consideradas como negociações entre pontos de vista, entre projetos e interesses diferentes.”

Dado ao exposto, a disciplinaridade não é uma doença que veio de fora para contaminar nossa maneira de pensar; ela é a nossa própria maneira de pensar e engendra, ao fim e ao cabo, nossas relações com tudo o que nos cerca. E, claro que isso não deve ser visto como definitivo, inalterável: podemos (e talvez devamos) tentar estabelecer, para um mundo futuro, características diferentes para essa "forma" de saber dos dias atuais que aí está. Talvez se deva trabalhar para isso. Mas, alterar as atuais relações de poder-saber implicará muito mais do que simplesmente mexer (epistemologicamente) na disciplinaridade (VEIGA-NETO, 1995, p. 111).

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento, em busca do ser como pessoa integral. Visa garantir a construção de uma cognição globalizante. A interdisciplinaridade surgiu da consciência de um estado de carência no campo do conhecimento, causado pelo aumento exagerado das especializações e pela rapidez do desenvolvimento autônomo de cada uma delas. Como exemplo, nos reportamos a Medicina, onde uma pessoa doente é totalmente fragmentada e para cada órgão de seu corpo há um especialista (BLESSMANN, 2014, p. 108).

Dessa forma, o conhecimento, produzido na relação interdisciplinar, no diálogo e integração conceitual e metodológica dos diferentes campos do saber, possibilita uma melhor compreensão da realidade social (FREIRE, 1987).

Morin (2005, p. 89) adverte para a necessária superação desse paradigma, a partir da reforma do pensamento ao considerar que “[...] é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto”.

Nesse sentido, é imprescindível incorporar o conhecimento social, o saber popular e o senso comum nas práticas socioculturais. Além disso, é preciso colocar as práticas socioculturais como uma ação que não deve acontecer sozinha, isolada, mas com o apoio de múltiplos conhecimentos e setores (intersetorial), ou seja, de equipes de profissionais que colaborem com seus diferentes conhecimentos e saberes, considerando as políticas públicas voltadas ao idoso, com o intento de colaborar com o propósito de uma sociedade mais justa e equitativa, ao afastar a visão de que o idoso faz parte de uma “minoría” da população.

2.2 Processo Metodológico da Pesquisa

2.2.1 Abordagem e Tipo de Pesquisa

A presente proposta de pesquisa teve como método a abordagem qualitativa, sendo relacionada ao levantamento de dados, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. Nessa perspectiva, Minayo (2012, p. 21) define a abordagem qualitativa como aquela que “trabalha o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Já para Chizzotti (2006), a abordagem qualitativa recobre, atualmente, um campo transdisciplinar envolvendo as ciências humanas e sociais. Além de não seguir um padrão único, porque admite que a realidade seja fluente e contraditória. Assim, os recursos mais usados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semiestruturadas e observação em campo, por isso, para o desenvolvimento do tema proposto foi utilizada a pesquisa de campo do tipo descritiva interpretativa.

Dessa forma, pesquisa de campo é aquela utilizada com o intuito de conseguir informações acerca de um problema, para o qual se procura a resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, pois:

“consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 198). Assim, o trabalho de campo consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. “Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Todavia, realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias” (MINAYO, 1994, p. 26). Portanto, essa pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa de campo realizada de forma descritiva interpretativa, utilizando-se de entrevistas com representantes institucionais e da sociedade civil e, também idosos.

2.2.2 Contexto de realização da pesquisa

Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), a população total de Cruz Alta-RS é de 62.825 e 9.001 pessoas possuem 60 anos ou mais, que é considerado idoso, conforme prevê o Estatuto do Idoso.

Tabela 1 – IBGE: Censo Demográfico 2010

Pirâmide Etária						
Idade	Cruz Alta		Rio Grande do Sul		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	2.021	1.968	327.601	316.361	7.016.614	6.778.795
5 a 9 anos	2.242	2.122	368.967	354.792	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	2.679	2.628	438.629	423.154	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	2.546	2.654	442.405	433.332	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	2.514	2.566	437.737	433.169	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	2.432	2.549	445.502	448.497	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	2.130	2.324	398.879	409.412	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	2.001	2.234	366.041	379.078	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	2.040	2.197	369.087	391.278	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	2.058	2.431	372.803	399.833	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	1.882	2.236	332.590	360.676	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	1.509	1.857	277.346	307.163	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	1.179	1.580	217.076	247.908	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	916	1.197	155.838	187.741	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	655	962	112.895	149.150	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	444	685	73.926	113.162	1.090.455	1.472.860

Pirâmide Etária						
Idade	Cruz Alta		Rio Grande do Sul		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
80 a 84 anos	304	476	42.599	76.474	668.589	998.311
85 a 89 anos	132	280	17.730	38.252	310.739	508.702
90 a 94 anos	47	98	5.887	14.732	114.961	211.589
95 a 99 anos	11	29	1.271	3.917	31.528	66.804
Mais de 100 anos	1	5	248	791	7.245	16.987

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

Dado ao exposto, a presente pesquisa foi realizada no município de Cruz Alta – Rio Grande do Sul, que é constituído por 66 bairros, mais a região central. A pesquisa foi realizada em determinados bairros selecionados, cujo critério foi ter Estratégia de Saúde da Família - ESF, com o maior número de idosos.

2.2.3 População e Amostra de Pesquisa

A amostra de pesquisa foi constituída por um representante de instituições governamentais e não governamentais que oferecem ações de efetivação de políticas públicas aos idosos, conforme levantamento realizado e apresentado no quadro a seguir, composto pelas pessoas vinculadas a espaços institucionais que visam à proposição, efetivação e controle social das políticas públicas voltadas aos idosos.

Tabela nº 2 - População e Amostra de Pesquisa - instituições governamentais e não governamentais

Instituição	Quantitativo de Representantes Governamental	Quantitativo de Representantes Não Governamental	Total da Amostra
Secretarias Municipais (Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, e Cultura, Turismo e Eventos)	1 (é também conselheira no COMID)		1
Conselho Municipal do Idoso (COMID)		2	2
Serviço Social do Comércio (SESC)	2		2
Associação Beneficente Santo Antônio (Asilo)		2	2
Igreja Luterana Cruz		1	1
Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UNICRUZ)	1 (é também conselheira no COMID)		1
Associação dos Aposentados e Pensionistas		1	1

União das Associações dos Moradores de Cruz Alta (UAMCA)	1	1
Total		11

A pesquisa foi realizada mediante Cartas de Autorização aos responsáveis por cada instituição (APÊNDICE A). Na oportunidade, a amostra foi constituída por representantes de idosos dos bairros com ESF, com o maior número de idosos. Como visto anteriormente, a cidade de Cruz Alta apresenta atualmente 18 Estratégias de Saúde da Família, sendo que foram selecionadas ESF que possuem acima de 100 idosos cadastrados, conforme tabela a seguir:

Tabela nº 3 - População e Amostra de Pesquisa - idosos

ESF	Nº de idosos	Amostra
Santo Antônio	506	5*
Vila Nova	478	4
Alvorada	357	4
São Genaro	345	4
São José	291	5**
Lizabel	231	4
Fátima	222	4
Brum	176	4
Santa Terezinha	171	4
Boa Parada	166	5**
Vila Hilda	166	4
Vila Rocha	159	4
Progresso	146	4
Jardim Primavera	118	4
Toribio Verissimo	105	4
Total	3.637	63*

Com isso, a amostra da pesquisa se constituiu de dois grupos: representantes de instituições, subdividido em governamental e não governamental (totalizando 11 sujeitos) e os idosos, constituídos por 4 representantes de cada ESF (situação essa que se repetiu em 12 ESF) com mais de 100 idosos cadastrados, sendo 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Nas ESF cujo número de entrevistados foi 5* foram entrevistados 3 homens e 2 mulheres e no 5** foram entrevistados 2 homens e 3 mulheres, totalizando, portanto uma amostra de 63

idosos e 15 ESFs. A pesquisa foi realizada mediante aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.2.4 Instrumentos e Procedimentos de Pesquisa

Para realização da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Análise de Documentos – constituíram de análise das políticas públicas para os idosos; legislações municipais, como a Lei nº 0685 de 1999 que criou o Conselho Municipal do Idoso (COMID), a qual foi alterada pelas Leis nº 1404 de 2005, 1728 de 2008, 2021 de 2010 e 2360 de 2013; Lei nº 2311 de 2013, a qual determinou a isenção do pagamento de passagens no transporte coletivo urbano municipal aos usuários com mais de 60 (sessenta) anos de idade; o Estatuto do Idoso; a Constituição Federal de 1988, bem como quantitativo de idosos no município.

- Entrevista I: a entrevista foi realizada com os sujeitos de pesquisa, que aceitaram participar, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), que integram as instituições selecionadas como representantes da sociedade civil e órgãos governamentais. A entrevista (APÊNDICE C) foi elaborada pela pesquisadora, para esse fim e validada por profissionais da área (APÊNDICE E).

- Entrevista II: : a entrevista foi realizada com os sujeitos idosos cadastrados nas ESF com mais de 100 registros, selecionados de forma aleatória e que aceitaram participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). A entrevista (APÊNDICE D) foi elaborada pela pesquisadora, para esse fim e validada por profissionais da área (APÊNDICE E).

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza (pintura, escultura, desenho, etc), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000). Já, a análise documental constituiu uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Destarte, a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou

para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 195).

2.2.5 Análise e Interpretação dos Dados

Sabemos que a análise documental é indispensável, pois é aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos. A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar documentos com uma finalidade específica, como afirma Gil:

Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Assim, a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados (GIL, 2008, p. 147).

Esse método de coleta de dados é muito pertinente quando se pretende apreender o máximo de conhecimento dinâmico sobre dada situação ou fenômeno (MINAYO; DESLANDES, 1998). A pesquisa em tela utilizou análise documental em registros institucionais, que como relatado por Gil (2008, p. 149), sendo também útil para a pesquisa social:

Além dos registros estatísticos, também podem ser úteis para a pesquisa social os registros escritos fornecidos por instituições governamentais. Dentre esses dados estão: projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartórios etc.

A análise documental apresenta vantagens ao pesquisador, tais como: possibilidade de conhecimento do passo; possibilidade de investigação dos processos de mudança social e cultural; permite a obtenção de dados com menor custo; e ainda, favorece a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos.

No que se refere a análise dos dados da pesquisa foi feita por meio de análise de categorias, utilizando-se a análise de conteúdo conforme prevê Bardin (2011). Para Bardin (2011, p. 47), o termo análise de conteúdo designa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Segundo Bardin (2011, p. 15) a análise do conteúdo é o conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. No entanto, a autora apresenta os critérios de organização de uma análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. O tratamento dos resultados compreende a codificação e a inferência. Descreve, por fim, as técnicas de análise, categorização, interpretação e informatização, apresentando alguns exemplos facilitadores. Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Cabe destacar que as categorias desta pesquisa foram pré-definidas a priori em Matriz de Análise (APÊNDICE F).

2.2.6 Cuidados Éticos

O projeto desta pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UNICRUZ, para apreciação ética antes da coleta de dados sob CAAE 70870917.1.0000.5322. Tal formalidade atendeu aos trâmites legais que determinam os princípios da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), sobre a ética das pesquisas com seres humanos. Portanto, visa atender ainda a ética em pesquisa, sendo assinado o Termo de Sigilo das Informações pelo pesquisador (APÊNDICE G). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa - CEP da UNICRUZ sob o parecer nº 2.220.973, em 15 de agosto de 2017.

3 CAPÍTULO III - ENVELHECIMENTO HUMANO E AS CONSEQUÊNCIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

A abordagem da temática do envelhecimento incluiu a análise de aspectos culturais, políticos e econômicos que permeiam a história das sociedades. Entendemos que o envelhecimento é um processo que faz parte do ciclo da vida e que os padrões que promovem um envelhecimento com saúde são desenhados a partir das experiências vividas. Porém, salientamos que fatores socioculturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional. Entretanto, o debate sobre o envelhecimento se acirra tanto na esfera pública tornando-se uma nova questão social que exige inclusive um saber específico, com profissionais e especialistas exclusivos e que passam a chamar esta nova área de Gerontologia³. A partir de uma visão biogerontológica, que está relacionada com a biogerontologia, a qual deriva da gerontologia que é um campo de estudos interdisciplinares que investiga os fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados com o envelhecimento do ser humano Papaléo Netto (2002, p. 10) elaborou o seguinte conceito de envelhecimento:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte (PAPALÉO NETTO, 1996). [...] Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da

³ A gerontologia é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática. Assim, podemos dizer que a gerontologia é uma disciplina transversal, porque ela não pode ser explicada sob a ótica de um ramo específico da ciência. (PAVARINI *et al.*, 2005, p.400).

capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Sob essa ótica de análise prevalece a visão do envelhecimento no seu aspecto biológico e suas consequências no nível individual. Alguns autores já exploraram esse tema nessa perspectiva, como Beauvoir (1990), a qual acredita que só se falará em velhice quando, além da idade avançada, as deficiências e as perdas biológicas não forem mais esporádicas e contornáveis, tornando-se importantes e irremediáveis, causando fragilidade e impotência. Dessa forma, De Masi (2000) enfatiza que a velhice se reduz aos últimos dois ou três anos que precedem a morte, que geralmente são marcados por inabilidades física e psíquica. Ele afirma que:

Basta observar a progressão das despesas médicas e farmacêuticas: no último ano de vida nós gastamos uma quantia equivalente a que tínhamos gasto durante toda a vida até aquele momento. E o último mês custa tanto quanto o último ano inteiro. Portanto a velhice é calculada não a partir do ano de nascimento, mas tendo como referência a morte (DE MASI, 2000, p. 275).

É importante frisar que o envelhecimento, por ser um fato biológico e cultural, deve ser observado sob uma perspectiva histórica e socialmente contextualizada. Já, o tratamento dispensado à velhice dependerá dos valores e da cultura de cada sociedade em particular, a partir dos quais ela construirá sua visão dessa última etapa da vida.

A estratégia aqui utilizada para pensar essa questão é buscar, nas representações sociais, o entendimento das relações familiares estabelecidas entre os indivíduos considerados idosos e o restante da sociedade.

Diante do aumento da expectativa de vida, os papéis familiares no mundo atual modificaram-se dada a complexidade de situações criadas por fatores socioculturais e econômicos que afetaram diretamente a dinâmica familiar. Implicações econômicas resultantes de uma série de mudanças como as inovações tecnológicas e as transformações na relação de trabalho, contribuíram para a crise do emprego que acomete a sociedade contemporânea, caracterizada pela diminuição e/ou fechamento de vagas no mercado de trabalho.

Essas circunstâncias, aliadas a outros determinantes socioculturais, vêm contribuindo de maneira relevante para as alterações na composição e recomposição da família moderna. Estes rearranjos familiares denominados de família ampliada são provocados pelo retorno de filhos à casa paterna, ou famílias que assumem os avós maternos ou paternos em seu convívio familiar. Dentre as causas que levam a esses rearranjos familiares podem-se citar a entrada da mulher para o mercado de

trabalho, divórcios, viuvez, gravidez fora do casamento, desemprego, pauperização dos pais e dos avós e questões de doenças na família (PEIXOTO, 2004, p. 76).

Entre os novos arranjos familiares está a família ampliada que vem a ser aquela acrescida de avós, netos, cunhados, tios, sobrinhos, primos, enteados, como também a diluição das famílias nucleares quando são acrescidas de avós.

Sabemos que a família, eixo central da organização social, cabe a tarefa de absorver esse momento histórico de transição demográfica e reorganização da composição familiar. Apesar de todas essas mudanças acreditamos que, a família ainda é a instituição social onde as relações interpessoais são mais intensas, propiciando emoções fortes e conflitos profundos capazes de promoverem a reflexão e a reelaboração de formas de comportamento. Considerando a solidariedade familiar de extrema importância para os idosos, no sentido de contribuir para a manutenção de sua participação e integração na sociedade, Peixoto (2004, p. 74) afirma que:

Se o Estado não intervém para minimizar a má distribuição de renda, se o orçamento público para as políticas sociais diminui a cada ano, se o seguro-desemprego e o seguro-doença são ínfimos, e se os raros programas sociais existentes são destinados a uma parcela restrita da população brasileira, a família é o único apoio que resta.

Assim, auxiliando-os, na medida do possível, no seu processo de adaptação diante das mudanças biológicas naturais e das mudanças sociais, a solidariedade familiar pode constituir-se em importante fonte de apoio que resultará em qualidade de vida.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 230, é clara ao nomear as instituições responsáveis pela preservação da integridade física e moral dos idosos, e em seu texto, a família vem em primeiro lugar: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988, p. 127).

O Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741/2003 (BRASIL, 2013, p. 08), em seu artigo 3º enfatiza que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Devem ser observadas as limitações da família contemporânea, nesta tarefa de responsabilizar-se pelo amparo e apoio aos familiares idosos. Face às dificuldades decorrentes da precariedade das políticas sociais brasileiras e de fatores econômicos como o desemprego,

a privatização no âmbito familiar, da responsabilidade desses cuidados, muitas vezes acaba em prejuízos desses idosos devido aos poucos recursos materiais e psicossociais de suas respectivas famílias. Essa é uma responsabilidade a ser dividida entre o Estado, a sociedade e a família. Em consonância, Carvalho (2003) afirma que a família, por si só, não se encontra em condições de dar conta dessa problemática, conforme refere:

Esta solidariedade familiar, [...], só pode ser reivindicada se se entender que a família, ela própria, carece de proteção para processar proteção. O potencial protetor e relacional aportado pela família, em particular em situação de pobreza e exclusão, só é passível de otimização se ela própria recebe atenções básicas (CARVALHO, 2003, p. 19).

Compreendemos como atenções básicas necessárias à família uma rede de serviços de apoio psicossocial, social e jurídico para atender, tanto as demandas de saúde mental e de lazer socializante, como as demandas de justiça, programas de complementação de renda, e de geração de trabalho e renda fundamentados na educação popular e capacitação profissional para o fortalecimento da autonomia familiar.

Em virtude dos aspectos mencionados, sabemos a necessidade de as famílias contarem com a colaboração dos avós nos cuidados diários dos netos possibilita relações intergeracionais e um aprender recíproco por meio do convívio e do diálogo. Mesmo com suas possíveis limitações físicas e financeiras, o idoso, muitas vezes, é o responsável pela manutenção dos filhos e pela criação e educação dos netos.

Dessa forma entendemos que apesar de colaboradores e participantes da dinâmica familiar, nem sempre é assegurado a esses idosos um convívio baseado no respeito e na preservação da dignidade. O fato de morarem com familiares não é garantia da presença, do prestígio e do respeito nem mesmo da ausência de maus-tratos. Não obstante, são frequentes as denúncias de violência contra idosos. Insultos, agressões físicas, humilhações, exploração material e discriminação que os vitimam nos seus próprios domicílios, são os registros mais comuns. Podemos salientar que, muitas vezes, não lhes são assegurados os direitos civis nem no próprio espaço familiar.

Lopes (2003) afirma que a dependência do idoso se dá para com a família e as instituições, pois é a família que faz o intermédio entre as relações do idoso com o Estado e deles para com o mercado, tanto ao receber benefícios ou rendimentos. Por isso, cabe ao Estado assegurar acesso à saúde, promover regularidade dos benefícios e assistências sociais.

Na oportunidade, ao contextualizar as perspectivas atuais sobre a constituição e manutenção do grupo familiar, temos o seguinte cenário: O Estado oferece de forma precária,

recursos e serviços, inclusive de proteção social, há a dificuldade de inserção no mercado de trabalho para o idoso e a população em geral, há queda nas taxas de fecundidade, entrada da mulher no mercado, todos esses fatos caracterizam as famílias que possuem membros idosos.

Segundo o Serviço Social do Comércio - SESC (2003), o crescimento populacional no segmento idoso, traz uma série de problemas carentes de solução política, social e familiar, pois a solução não está só em dar alimento e cuidado médico, bem como, a rede de apoio é tão importante.

Além da rede de apoio, uma característica relevante é a atitude diante do envelhecimento, porque colabora para a qualidade de vida, retardo do envelhecimento e das doenças de forma global. Atitudes como adoção de hábitos saudáveis em geral tais como: hábitos alimentares adequados, atividades físicas e instituição de programas de valorização e de convívio social. Esses são suportes que auxiliam na qualidade de vida dos idosos. (SESC, 2003).

Segundo Borges (2003), a legislação de Política Nacional do Idoso – PNI (Lei 8.842/94) tem como objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (art. 1º).

É indiscutível que esses direitos devem se concretizar a partir de políticas sociais na área de saúde, promoção e assistência social, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer. A PNI é um marco, mas não se firmou nos direitos sociais, visto que falta destinação de recursos suficientes para a sua consecução, salvo em iniciativas esporádicas, como ressalta a autora acima citada.

Ainda de acordo com Borges (2003), os direitos sociais foram privatizados, pois a postura do Estado defende e incentiva previdências privadas, transferindo sua responsabilidade. Ao passo que as políticas sociais que mais interferem na qualidade de vida dos idosos, são as da previdência social, as da saúde e as da assistência social e são as que mais estão sendo afetadas.

O foco mais importante deve ser a criação, ampliação e melhoria de propostas de ação que possam aumentar o nível de qualidade de vida e dignidade do idoso, com o objetivo de proteção e inclusão. Para a autora o desafio é a busca de uma rearticulação de técnicas de organização, conscientização, atuação e luta, recriando instituições, organizações e ações que permitam o desenvolvimento sociocultural, político e econômico, influenciando na vida dos cidadãos e das coletividades, integrando-as ao movimento global, mas respeitando suas peculiaridades e identidades.

Borges (2003) ressalta que no Brasil, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, o processo de envelhecimento populacional ocorre bruscamente e coincide com um quadro de crise nos Estados, com o agravamento dos problemas e desigualdades sociais. Logo, as políticas sociais são determinadas por interesses políticos e econômicos, os benefícios sociais são negociados como mercadorias em função de interesses e não das necessidades da população.

Com isso, os benefícios sociais segundo a autora passaram recentemente a ser tratados como direitos da cidadania e são previstos segundo característica fundamental a universalização, mas o que ocorre na prática é a seletividade e regionalidade dessas concessões, atravessado pelos interesses dominantes.

Borges (2003) cita que em 1976 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social e se começou a pensar em política direcionada aos idosos e aposentados. Nessa época o Brasil era considerado um país de jovens, passou-se então a investigar a velhice no Brasil e, as pesquisas mostraram o isolamento social, marginalização, preconceito e a frequente pobreza do velho brasileiro.

A autora destaca que surgiram os primeiros movimentos sociais, grupos de idosos organizados que buscaram parcerias junto ao SESC, Sesi, LBA e Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de se organizar e refletir sobre seus direitos e fazer pressão política.

Em 1982, ocorreu a primeira Assembleia Nacional dos Idosos e precedeu a inclusão de alguns parágrafos na constituição de 1988, dedicados à conquista de direitos, podendo refletir em melhoria de qualidade de vida do idoso. A partir dessa época foi criado o primeiro Conselho do Idoso e também a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que atua até hoje ampliando as áreas de atuação profissional. Partindo dessa Associação, surgiu o escopo da Lei 8.842/94, uma lei moderna e ágil, mas que precisa ser colocada em prática, para que possa melhorar a qualidade de vida do idoso, e para tal, precisa de decisão política e investimentos.

De acordo com Borges (2003), a questão do envelhecimento no Brasil é perpassada por contradições regionais e injusta distribuição de renda, isso dificulta alcançar os direitos sociais e acesso a dignidade e saúde.

Para a autora, a área de saúde do idoso deve ser vista de forma integral, por meio de formas de prevenção e programas de incentivo ao idoso e à família para cuidar de seus idosos, o atendimento contínuo e domiciliar, tudo isso pode melhorar sensivelmente a qualidade de vida do idoso, diminuindo internações onerosas às famílias e ao governo.

A regulamentação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, traz propostas para viabilizar avanços e garantir a melhoria do atendimento asilar aos que não possuem família, nem meios de subsistência e que dependem de atitudes filantrópicas ou públicas (BORGES, 2003).

Nessa atuação política e profissional, para a autora, é necessária a consciência da importância da projeção comunitária, e articulação com outros segmentos sociais, para garantir avanço, instrumentalizando o idoso para que ele possa buscar alternativas para viver com mais qualidade de vida.

A criação de espaços significativos de participação social do idoso nas comunidades é uma necessidade e pode aumentar a visibilidade do segmento idoso, lutando por direitos de cidadania e contra a exclusão social e preconceito, preocupações legítimas com o aumento da longevidade e aumento populacional desse segmento, salienta Borges (2003).

Para Boaretto e Heiman (2003) o aumento da população idosa, se deve a vários fatores, entre eles a redução da mortalidade infantil e diminuição de taxas de fertilidade, associada à introdução de tecnologias novas na área de cuidados médicos. No entanto, esses fatos não se associam à melhora da qualidade de vida, principalmente da população menos favorecida.

É importante salientar que há também uma redução da fecundidade e, para Paschoal (2002), essa redução se deve a urbanização, pois facilita o acesso à educação e saúde e a programas de planejamento familiar.

Para Bosi (1994, p.77), “além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social”, uma vez que o velho é rejeitado pela sociedade, pois ele não contribui mais, não participa da produção e perde o seu valor, sendo desvalorizado pela incapacidade laborativa, o que vem a fechar com as ideias de Hannah Arendt, a qual ratifica que o homem só é reconhecido pelo labor e que traz explicitado em seu livro *A condição humana*.

Corroboramos que a participação do idoso em discussões, movimentos e seminários, é muito importante, como os promovidos pela Câmara Municipal de São Paulo em 1996 sobre qualidade de vida do idoso, que deram origem à vacinação de idosos, além de melhor tratamento de idosos a partir de treinamento de funcionários dos ônibus coletivos, no intuito de melhorar a qualidade no atendimento aos usuários idosos. A velhice não deve ser vista como sinônimo de doenças, porém como mais um ciclo da vida que precisa também ter projetos de vida, conforme menciona Bosi (1994, p. 80):

Sobre a inadaptação dos velhos, conviria meditar que nossas faculdades, para continuarem vivas, dependem de nossa atenção à vida, do nosso interesse pelas coisas, enfim, depende de um projeto. [...] Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e dão significados a nossos gestos cotidianos.

Para a autora é preciso incentivar e fortalecer a prática da participação em movimentos de idosos, para que possam dialogar com o poder público, para se criar estratégias para a conquista de mais direitos, além da execução dos já conquistados.

Existem diversos movimentos que trabalham no intuito de favorecer o idoso na mais abrangente concepção da palavra, como Organizações Não Governamentais - ONG's e Igrejas, mas um enorme trabalho social sob perspectiva socioeducativa no segmento idoso começou na década de 1960 com o SESC, quando criaram-se as Escolas Abertas da Terceira Idade, com o objetivo de ofertar espaços de convivência para minimizar a solidão e o isolamento social entre os velhos (BORGES, 2003).

Dentre as instituições públicas, a universidade é a mais equipada para atender as necessidades do idoso, pois uma forma de reduzir problemas de solidão é melhorar o contato social e desenvolver novas capacidades em idade avançada, isso pode ser feito por meio dos centros de convivência. Eles podem agrupar os idosos em atividades culturais, de lazer, esportivos, mas sempre supervisionados por profissionais qualificados (VERAS, 2002)

Segundo o autor, para os idosos autônomos e independentes, podemos pensar em introduzir a UnATI (Universidade Aberta da Terceira Idade). Esse nome é derivado do *Lés Universités Du Troisième Age*, projeto francês bem-sucedido, mas que restringe as atividades ao campo de ensino. Uma versão mais ambiciosa de um centro de convivência, dentro de uma universidade, deve incluir serviços de atenção integral à saúde e outros ligados à perspectiva acadêmica da UnATI. Assim sendo, com objetivos de desenvolver iniciativas culturais e intelectuais, com currículo amplo incluindo habilidades práticas e atividades de lazer.

Um centro de convivência, uma das propostas das UnATI's, tem o mérito de oferecer ao idoso um local para fazer suas atividades, sendo observado pelos colegas e técnicos, assim pode-se detectar e atender eventuais problemas de saúde, antes que se tornem crônicos e mais difíceis de tratar (VERAS, 2002).

A UnATI, segundo Veras (2002), tende a desmistificar alguns saberes, não se oferecem cursos para ocupar o tempo vago do idoso, mas para transmitir os conceitos atuais, que objetivam sua valorização como cidadão e reforçam a percepção de sua própria identidade.

O autor cita que um grande obstáculo ao sucesso dessa iniciativa é a condução dos idosos aos centros, logo com direito ao transporte público gratuito, não resolve a questão, visto que são superlotados, degraus altos e freadas bruscas que dificultam o uso desse, que deve ser um benefício ao idoso e não, mais uma limitação.

Se o objetivo é fazer com que o idoso participe plenamente da vida, deve beneficiar-se de acesso fácil aos serviços existentes. Esses fatores são de ordem política-institucional, porém a participação dos idosos em organização para identificar necessidades comuns e propor soluções pode ser uma saída. A própria convivência nesses centros possibilita a percepção dos seus direitos e deveres.

De acordo com Reis (2001) não infantilizar o idoso, respeitá-lo e até reinseri-lo no mercado de trabalho é uma ocupação das UnATI's. Para o precursor médico Renato Veras, qualificar o idoso é qualificar a cidadania. Só em 2001, mais de 2.000 (dois mil) alunos circularam pelo campus da UERJ, hoje os jovens dos cursos regulares já não estranham a presença dos idosos.

Veras (2002) sugere que com o crescimento da população é preciso que a sociedade e as autoridades competentes se conscientizem e encontrem de forma justa e democrática os caminhos que levem à qualidade e à equidade na distribuição dos serviços, como da UnATI para a população idosa.

Mesmo havendo iniciativas de inserção dos idosos na IES, pode não haver adesão por parte deste público, às disciplinas da graduação, pós-graduação *Lato sensu* e *Scripto sensu* e ao vestibular diferenciado. Justificamos esse fato a não gratuidade dos cursos associados às condições financeiras da maioria do público idoso, que em grande maioria recebe entre um e dois salários mínimos oriundos da aposentadoria (FARIAS; SANTOS, 2012).

4 CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENVELHECIMENTO

O termo político diz respeito a um conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam sua execução. Política pública é a expressão atualmente utilizada nos meios oficiais e nas ciências sociais para substituir o que até a década de setenta era chamado planejamento estatal (BORGES, 2002 *apud* SANTOS; FERNANDES, 2007).

Não existe ainda consenso na literatura sobre o conceito ou definição de Políticas Públicas, por este ser ainda um campo recente da ciência política. Em geral, entendemos Políticas Públicas como instrumento ou conjunto de ação dos Governos (SOUZA, 2006, p. 24), uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (SECCHI, 2012) ou um “[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731). Contudo, é preciso considerarmos que uma política pública pode ser elaborada pelo Estado ou por instituições privadas, desde que se refiram a “coisa pública”, por isso, as políticas públicas vão além das políticas governamentais, se considerarmos que o governo não é a única instituição a promover políticas públicas e, nesse caso, o que define uma política pública é o “problema público”.

A partir da ideia de que as políticas públicas vão além das ações governamentais Schneider (2005), Kenis e Schneider (1991) utilizam a expressão “redes de políticas públicas”, para sugerir a ideia de que a problematização, deliberação, implementação e processamento político de um problema público “não é mais um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa integrada, senão que se encontra em redes, nas quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas” (SCHNEIDER, 2005, p. 37). É preciso pensar as políticas públicas, a partir de parcerias público-privadas e até mesmo com redes de organizações internacionais e transnacionais, que possam cooperar com governos e organizações não-governamentais para tentar resolver problemas globais. Embora não haja dúvidas de que o aparelho Estatal se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas:

O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

Schneider (2005) defende esse modelo de redes de políticas públicas partindo do princípio de que os recursos estatais são cada vez mais incapazes de garantir sozinhos os recursos necessários para a produção de políticas (formulação e implementação), o que pressupõe um processo de cooperação com atores não estatais e privados. Para dar conta de suas responsabilidades cada vez mais amplas e complexas, o Estado se vê obrigado a buscar recursos por meio de um processo de cooperação com outros atores sociais, incluindo aí a iniciativa privada.

Outro ponto importante relacionado ao estudo das políticas públicas e que é ressaltado por Thomas Dye (1972 *apud* RODRIGUES, 2011, p. 43) se refere a possibilidade de análise de uma política pública:

[...] tanto da perspectiva da *ação* do governo (o que o governo faz) quanto da *inação* (o que o governo não faz) diante de algum problema [...] caso o governo escolha fazer algo perante algum problema [...] a política pública adquire característica positiva. Do contrário, se o governo decide não agir diante de algum problema público, a política adquire característica negativa.

Como um campo de conhecimento científico, entendemos a Política Pública como a análise dessas ações governamentais (e não governamentais) e, quando necessário propor mudanças no curso dessas ações.

De acordo com Lowi (1972 *apud* RODRIGUES, 2011, p. 46) “as políticas públicas determinam a política”. Elas estruturam o sistema político, definem espaços e atores, e delimitam os desafios que os governos e as sociedades enfrentam.

Consideramos que a área de políticas públicas contou com quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Foi Laswell quem introduziu

[...] a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (LASWELL, 1930 *apud* SOUZA, 2006, p. 23).

Todavia, Goldman (2004, p. 72) verifica uma descrença por parte dos idosos quanto aos rumos políticos do país e, ainda, uma compreensão restrita da dimensão política (entendida por muitos como política partidária) esvaziando, assim, seu sentido mais amplo e contribuindo para o desempoderamento desses idosos, conforme analisa Bobbio (1993, p. 954): *“política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está ligada estreitamente ao conceito de poder.”*

Sendo assim, se os idosos não ocuparem seu espaço político, certamente outros o ocuparão o que traz repercussões graves para a conquista da sua cidadania no contexto democrático, especialmente na democracia participativa. Outro fator que fortalece o distanciamento dos idosos do processo político é a não obrigatoriedade do voto a partir dos setenta anos.

4. 1 Espaços institucionais para a proposição, a efetivação e o controle social de políticas públicas

Os conhecimentos produzidos na área de políticas públicas são utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam com problemas públicos em diversos setores de intervenção e nas mais diferentes áreas: ciência política, sociologia, economia, administração pública, direito etc. Vem sendo utilizado tanto no que diz respeito à implementação e avaliação das políticas públicas, quanto no que diz respeito a abordagens que destacam o papel das ideias e do conhecimento neste processo. E isso porque, segundo Faria (2003), as ideias e o conhecimento são cruciais para a compreensão e formação de uma agenda de implementação de políticas públicas.

Consideramos que alguns locais no âmbito da esfera pública são fundamentais para o debate, a negociação e o processo de formulação de uma política, dentre os quais podemos citar o Poder Executivo, o Poder Legislativo, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, entre outros.

No âmbito do Poder Legislativo temos o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores. Toda vez que uma política pública necessita de um substrato legal, antes de sua execução terá que, necessariamente passar pelo Poder Legislativo.

O Poder Executivo abrange diferentes atores envolvidos com uma específica política pública: Ministérios, Secretarias, Profissionais de uma determinada área.

Vários estudiosos e pesquisadores da área de políticas públicas chamam a atenção para o fato de como tais políticas devem ser construídas hoje com participação social, o que podemos chamar de Processos de Gestão Democrática:

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas (LAMBERTUCCI, 2009, p. 74).

Nesse sentido, foi a própria Constituição Federal de 1988 que abriu espaço, "[...] por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente" (AVRITZER, 2009, p. 29-30), seja por meio de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (BRASIL, 2015, art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), seja por meio da participação na gestão das políticas de seguridade social (art. 194), de assistência social (art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (art. 227).

Assim, a Constituição Federal de 1988 coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbito federal e local, pois surgiram espaços com o propósito de efetivar as políticas públicas, como os Conselhos, as Conferências e os Fóruns, bem como o Planejamento Participativo.

Na concepção de Fraiman (1995), é a partir do segmento idoso organizado, que a velhice consegue obter políticas públicas e sociais que favorecem suas vitórias. O segmento idoso unido e participando de movimentos que cuidam de seus interesses fortalecem as manifestações e conquistas, como as que já foram adquiridas até hoje.

4.2 Atores Sociais: a possibilidade dos idosos

A propagação do fenômeno envelhecimento e de suas questões foi inicialmente promovida pelas organizações internacionais (Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas) que tiveram papel relevante na análise e comunicação do impacto do envelhecimento sobre os países em desenvolvimento na tentativa de estimulá-los a adotarem medidas para o enfrentamento dessa realidade. Entre essas medidas, duas tinham destaque

especial: no campo da saúde, fomentar o envelhecimento saudável e, no campo social, lutar pelo envelhecimento com direitos e dignidade (GOLDMAN, 2004, p. 61-81).

A partir disso, em meados da década de 1980, toma ímpeto o movimento da sociedade civil com novos atores em cena, entre eles, professores universitários, associações, idosos politicamente organizados e alguns parlamentares comprometidos com questões sociais, exigindo a valorização e o respeito à pessoa idosa. Esse movimento influenciou a construção da Constituição Cidadã (1988), primeira Constituição da República Federativa do Brasil a versar sobre a proteção jurídica ao idoso, a qual impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar os idosos (UVO; ZANATTA, 2005).

Apesar dessas conquistas, até 1994 não existia no Brasil uma política nacional para os idosos, o que havia era um conjunto de iniciativas privadas (já antigas) e algumas medidas públicas consubstanciadas em programas (PAI, Papi, Conviver, Saúde do Idoso) destinados a idosos carentes. Era mais uma ação assistencial em “favor” deles do que uma política que lhes proporcionasse serviços e ações preventivas e reabilitadoras (SCHONS; PALMA, 2000).

Para o enfrentamento dessa realidade, os idosos buscaram fortalecimento no espaço público gerado pelo movimento social, fóruns e Conselhos de idosos, que lhes permitem se posicionarem pela concretização de ideais democráticos, como a conquista de sua cidadania, reinventando sua própria velhice (BREDEMEIRE, 2003). Também contribui para isso sua significância numérica e qualitativa e sua presença no cenário político por meio do voto e da representação.

Essa politização dos idosos, especialmente dos mais escolarizados, associado aos ideais dos tempos pós-industriais, trouxe à pauta algumas questões culturais que favorecem um novo modo de pensar e agir no âmbito do envelhecimento que, de algum modo, tem influenciado as políticas públicas e os direitos dos idosos: a primeira foi a quebra da centralidade do trabalho, como valor maior na visão de mundo da sociedade (aspecto dominante na sociedade industrial), o que permitiu ao idoso construir sua identidade numa ótica de não trabalho, mas de utilidade e sentido da vida; a segunda é o pluralismo de ideias, de comportamento e de atividades, como valor, quebrando estereótipos ideológicos e comportamentais; a terceira é a valorização da subjetividade como um plano importante a ser incluído em todos os níveis da vida, da ciência e das políticas (MINAYO, 2000).

Muitos foram os avanços na formulação de políticas para a população idosa. A legislação brasileira, por meio do Estatuto do Idoso reúne a grande maioria dos instrumentos legais existentes. Para isso, houve diversos movimentos sociais que se manifestaram por meio

de Grupos de Convivência e associações. Falar em mobilização social e exercício de cidadania recai no contexto sociocultural, na qual o idoso foi inserido ao longo de sua vida.

Gohn (1999, p. 11) destaca que “a relação movimentos sociais-educação têm um elemento de união, que é a questão da cidadania”. A autora salienta que a Constituição Federal de 1988 deu um salto de qualidade ao incluir o que chamamos de minorias como cidadão de direitos, bem como a educação contra as discriminações relativas a sexo, idade, cor, nacionalidade, tem sido bandeira de luta reivindicatória de vários movimentos sociais na sociedade brasileira.

Dessa forma, no Brasil, as primeiras iniciativas governamentais voltadas para garantir proteção social aos cidadãos datam dos anos 30 (trinta) e 45 (quarenta e cinco), do século XX, com a introdução pelo governo Vargas da legislação social trabalhista direcionada a regulamentação das relações de trabalho e reconhecimento de direitos dos trabalhadores, durante e após completada a jornada laboral. Não se pode deixar de ressaltar que os primórdios desta iniciativa ocorreu “em 1923, com a Lei Eloi Chaves, uma legislação precursora de um sistema protetivo na esfera pública, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs)” (YAZBEK, 2012, p. 9).

A promoção da participação cívica das pessoas idosas na comunidade se dá a partir dos Conselhos Municipais do Idoso. Segundo Bernardes (2007, p. 107-121), os conselhos constituem-se como espaços de participação e protagonismo político e social, onde as pessoas idosas têm voz ativa no processo de decisão política que afeta, de forma direta ou indireta, as suas vidas, bem como da comunidade em geral. São também considerados órgãos de caráter consultivo, deliberativo e normativo, responsável pela política de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. Na sua essência, os conselhos, órgãos formais e legalmente constituídos, visam dar visibilidade às necessidades e interesses das pessoas idosas.

De acordo com Gohn (1997, p. 15), na esfera pública atual, estão presentes os novos movimentos sociais, os quais são tema de um debate que se desenvolveu principalmente entre intelectuais europeus, buscando explicações conjunturais em âmbito político ou na vida cotidiana dos novos atores sociais que surgiram na esfera pública e focalizando os casos dos movimentos geracionais (idosos). A autora afirma que “as categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política, etc.” Recentemente, novas categorias passam a ser incluídas nessas análises, como a ação social, a esfera pública, a cidadania coletiva, a exclusão social, a globalização, a mundialização, as redes sociais e a diversidade sexual, entre outras (GOHN, 2010).

Dentre esses novos movimentos sociais, os idosos aparecem como uma nova categoria social. Assim, os representantes dos conselhos municipais juntamente com os idosos participantes são os atores sociais, reivindicando os seus direitos, ocupando o espaço público e se inserindo na sociedade como cidadãos de direitos. Salientamos que os órgãos de controle social são os Conselhos, as Conferências, os Fóruns, as Audiências Públicas, a Câmara de Vereadores, as Universidades, o Orçamento Participativo e os Grupos de Convivência.

Para que a superação dos preconceitos possa ocorrer, além da construção de uma nova cultura da velhice para a população em geral, é imprescindível que o idoso aceite sua condição enquanto sujeito da terceira idade, pois o preconceito do idoso para com os demais idosos é grave ou até mais delicado que o sofrido pelas ações dos mais jovens. Para que essas questões sejam superadas ou ao menos amenizadas, o processo educacional é imprescindível.

Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a educação surge como oportunidade de ação, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências. Nesse sentido, Gadotti (1984) explicita que a educação tem um papel político fundamental, ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências.

Percebemos então, que a educação possui um caráter de transformação, ultrapassando a mera ideia de transmissão de informações e, nesse sentido, parafraseando Piconez (2002), a educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a inovação da realidade. Desta maneira, observamos o quanto o processo educativo permite um estágio de mudanças, independentemente da idade.

O processo de mudança desejada representa um longo caminho a ser percorrido, no entanto se o primeiro passo não for dado, nunca se efetivará a transformação almejada. Assim, “a educação em qualquer caso, traria o germe da mudança, tornando-se por isso instrumento de realização de utopias” (PAIVA, 1985, p. 39).

Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma ressignificação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (CASTRO, 2001, p. 68). Dessa maneira, a educação é um importante meio de transformação e valorização destas pessoas.

Observamos que as pessoas idosas estão começando a serem percebidas como seres pensantes, que tem muito para ensinar, porém ainda tem muito a aprender, demonstrando o quanto possuem a necessidade de sempre estar em contato com novos conhecimentos e novas experiências.

Hoje, a educação na terceira idade volta-se para um âmbito diferenciado, não mais sendo um meio de assistencialismo aos envolvidos. Todavia, notamos um novo enfoque, pois percebemos que o idoso não é apenas uma pessoa que necessita de atividades recreativas para ocupar seu tempo, mas sim, precisa de espaço para crescer sempre.

A educação é vista como um meio de libertação e mudanças na Terceira Idade, permitindo uma reavaliação das características próprias, além de propiciar um processo de análise e reflexão para estas pessoas.

Moragas (1991, p. 54) destaca que “muita gente se surpreende ao comprovar que pessoas idosas desempenham atividades físicas e intelectuais com plena efetividade”. Ademais, denotamos que na sociedade brasileira, na maioria das vezes, convive-se com um conceito pejorativo da velhice, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária.

Para que o idoso possa estar diretamente em contato com novas possibilidades de aprendizagem, é fundamental que este esteja inserido num processo educacional, havendo a mediação de conhecimentos para a estruturação da formação contínua do indivíduo enquanto ser social.

Freire (2005) admite que seja necessário tornar a educação acessível às camadas populares. Porém, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Todo indivíduo está envolto num processo educativo, seja onde for e em qual circunstância se encontrar, evidenciando que a educação permanente encontra-se não apenas na educação formal, mas também nos mais diversos espaços da educação não-formal. Assim, torna-se imprescindível conscientizarmos da importância de todas as possibilidades de ensino e aprendizagem, como também da realidade apresentada.

Tornamos necessário, antes de compreender a inserção do idoso num contexto educacional, refletir sobre o processo de envelhecimento e a velhice, sabendo-se que “o envelhecimento proporciona variedade e riqueza de experiências psicossociais e reacionais” (MORAGAS, 1991, p. 124).

A partir do momento em que o idoso percebe-se como ator de sua vida, conquista um espaço mais respeitado no cenário familiar e social. Entretanto, como afirma Paulo Freire, “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (FREIRE, 2005, p. 58-59).

Os idosos têm a capacidade de aprender, independente da sua idade, a partir do momento em que são incentivados, o processo de aprendizagem ocorre de maneira significativa. Conforme aponta Moragas (1991) para que os idosos tenham uma aprendizagem efetiva, são necessárias motivações adequadas, além de um meio que permita o tempo de assimilação e que assegure um papel social significativo a estas pessoas.

Para Sá (2004), o idoso quer se tornar pessoa através de seus pares e daqueles que constituem o seu universo. Ele é capaz de incorporar, na sua relação, não apenas a família, mas amigos, o próximo, outros idosos, os oprimidos, os opressores, a sociedade.

Assim, o idoso tem condições por meio do processo educativo, de socializar-se, além de inserir-se num contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmistificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar. Segundo Freire (1971) entende que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser reconhecida. É fundamental, contudo, partir do pressuposto de que o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo.

Nos últimos anos o perfil demográfico se alterou e a maior inserção de idoso em espaços públicos não se refere apenas ao aumento desta população. No decorrer das últimas décadas o comportamento dos idosos vem se alterando, tornam-se cada vez mais participantes, devido ao desejo de se tornarem cada vez mais úteis e de viver intensamente (FERRIGNO, 2005).

Ao se pensar num novo ator social, o idoso alcança esta representação a partir do momento em que se encontra como um idoso ativo. Dessa maneira, “a palavra ‘ativo’ refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005, p. 13).

Nessa perspectiva, o envelhecimento ativo, hoje, revela-se como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o público idoso, visando à integração social, por meio da inserção em diferentes espaços, além do reconhecimento político deste segmento. Os idosos ativos, enquanto atores sociais representam uma das mais importantes forças sociais que começam a se organizar nesta década.

É importante entender que o “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13).

Para a efetivação dos idosos, como novos atores sociais, percebemos que “qualquer esforço no sentido de promover o envelhecimento ativo resultará em efetiva melhoria da qualidade de vida de todos” (SMETHURST, 2004, p. 151). Neste sentido, além de uma maior representatividade do idoso no meio social, outro fator que se destaca, refere-se à própria identidade, por meio da autoafirmação, como também pela elevação da autoestima, por ver-se novamente útil.

A partir de uma nova visão, fixada na autonomia, atividade e na plena participação das pessoas idosas, tal conceito permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência, isolamento ou doença (BATISTA, 2008).

Na cultura de velhice que começa a se destacar atualmente, o idoso é percebido dentro do contexto social, tendo seu espaço para reclamar seus direitos, como também auxiliar na formação de uma sociedade mais justa e democrática, com direitos igualitários para todos.

Ao assumir este papel social, os idosos encontram-se inseridos no processo de transformação social, como agentes do processo. Os idosos podem contribuir por meio de inserção política, social e cultural, os quais têm importante participação na conservação da identidade e memória social, auxiliando diretamente para o estabelecimento de uma nova visão de idoso ativo, substituindo a velha imagem do envelhecimento (SANTANA; SENA, 2003).

As alterações culturais ocorrem a partir do momento em que os idosos passam a recusar a visão pejorativa que a população apresenta acerca da velhice e começam a se mostrar como verdadeiros atores sociais, capazes de mobilizar a sociedade, na busca de um reconhecimento social, cultural, político e econômico.

A participação social deve ser entendida como direito de todos os sujeitos, caracterizando-os como cidadãos, independentemente de classe social, raça, gênero ou faixa etária. O direito a inserção social deve ser preservado em todas as situações, para todas as pessoas que compõem a sociedade brasileira. Apesar de culturalmente o respeito à dignidade humana não ser encarado como direito de todos no Brasil, a partir do momento em que cada vez mais grupos socialmente vulneráveis começam a se mobilizar, novos conceitos culturais poderão ser formados.

Dentre os grupos de idosos que estão mobilizados em movimentos em prol de melhorias para o segmento, encontram-se associações que foram criadas com o objetivo de defender o interesse próprio como dos demais aposentados e dos idosos em geral, como as “panteras grisalhas”. Esse grupo foi criado em 1970, por Maggie Kuhn nos EUA e

disseminou-se rapidamente pelos estados americanos. Chegou à Europa em 1975, sendo criada a associação na Alemanha. As panteras grisalhas ou *Gray Panthers* foram consideradas como um legítimo sindicato de idosos e ainda mantêm-se em atividade, lutando em prol de melhores condições de vida para a velhice (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2012, p. 13).

Em nível nacional, verificamos que a sociedade civil organizada juntamente com um pequeno grupo de idosos vem reivindicando os direitos básicos para a população da terceira idade. Destacamos a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), primeira entidade científica que se posicionou na defesa do idoso. Mantém ativamente formação de recursos e desenvolve cursos, simpósios, congressos e jornadas em nível nacional e em parceria com as seções regionais (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2012, p. 13).

O Serviço Social do Comércio (SESC) também se destaca, por meio do SESC-SP que sistematizou o primeiro programa de atendimento para a terceira idade. Desenvolve pelo SESC-RS desde 2000 (dois mil) o projeto Centro de Referência do Envelhecimento (CRE), trabalhando em prol da informação e atualização sobre o processo de envelhecimento.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB) representa cerca de 20 (vinte) milhões de aposentados em todo Brasil, tendo como finalidade representar e defender os direitos da pessoa idosa, atuando juntamente aos órgãos públicos, estabelecendo articulações e prestando informações (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2012, p. 14).

A Associação Nacional de Gerontologia (ANG) constitui-se enquanto uma organização de cunho científico e tecnológico. Volta-se para a investigação sobre a terceira idade. Sua finalidade principal é colaborar para a constituição de uma consciência gerontológica, visando melhorias nas condições de vida do idoso, seguridade de direitos e políticas destinadas ao segmento (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2012, p. 14).

O Movimento dos Idosos Solidários (MIS), sediado na cidade de São Paulo, luta pelos direitos deste segmento etário. Além disso, desenvolve um trabalho voltado para as famílias que possuíam idosos acamados permanentemente. Em parceria com o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, foi desenvolvido o Programa de Assistência Domiciliária (PAD) o qual é reproduzido gratuitamente para entidades, grupos de idosos, pastorais e demais profissionais que trabalham o idoso. Este programa tem como objetivo auxiliar famílias, além de oportunizar um melhor preparo para o cuidador. Atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rondônia (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2012, p. 14).

Percebemos que existe um número significativo de idosos que participam destas entidades ou de movimentos em prol de seus direitos. Todavia, apesar destes movimentos, o idoso que participa ou participou de mobilizações sociais ainda possui um forte laço a causas trabalhistas, voltando-se muitas vezes para melhorias nas condições de trabalho. Logo, o segmento precisa reforçar os movimentos que lutam em prol dos direitos da pessoa idosa, isso não significa excluir-se de outras causas, mas focalizar-se num ideal de melhores condições econômicas, sociais, de saúde, cultura, educação para a terceira idade.

Estamos vivendo uma mudança de paradigmas e situações políticas de governo com uma onda mundial de volta do totalitarismo com o avanço da extrema direita no poder, não apenas no Brasil, mas no mundo, como os Estados Unidos e França, por exemplo. Essas situações mudam as configurações de abertura à participação da sociedade civil. Atualmente, os regimes políticos totalitários (ditadura) deram lugar a espaços mais democráticos, onde a participação das pessoas (atores sociais) na esfera pública se faz condição necessária. Hoje, as diferentes minorias sociais colocam-se no espaço público para reivindicar seus direitos e espaços sociais; entre elas, estão os idosos (GARCES, 2012).

5 CAPÍTULO V - PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DA SOCIEDADE CIVIL VOLTADAS PARA A PROPOSIÇÃO, EFETIVAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA

Neste capítulo iremos apresentar as práticas socioculturais que a sociedade civil, por meio de representantes de instituições governamentais e não governamentais e os próprios idosos, da cidade de Cruz Alta – RS, utilizam para a proposição, efetivação e controle social de políticas públicas para a pessoa idosa, de acordo com as evidências encontradas nos resultados dessa pesquisa. Para a apresentação dos resultados e discussões, utilizamos, como referência metodológica o método de análise de conteúdo por categorização proposto por Bardin (2011), e análise de documentos, realizada em um levantamento preliminar por meio de decretos, leis, portarias e resoluções em âmbito municipal (Cruz Alta – RS) específica para a pessoa idosa, mas também foram incluídos aqueles que regulamentam de forma ampla as políticas nacionais e estaduais, envolvendo questões de saúde e cidadania, selecionando-se leis, decretos e portarias.

A seleção das categorias baseou-se nos objetivos específicos e ficaram assim definidas:

- **Instituições governamentais e não-governamentais** que ofertam ações voltadas ao envelhecimento na cidade de Cruz Alta – RS;

- **Políticas públicas voltadas às pessoas idosas**, ofertadas por instituições governamentais e não-governamentais na cidade de Cruz Alta – RS;

- **Políticas públicas** voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) em que existe **maior implementação e efetivação e em quais há maiores lacunas**;

- **Os atores sociais** (sociedade civil e governamental) que se envolvem com a questão do envelhecimento e as instituições a que se vinculam;

- **Práticas socioculturais** usadas pela sociedade civil na busca dos seus direitos.

5.1 Instituições governamentais e não-governamentais que ofertam ações voltadas ao envelhecimento na cidade de Cruz Alta – RS

A partir dos resultados da pesquisa observamos que as secretarias municipais, especialmente a da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e a Coordenadoria de Políticas Setoriais e Direitos Humanos e a de Cultura, Turismo e Eventos são as instituições governamentais, no município de Cruz Alta – RS, que mais oferecem ações voltadas ao envelhecimento, embora, de certa forma, todas as secretarias municipais têm envolvimento com ações voltadas ao público idoso do município. Destacamos que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social oferece um espaço específico aos idosos que é o Centro de Convivência do Idoso. Outras instituições com caráter de organização estatal⁴ que oferecem ações aos idosos no município de Cruz Alta estão:

- Serviço Social do Comércio (SESC);
- Conselho Municipal de Direitos do Idoso (COMID); e,
- Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UNICRUZ) .

Dentre as instituições não governamentais que ofertam ações voltadas ao envelhecimento observou-se as seguintes:

- União das Associações dos Moradores de Cruz Alta (UAMCA) ;
- Associação Beneficente Santo Antônio (ILPI-Instituição de Longa Permanência para Idosos);
- Igreja Luterana Cruz ; e,
- Associação dos Aposentados e Pensionistas .

Essas evidências também aparecem nas falas dos entrevistados representantes de instituições governamentais e não-governamentais:

Tu fala de todas as políticas, Então, seria saúde, educação⁵, assistência, é coordenadoria de políticas setoriais e direitos humanos, habitação, e cultura [...] É nós temos, o Conselho do Idoso. Ele é [...] uma unidade orçamentária, é parte da estrutura, é mantido pela

⁴ Sendo que o SESC e a UNICRUZ foram classificados como governamental, não por serem órgãos públicos, mas por não se caracterizarem como ONG's e justamente por serem instituições sociais que fazem parte de um sistema, uma vez que a UNICRUZ é uma ICES - Instituição Comunitária de Ensino Superior e o SESC é uma instituição que faz parte do Sistema.

⁵ Negritamos nas falas dos entrevistados as palavras que remetem as categorias de análise.

Secretaria de Assistência Social de Desenvolvimento Social, mas ele é um conselho que ele abrange todos os idosos. Então as políticas públicas são em todas as áreas. É obrigatório na saúde, na educação, na assistência, na coordenação de políticas setoriais e direitos humanos, na cultura, no turismo, na habitação. Todas as políticas tem que quando propor fazer os seus projetos, tem que estar sempre pensando nesse olhar da população idosa né. (SUJEITO 1)

*Hoje uma das que a gente sabe é a **secretaria de assistência social** né que hoje nós temos aí na nossa cidade e tem o **conselho** o próprio **conselho do idoso** também faz parte representa eles e é uma entidade que ajuda a fiscalizar né. (SUJEITO 4)*

*Acho que na verdade aqui é o **COMID** né é o **COMID** que tem vários representantes de várias instituições né que eles participam ali eles ficam sabendo o que tá acontecendo e cada instituição da sua forma dá a sua contribuição ali falando o que se tá fazendo o que pode melhorar como levar o conhecimento porque às vezes a pessoa idosa ela não tem certo conhecimento de alguma coisa então através do **conselho** cada um né dá a sua participação dá a sua parte e aí a gente consegue até eu indo lá acabo sabendo de algumas coisas que eu consigo transmitir pro grupo. (SUJEITO 6)*

*Acreditamos que seja o **Conselho do Idoso, Conselho de Assistência Social, o Ministério Público e a vigilância sanitária, secretaria da saúde.** (SUJEITO 7)*

*O que eu tenho conhecimento é o **Conselho Municipal dos Idosos** né que que tem representação assim de pessoas de várias esferas governamentais e não governamentais idosos jovens psicólogos psiquiatras o que eu sei na cidade assim esse **esse órgão** que é o que mais talvez assim se preocupa que tá trabalhando pelos idosos é o **Conselho Municipal dos idosos** né que tem que tem uma representação bem bacana na cidade. (SUJEITO 9)*

*Sim eu acho que a **Universidade de Cruz Alta** é uma delas. A gente tendo esse trabalho voltado ao envelhecimento ao idoso nós estamos cumprindo o nosso papel como instituição que pensa que tá voltada a visão do idoso, ao cuidado, atenção. Acho também que o próprio **governo Municipal** pensa nesse sentido através das suas **secretarias e do seus outros órgãos** e que já existem políticas, já existem atendimentos específico e especial para o público idoso. (SUJEITO 10)*

*Olha eu não posso dizer todas mas são **associações** devem fazer parte ou fazem parte do **conselho municipal de saúde** ele é dividido em 3 categorias uma parte de **usuários e sindicatos e trabalhadores usuários** uma parte de **trabalhadores e prestadores de serviço** é da **Saúde** bem entendido e outra parte os **executivos** que é os **órgãos ou órgãos oficiais governamentais tanto do Governo estadual Federal como municipal.** (SUJEITO 11)*

De acordo com as falas, consideramos a busca da promoção de ações sociais em comum em prol do envelhecimento, onde evidenciou-se que há ação e parceria entre os setores envolvidos, os quais estão compartilhando e desfrutando das experiências e benefícios diretamente de modo a ofertar ações voltadas ao idoso, ao caracterizar a intersetorialidade, a qual deve ser o eixo estruturador das políticas públicas, possibilitando uma abordagem geral dos problemas sociais, uma vez que as secretarias municipais oferecem ações e tem

envolvimento com as questões voltadas ao público idoso do município. Embora não tenha sido objetivo da pesquisa verificar especificamente se há o desenvolvimento de ações intersetoriais nas políticas públicas ofertadas aos idosos, não há como não evidenciar esta questão em razão de que estas só se concretizam neste viés em razão de que a questão do envelhecimento é multidimensional e interdisciplinar e requer que sejam tratadas de forma intersetorial.

Notamos também o envolvimento dos representantes institucionais no COMID, espaço no qual a Secretaria de Assistência Social, a Universidade, o SESC, a ILPI, a UAMCA atuam em conjunto, garantindo o diálogo e a troca de diversos saberes, configurando a interdisciplinaridade, a qual é um processo que deve garantir a especificidade e ao mesmo tempo a diversidade de saberes, o que se efetiva pela discussão de ideias entre os diferentes atores. Assim, também se percebeu a presença da interdisciplinaridade e da intersetorialidade.

Na fala dos idosos entrevistados apareceram como instituições governamentais a prefeitura, por meio de suas secretarias, principalmente a Secretaria de Saúde e de Desenvolvimento Social, bem como o SESC e o Conselho do Idoso. Assim, percebemos que os idosos entrevistados lembraram mais das instituições governamentais representadas pelos três poderes (o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário), do SESC e não lembraram da Universidade, por exemplo, que é um órgão governamental que também tem ações voltadas aos idosos. A tabela a seguir sintetiza os indicadores mais evidenciados pelos idosos entrevistados e logo a seguir aparecem estas evidências em suas falas.

Tabela 4 - Instituições e órgãos governamentais e não-governamentais responsáveis pela efetivação das políticas públicas no município de Cruz Alta – RS

Instituições Governamentais	Frequência	%
Prefeito/Prefeitura	41	48,80%
Vereadores	12	14,28%
Presidente	1	1,20%
Ministério	4	4,76%
Público/Defensoria		
Secretarias Municipais	8	9,52%
SESC	1	1,20%
COMID	1	1,20%
Governador	2	2,38%
Não sabe	14	16,66%
Total	84	100%

Dessa forma, os idosos entrevistados afirmaram que a responsabilidade pela implementação das ações voltadas ao envelhecimento é dos gestores públicos, tais como Prefeito, secretários de cada segmento, ressaltando ainda que a responsabilidade é dos três poderes, tanto do Executivo, como do Legislativo e do Judiciário. Pode-se observar que os idosos fizeram referência ao Poder Público e suas secretarias, isso significa que eles têm conhecimento de quem é responsável em ofertar ações voltadas ao envelhecimento. Todavia, deixaram de mencionar as ações realizadas pela Universidade de Cruz Alta e pela Igreja Luterana Cruz, confirmando assim, a falta de conhecimento a respeito dessas ações por parte dos idosos entrevistados. As categorias que aparecem na tabela 4 estão evidenciadas nas falas a seguir:

*Eu acho que é o **prefeito**. (IDOSO 2)*

*Eu acho que em primeiro lugar é **vereadores e prefeito** né. (IDOSO 6)*

*É do **Ministério Público**, mas também da **prefeitura**, do **prefeito** também no meu ver. (IDOSO 16)*

*Eu acho que as **Secretarias da Prefeitura** e a própria **prefeitura**, o **próprio poder executivo**. (IDOSO 18)*

*Pois é a gente tá tão descrente com essas políticas de governo que nada chega aonde que deveria de chegar, fica tudo extraviado na mão desses sem-vergonhas e esses órgãos que existe aí a gente não participa de nada aí, a gente só trabalhou, se aposentou e tá levando a nossa vida aqui meio sem retorno dessa parte de vantagens essas coisas quando a gente vai veranejar a gente vai por conta, **SESC** essas coisas a gente não participa dessas coisas. (IDOSO 22)*

*Eu acho que desde o **poder executivo, o legislativo e o executivo** é os que são mais responsáveis por isso e não tá acontecendo eu vejo assim pelo que a gente entende que a gente se vê no rádio e na televisão que os próprios **vereadores** não estão desempenhando as funções deles que é a função de fiscalizar de ir nos bairros eles não vão nos bairros de ir nos bairros ver as necessidades do povo desde a limpeza desde a saúde a educação eles não estão fazendo o que eles tinham que fazer os próprios vereadores não estão fazendo isso. (IDOSO 29)*

*Os **juízes** e o **prefeito** né a **justiça toda**. (IDOSO 40)*

*Não é o **conselho dos idosos**? Eu acho que é esse aí. (IDOSO 44)*

*Não sei te dizer, eu acho que é a **defensoria pública** sei lá os próprios estabelecimentos tem que estarem de acordo com as leis. (IDOSO 45)*

*Nossos **magistrados** aí que **juízes e promotor** essa gente aí **advogado, prefeito**. (IDOSO 52)*

É os gestores públicos, é o prefeito, é o governo, é os secretários de cada segmento, que tá de saúde se falando de saúde e outros segmentos e o governo então esses cidadãos que são os responsáveis e que se provenientes da política e a políticas sabe como que está né e se falando em política pública principalmente essa é que não funciona. (IDOSO 61)

Vale lembrar que o município, por meio de suas secretarias, oferece espaços para a efetivação da política, cabendo ao poder executivo ofertá-las. O controle social da política pública deve ser exercido pelo Conselho Municipal do Idoso, o qual tem o papel de garantir aos idosos o seu direito.

Além do poder executivo, importante ressaltar as ações que a UNICRUZ realiza, por meio do Programa UNATI, oportunizando atividades e espaços de convivência, lazer e educação, com base na legislação, a qual garante aos idosos “todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (art. 2º, Lei nº 10.741, 2003).

Assim como a Universidade, o SESC também desenvolve atividades físicas e de lazer aos idosos, sendo esta uma das primeiras instituições no País a se preocupar com a qualidade de vida na velhice, assegurando ao idoso o direito ao esporte e ao lazer. No SESC - Rio Grande do Sul, o Programa Maturidade Ativa foi criado em 2003, tendo “como objetivo promover a qualidade de vida e o envelhecimento ativo de pessoas com idades a partir de 60 anos” (SESC - RS), criando a possibilidade de convivência, diversão, confraternização e aprendizado.

Do exposto, constatamos que a Universidade e o SESC se preocupam com a questão do envelhecimento e agem de forma significativa em prol dos idosos. Trata-se de programas sociais organizados que tem por missão construir um novo significado social para o envelhecimento, valorizando o papel do idoso na sociedade contemporânea e estimulando a realização de atividades e a prática da responsabilidade social individual, fazendo com que haja participação nesses espaços.

5.2 Políticas públicas voltadas às pessoas idosas, ofertadas por instituições governamentais e não-governamentais na cidade de Cruz Alta – RS

Inicialmente questionamos os entrevistados sobre o seu entendimento de políticas públicas. Assim, observamos que todos os entrevistados chegaram a conclusão que as políticas públicas devem suprir as necessidades da população idosa seja na saúde ou na assistência social, e que estão atreladas aos programas dos órgãos governamentais (municipal,

estadual e federal). Percebemos ainda, haver maior compreensão entre os atores sociais que representam os órgãos governamentais das secretarias específicas, e da Universidade, do que do próprio conselho. Suas falas demonstram estas evidências:

Bom, políticas públicas são e é o cumprimento da lei. O cumprimento da lei é no sentido de garantir o acesso da população, tanto idosa como a população em geral, ao sistema. É constituído na saúde, o sistema único de assistência, aliás, no sistema único de saúde, no sistema único de assistência social e em todas as políticas públicas que levam, que garantam o acesso da população a todas as políticas públicas que elas têm direito. Na verdade é um direito do usuário e da população e dever do Estado entendido aqui como todos os entes federados com suas responsabilidades em cada esfera, em cada nível de governo para ofertar através de programas, serviços, projetos, para garantir o acesso e melhorar a qualidade de vida. (SUJEITO 1)

Bom, eu entendo que política pública é tudo que vem de encontro para ajudar a população, principalmente no caso que nós estamos falando no COMID, a população de idosos. Então acho que tudo que vem de encontro com aqueles problemas que tem no Desenvolvimento Social, na área da saúde e na área de educação, na área da habitação. Eu acho que todas as secretarias estão envolvidas com as políticas públicas que vem de encontro ao idoso. No nosso caso estamos falando aqui no Conselho do Idoso. Eu acho que todas elas somam e acrescentam para cada idoso que necessita e precisa dessas políticas públicas. (SUJEITO 2)

Não, eu complemento as palavras da [...]. A gente é o envolvimento para atender o idoso nas suas necessidades, nas suas funções básicas, né. (SUJEITO 3)

Políticas públicas são políticas desenvolvidas por entidades públicas já o próprio nome tá dizendo relacionado a pessoas enfim né a certa camada da sociedade. (SUJEITO 4)

Políticas públicas acho que o nosso envolvimento e a participação no conselho do idoso é também como nós executando as ações mas a gente tem que saber quais são as políticas tá aliado a isso né. (SUJEITO 5)

Na verdade eu entendo assim por políticas públicas tudo aquilo todas as ações que vão beneficiar o idoso é no caso habitação alimentação saúde principalmente lazer que que o lazer e a qualidade de vida é o que nós trabalhamos aqui na verdade a gente trabalha em proporcionar pra eles né momentos diferentes momentos especiais marcantes na vida então a gente trabalha mais com esse outro lado mais a parte do lazer das políticas públicas né. (SUJEITO 6)

Teriam que ser as políticas que dessem uma vida mais digna mais facilitada para a solução dos problemas do idoso mas na prática não é assim que funciona ela é tão dificultada quanto para outros setores muita teoria e pouca prática. (SUJEITO 7)

Política pública ela é interessante pra gerar o direito só que antes do direito tem o dever né e a nossa sociedade não sabe viver com dever só com direitos. (SUJEITO 8)

São órgãos é são ferramentas que o município o estado enfim o nosso governo federal eles tem pra auxiliar no caso aqui dos nossos idosos né dar uma qualidade de vida melhor para

eles essa questão das aposentadorias então qualidade de vida para mim essas políticas públicas elas tem que trabalhar tem que trabalhar em conjunto né porque não adianta a gente se preocupar eu penso muito na questão da prevenção né então a questão da saúde a questão de ter uma casa pra morar de ter um dinheiro para a sua velhice né se o nosso estado, estado que eu digo é a federação tivesse essa preocupação com a questão da saúde se eu ficasse idoso se Deus quiser eu quero ficar idoso e eu não precisar me preocupar com nada se eu vou ter um médico se eu vou ter um posto de saúde acho que a minha preocupação seria bem pequena porque eu acho que essa maior preocupação dos idosos é a questão da saúde especialmente quando se passa de uma certa idade. (SUJEITO 9)

Políticas públicas é um termo bem abrangente, mas são programas, são ações, enfim são atividades, que são geridas pelo governo; são pensadas na esfera federal, estadual, municipal e que tenha participação também da sociedade civil e também do poder público pensando as questões que envolvem as políticas em busca da cidadania. Enfim, são aquelas políticas voltadas para o atendimento dos demais, enfim, das demais situações que envolvem as pessoas, a sociedade. (SUJEITO 10)

É uma pergunta com resposta ampla a política pública ela pode ser e deve ser principalmente a Assistência Social a saúde é principalmente em promover ações que preservem e que evite doença tais como esgotos encanamentos água encanada tratamento de água aqui nós temos em Cruz Alta que está há muitos anos para ser feito tem um Riacho que corre lá na Vila Ferroviária que pega a vila Alvorada joga é jogam lixo e Tudo nesta valeta Desde o tempo que eu comecei 1997 que eu entrei para os conselhos de saúde e conselho de assistência social do município é que se fala em é canalizar aquele arroio está até hoje então isso é uma política pública de prevenção a velhice a saúde que não é feito em Cruz Alta nesse momento e outras políticas tudo aquilo que envolve obras que venham a beneficiar o povo isso são políticas do governo. (SUJEITO 11)

Teoricamente, a formulação de políticas públicas constitui programas e ações (o que fazer), metas e objetivos (aonde chegar) e estratégias de ação (como fazer) que devem produzir resultados ou mudanças no mundo real. O planejamento de programas, ações, metas e objetivos constituem também objeto de estudo da própria Administração Pública, entendida como atividade do Estado que deve organizar o funcionamento dos serviços públicos prestados à sociedade (RODRIGUES, 2011). Assim o conceito de política pública definido pelos atores sociais entrevistados está correto, embora entre alguns conselheiros do COMID isso precisa ficar melhor definido. Em relação aos idosos, encontramos os seguintes resultados quanto ao conhecimento do conceito de políticas públicas:

Tabela 5 – Conceito de Políticas Públicas para os Idosos Entrevistados

Conceito de Políticas Públicas	Frequência (quantidade)	Porcentagem (%)
Sabe	7	11,12 %
Não sabe	55	87,30 %
Não respondeu	01	1,58 %
Total	63	100%

Os resultados demonstram que há uma significativa parcela dos idosos entrevistados que não sabe o que é uma política pública (87,30%).

Nos Estados democráticos modernos, o conceito de política pública tem íntima ligação com o de cidadania, pensada como o conjunto das liberdades individuais expressas pelos direitos civis (NÈRI, 2005, p. 7-24). A concretização da cidadania ocorre por meio do espaço político, como o direito a ter direitos. Borges (2006, p. 1426) salienta que a população amplamente desprivilegiada, a exemplo da maioria dos idosos, não tem a garantia de acesso aos serviços públicos:

O Estado brasileiro não garante o acesso de uma população amplamente desprivilegiada aos serviços públicos que poderiam dignificar o seu cotidiano e proporcionar uma expectativa de futuro mais promissora e justa. Na prática, o que ocorre é que os que detêm renda mais alta suprem suas necessidades e resolvem seus problemas no âmbito do privado (por exemplo, através de organizações privadas de assistência médica e educacional), com o incentivo da perspectiva neoliberal, porque isso favorece o desenvolvimento do mercado. No entanto, é inegável que o Estado tem um papel importante na dinâmica social por produzir bens e serviços que abrangem o coletivo. Ele deve definir direitos e conceder benefícios aos diversos segmentos da sociedade.

Denotamos que no Brasil, apesar da ocorrência do processo de redemocratização em curso, estabelecido principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, verificam-se profundas desigualdades sociais as quais são vivenciadas mais visivelmente pelos idosos, pois os que hoje têm sessenta anos e mais, em sua grande maioria, tiveram pouco acesso à educação formal e, por força do sistema de governo vigente entre 1961 e 1984, tiveram pouquíssimas chances de realizar propostas de gestão democrática ou participativa, ou delas participar, ou seja, a maioria desses idosos vivencia um processo de despolitização, e a pequena ou inexistente participação política não os ensinou a reivindicar (CANÔAS, 1985, p. 69).

Questionamos ainda, os entrevistados nessa pesquisa a respeito do seu conhecimento prático sobre políticas públicas, visto que pudemos observar que todos os entrevistados possuem esse conhecimento, os quais sintetizamos em subcategorias e posteriormente comprovamos com suas falas estas evidências. Portanto, seus conhecimentos estão relacionados às seguintes políticas públicas:

- Políticas de Saúde e qualidade de vida, desenvolvidas nas Estratégias de Saúde da Família- ESF, por meio de programas (atividades físicas e palestras);

- Políticas de socialização e geração de renda (artesanato, oficinas de geração de trabalho e renda e oficinas específicas do Centro de Convivência: memória, coral, geração de trabalho e renda);

- Políticas de Assistência Social desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (acolhimento, oficinas intergeracionais, inclusão social e de saúde, retomada dos vínculos familiares);

- Políticas de Habitação (acessibilidade nos projetos);

- Políticas de Educação (estudo dos Direitos, especialmente os do Estatuto do Idoso).

[...] o nosso município ele é até privilegiado em relação a outros no sentido de já ter programas, projetos e benefícios e serviços implementados. Por exemplo, na área da Assistência Social nós temos os dois CRAS que são os centros de referência de assistência social que são a primeira porta de entrada da população usuária da assistência social que trabalha desde o acolhimento até as oficinas intergeracionais e de atendimento a geração de benefícios e a inclusão desses idosos em programas sociais na área da saúde. Depois claro, o centro de referência especializado da Assistência Social que aí trabalha com a população idosa que já tem algum direito violado em relação a negligência, maus-tratos, abandono e a retomada sempre dos vínculos familiares. Sempre com a equipe técnica que possa tá trabalhando com essa pessoa idosa a possibilidade da retomada dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos por alguma razão. Então essa política e os profissionais técnicos trabalham muito com isso e na área da saúde também nós hoje temos quase cobertura de 100% de Estratégia de Saúde da Família e temos um pronto atendimento de 24 horas. Na área da Educação também temos vários espaços. Habitação também. Habitação projeto que tem que incluir hoje na própria lei. Tá previsto a questão da acessibilidade, o idoso ser prioritário onde o próprio estatuto do idoso foi uma luta tão importante, como dizia antes na nossa reunião mais de 10 anos tramitando no Congresso para ser aprovado. Faltava mais gente se envolver e se sensibilizar e aí veio todo o movimento a nível nacional dos próprios idosos, dos profissionais, das famílias, do próprio poder público e aquelas pessoas que tinham esse compromisso e finalmente se aprovou o estatuto e ele está aí para ser cumprido em todas as áreas colocando então o Idoso como prioridade. Ele hoje é tratado nos CRAS, nos CREAS, nas unidades de serviço, nos serviços privados também, não só públicos, nas políticas públicas ele também tem que ser tratado com prioridade absoluta né [...] E ainda lembrando na área da assistência social a gente tem o centro de convivência do idoso com oficinas específicas, oficinas de memória, tem o coral,, tem oficinas de convivência entre eles [...]E fazem Geração de trabalho e renda, então tem vários trabalhos realizados e que valorizam o nosso idoso. (SUJEITO 1)

E na área da saúde agora também dispomos da política do idoso que trabalha nas estratégias, que trabalha na ESF, composto também com programas e com atividades cada semana, cada dia trabalham sobre um tema relacionado ao idoso. [...]cada programa na terça-feira é falado também sobre um tema, por exemplo, fragilidade do idoso. Então, sempre eles estão em atividade[...]. (SUJEITO 2)

Artesanato. (SUJEITO 3)

*Pra ser bem franco pelo nosso pouco envolvimento ou pelo nosso breve nós temos pouco conhecimento em relação a legislação alguma coisa a gente já tem conhecimento até pela prática de eu ter trabalhado na secretaria de saúde a gente sempre apreciou algumas normas **por exemplo no atendimento ao público os idosos eles sempre tem a preferência a partir dos 60 65 anos sempre tem um espaço reservado pra ele pelo menos dessa parte a gente sabe e enfim são atitudes que nós temos que tomar porque a legislação ela nos cobra isso né.**(SUJEITO 4)*

*Eu acho que é **lazer saúde educação** pelo menos é o nosso eixo de trabalho né o nosso futuro é focar no **bem-estar social.** (SUJEITO 5)*

*Um dos mais comum chama-se a **habitação a moradia a assistência a saúde uma assistência social condizente** mas isso também nós no dia a dia vivenciamos muita diferença da prática e da realidade né quando o idoso precisa de uma **baixa hospitalar não encontra o idoso precisa de um atendimento especializado fica meses esperando muitas vezes vem a óbito né então como o [...]** falou ali é **direitos existe cumpridos poucos.** (SUJEITO 7)*

*Do **estatuto do idoso** o que me chama a atenção trabalhei muito no Paraná que era o **BPC** que era algo assim que realmente é uma coisa muito interessante né o idoso que não tinha nenhum tipo de rendimento enfim que tá lá na sociedade ganha a família que ele convive não ganha até um salário mínimo então aquele esse benefício né como uma aposentadoria eu acho que é muito interessante isso daí mas **infelizmente** hoje e uma coisa que eu lutei muito no Paraná era essa questão hoje é fácil um idoso conseguir conseguir um **financiamento e geralmente esse financiamento não é para ele é pro Neto bisneto para um filho e isso daí eu acho que teria que mudar teria que mudar por que esse dinheiro não vai para eles né então tem muitas coisas que auxiliariam que auxiliam né como esses direitos né a questão da **passagem de ônibus** né eu tenho a minha mãe que trabalhou a vida inteira então ela pode vir pra cá ela às vezes consegue 100% às vezes consegue 50% então **existem muitas coisas que até funcionam né transporte a questão até a questão de saúde né** hoje o idoso se tiver uma pessoa esclarecida não tou dizendo que os idosos não sejam mais muitas pessoas não têm esse esclarecimento se tiver alguém perto com esclarecimento **tu tem acesso a questão de saúde tem o teu direito né lá na fila do banco** eu acho que isso é a melhor coisa porque eu até brinco né se ele tem tempo ele pode ficar lá né mas no caso se a pessoa tem algum tipo porque pode tá com 60 anos e melhor do que nós na nossa idade né então mas **todos esses direitos como se tem o da criança e do adolescente são importantes né.** (SUJEITO 9)***

*Bem os direitos dos idosos hoje, graças também as políticas públicas estão bem abrangentes. Nós temos também o **estatuto do idoso que prevê todos os direitos que os idosos têm.** Enfim não tem todos os que são importantes né, porque todos são conquistas da sociedade no sentido de fazer com que essa população tenha um atendimento em todas as esferas. Acho que todos os direitos que são importantes foram conseguidos de uma forma, **numa luta da sociedade no sentido de estabelecer a essa população as melhores condições de vida, melhor qualidade de vida,** enfim tudo que faz com que seja pensada essa população numa forma que seja atendida de uma forma bem ampla. (SUJEITO 10)*

*A **política pública** eu entendo quando falar em pública ou público é o que se refere a toda a população da nação **Tudo aquilo que vier em favor do desenvolvimento do país é que trata-se de população vamos ver o transporte público é uma política pública é tem uma política***

pública mais parece que não é coisa séria parece que é brincadeira em todos os municípios existem os Grupos de idosos e muitos são formados e administrados dirigidos pela prefeitura outras cidades também tem como Cruz Alta tem e muito bem servido os grupos de idosos que é promovido pelo Sesc é uma política pública mas é ela é uma ONG não é governamental o que for governamental é isso nós temos infelizmente é como política pública para os idosos no município no estado do Rio Grande do Sul nós temos a criação de muito pouco não tem 30% dos municípios do Rio Grande do Sul que exista o Conselho Municipal do Idoso Conselho Municipal do Idoso é uma política pública mas é promovida pelos municípios e nós não temos 30% dos municípios que têm um conselho municipal do idoso nós temos felizmente mas infelizmente nós temos 497 municípios no Rio Grande do Sul e só um município existe a secretaria municipal do idoso que é a cidade o município de Bagé nenhum outro município existe a secretaria municipal do idoso que tem título de secretário como secretário da saúde secretário de obras públicas como secretário da fazenda em Bagé existe o secretário municipal a secretaria municipal da saúde. (Por que na sua visão tem essa secretaria só no município de Bagé?) Porque o administrador de Bagé quando criou isso teve a ideia de fazer uma política pública exclusivamente voltada para o idoso ou um órgão municipal que atende exclusivamente o idoso então é isso Os outros ainda não se acordaram que o idoso é o que construiu o país o município e o estado o idoso baseado no aposentado é o que mais contribui que é aquilo que eu já forneci que para mim especificamente para Cruz Alta a Previdência Social através dos idosos que são aposentados retira de Cruz Alta anualmente 77 milhões de reais em compensação retorna para Cruz Alta 180 milhões de reais a título de pagamento dos idosos aposentados quer dizer há um saldo aí favorável ao município de 103 milhões de reais anuais dinheiro que circula no comércio e rende arrecadação de impostos tanto para o município como para o estado porque o dinheiro do aposentado não vai pra poupança ele gasta em farmácia gasta em supermercado gasta nos bolichos de vila da periferia mas jamais vai para a poupança a não ser um número assim quase insignificante talvez 5% que são aposentados mas que continuam trabalhando são do comércio pessoas do comércio comerciantes que não dependem para viver da renda da aposentadoria então esses não se conta mas isso é 5% de um total de 100%. (SUJEITO 11)

Dessa forma, consideramos que as políticas públicas existem, ou seja, os representantes institucionais souberam conceituá-las, cada um do seu modo, e referiram o Estatuto do Idoso, o atendimento prioritário e o Benefício da Prestação Continuada –BPC, como exemplos. Sabe-se que o Estatuto do Idoso é um marco na garantia institucional, o qual elenca os direitos, em especial, a prioridade, tal como referenda a seguir:

Art. 3º **É obrigação** da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público **assegurar ao idoso, com absoluta prioridade**, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Lei Nº 10.741/2003, Redação dada pela Lei nº 13.466, de 2017)

§ 1º **A garantia de prioridade compreende:**

- I – **atendimento preferencial imediato e individualizado** junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – **preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;**
- III – **destinação privilegiada** de recursos públicos nas áreas relacionadas com a **proteção ao idoso;**

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – **priorização do atendimento do idoso por sua própria família**, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e **gerontologia** e na **prestação de serviços aos idosos**;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de **caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento**;

VIII – **garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais**.

IX – **prioridade** no recebimento da restituição do Imposto de Renda. (Incluído pela Lei nº 11.765, de 2008).

§ 2º **Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.** (Incluído pela Lei nº 13.466, de 2017).

Denotamos, assim, que o direito de prioridade no atendimento ao idoso está legalmente instituído, inclusive com prioridade especial aos maiores de 80 anos. Quanto ao benefício assistencial ao idoso – Benefício da Prestação Continuada (BPC), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garante um salário mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais desde que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Lei Nº 8.742/1993): “Art. 2º A assistência social tem por objetivos: [...] e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)”.

Este mesmo questionamento foi feito aos idosos entrevistados, ou seja, a respeito do seu conhecimento prático sobre políticas públicas e as respostas foram sintetizadas em categorias, conforme a tabela que segue:

Tabela 6 – Conhecimento prático dos idosos entrevistados sobre as políticas públicas

Conhecimento	Frequência	Porcentagem
Sim	27	42,86%
Não	35	55,56%
Não respondeu	01	1,58%
Total	63	100%

Conforme a tabela, verificamos que mais da metade dos idosos não possuem o conhecimento prático sobre as políticas públicas, o que demonstra a falta de informação por parte dos idosos, pois eles fazem uso das políticas públicas sem saber o seu verdadeiro significado e/ou conceito, o que também demonstra a falta de participação nos espaços

institucionais, nos quais os idosos podem se informar, discutir, questionar a implementação dos direitos a eles previstos legalmente, que são as políticas públicas.

Como forma de investigar a tomada de conhecimento das políticas públicas pelos representantes institucionais entrevistados, observamos que todos possuem esse conhecimento e relataram quais políticas públicas eles conhecem. Muitos deles vivenciam esse protagonismo em suas histórias de vida profissional e como cidadão. Os melhores exemplos de espaço para se conhecer estas políticas são a participação nos Fóruns e Conferências e na participação ativa no próprio Conselho do Idoso. Outros espaços de geração de conhecimento é a Universidade na promoção de pesquisas e de eventos de extensão como semanas acadêmicas e congressos científicos cuja temática seja o envelhecimento, o SESC com sua atuação pioneira na área do envelhecimento e a própria Igreja Luterana Cruz que oferta este espaço de convivência para as pessoas idosas. Suas falas demonstram estas evidências:

*Bom a maioria delas eu ajudei a implementar como fui coordenadora regional de saúde aqui no período 1999 a 2002. Então lá na época já como coordenação, com braço do estado na época, a gente ajudou a organizar uma série de questões; depois como **Secretária Municipal de Assistência** que eu fui no período de 2005 a 2008 e depois 2009 a 2012 fui **Secretaria Municipal de Saúde no Município de Cruz Alta**. Já trabalhei em outros municípios também. E agora voltei pra estrutura pública de Cruz Alta depois de um tempo fora, mas sempre então fui um sujeito ativo vamos dizer assim da implementação das políticas e da busca do conhecimento de programas, de projetos, serviços e como cidadã o meu envolvimento como cada um de nós tem que ter, cada um de nós é se não morrer antes vai ser idoso um dia então não é só pensando no nosso futuro de idoso, mas também pensando no direito da população. Então, nesse sentido a gente também se envolveu como sujeito e como protagonista. **Como ente representando um poder público mas também como sujeito protagonista, como Cidadã.** (SUJEITO 1)*

Através do próprio conselho municipal do idoso do qual a gente faz parte através das reuniões do conselho né e na realidade da minha parte ainda falta me inteirar um pouco mais estudar um pouco mais essa legislação até pelo pouco tempo que a gente tem tá envolvendo diretamente um pouco mais com o conselho porque além do conselho a gente se envolve em outros né representando a entidade. (SUJEITO 4)

Eu acho que aí é pela própria participação no conselho né. (SUJEITO 5)

*É a participação no conselho e das diretrizes do sesc a gente trabalha sempre alinhada né com a **cartilha do idoso** sabe então a gente tá sempre alinhado com os **direitos** e também os **deveres** né da **pessoa idosa** então todo nosso trabalho ele é eu acho que desenvolvido em cima disso só que nós partimos mais para a parte do **lazer e qualidade de vida** mas a gente tá sempre em cima desses **princípios** na verdade. (SUJEITO 6)*

*Nós participamos do **Conselho de assistência social** eu fizem 8 anos que estou lá no **conselho** então ali a gente tá sempre se interagindo da **legislação** né. (SUJEITO 8)*

*Tomei conhecimento porque eu trabalhei durante 5 anos no **conselho dos idosos** no paraná fui **presidente do conselho dos idosos** uma cidade pequena de 7 mil habitantes no entanto mais de 3 mil habitantes são **idosos** não então existe uns clubes **clubes dos idosos** não onde a gente tinha oportunidade de uma vez por semana quer dizer na verdade haviam vários clubes não então uma vez por semana a gente ia no clube onde tinha um momento com eles sempre levava um médico ou levava uma palavra de conforto de consolo de motivao e eles tinham depois também o baile deles um momento assim que isso numa cidade pequena é muito importante e se reunia a cada ano pra uma **feira dos idosos** então eu conheci muito bem até a gente já teve em algumas **conferências estaduais** em Curitiba então tem muito **direito** fala assim não você que trabalha com o **direito** a gente sabe **não faltam leis o problema é a aplicao delas** o problema é que às vezes se tem se tem recursos que por falta de esclarecimento não se consegue  faltam projetos não eu acho que a coisa mais difícil talvez o assunto eu estou fugindo mas para conseguir essas **políticas públicas** precisa ser feito **projetos** nós precisamos de **pessoas capacitadas** que busquem projetos especialmente aqui para os **idosos** eu falo **Cruz Alta** o que que a gente tem tem o clube l na Santa Terezinha foi algumas vezes mas é muito pouco não para atender toda nossa **populao idosa em Cruz Alta e tem uma populao idosa muito grande.** (SUJEITO 9)*

*Bom dentro dessa vivência que eu tenho com esse público e na participao dos fóruns, participao também junto aos conselhos e também na participao em semanas acadêmicas voltadas ao envelhecimento, Congressos, trabalhos que a gente vem realizando de extensão e de pesquisa. Nós temos pesquisas que realizaram diagnóstico dos idosos do **COREDE Alto Jacuí e também aqui no nosso município** então envolver em um estudo bem abrangente aqui da **Universidade de Cruz Alta** Então, a gente tem no diagnóstico e isso a gente acaba se envolvendo porque a gente trabalha diariamente com esse público. (SUJEITO 10)*

* tomando lendo **notícia** me informando **jornal televisão rádio** e em outras **participando das mesmas** como eu participei tomei parte do **Conselho Municipal de assistência social e o Conselho Municipal de Saúde** que inclusive hoje ainda pertence ao conselho municipal de saúde e a gente então toma conhecimento dessas **políticas públicas.** (SUJEITO 11)*

Assim, a tomada de conhecimento das políticas públicas por parte dos representantes institucionais ocorreu com a participao destes no Conselho Municipal do Idoso - COMID, nos fóruns e conferências, ou seja, nos espaços de discussão e troca de conhecimentos, por isso é de tamanha importância a reivindicao de direitos em prol do envelhecimento nesses espaços, tendo inclusive, o sujeito 1, referido que ajudou na implementao das políticas públicas.

Em relao a tomada de conhecimento das políticas públicas por parte dos idosos, observamos as políticas públicas que completam na tabela a seguir:

Tabela 7 – Tomada de Conhecimento das Políticas Públicas por parte dos idosos

Tomada de conhecimento	Política Pública	Frequência	%
Na rua e nos estabelecimentos que frequenta	Transporte gratuito, prioridade nas filas de Banco; prioridade no atendimento médico, remédio, saúde e grupo de idosos (Posto); viagem interestadual; respeito, moradia, educação e assistência social; trabalho	14	22,26
Meios de Comunicação (TV, internet, jornais e rádio)		11	17,46
Legislação	Estatuto do Idoso	2	3,17
Por meio de leitura		1	1,58
COMID, OP, Fóruns e Conferências		1	1,58
Reuniões no Posto de Saúde	Saúde	1	1,58
Envolvimento/engajamento	Candidato a vereador	1	1,58
Político			
Não respondeu		32	50,79
Total		63	100%

Com base nos dados apresentados, constatamos que a maioria (39,72%) dos idosos tomaram conhecimento das políticas públicas nos lugares que costumam frequentar, na rua e estabelecimentos e por meios de comunicação. Assim, denotamos que a participação nos órgãos de reivindicação é mínima e que há pouco conhecimento sobre a legislação até mesmo porque metade deles (50,79%) não respondeu a este questionamento, isso porque o idoso só possui o conhecimento do que ele realmente necessita, como o transporte gratuito, atendimento médico e acesso a medicamentos.

Ainda, cumpre destacar as políticas públicas voltadas às pessoas idosas, ofertadas pelas instituições governamentais e não-governamentais na cidade de Cruz Alta – RS, de acordo com cada instituição, a seguir.

1) Secretaria Municipal da Administração e Desenvolvimento Humano: Esta Secretaria implementou a Lei municipal nº 2.311, de 05 de março de 2013, a qual alterou o art. 1º da Lei municipal nº 390, de 17 de setembro de 1997, com a seguinte redação: “Art. 1º - Os usuários, com mais de 60 (sessenta) anos de idade, ficam isentos do pagamento de passagens no transporte coletivo urbano municipal em face de disposição constitucional, deverão comprovar sua idade através de documentos de identidade”. A referida Lei entrou em vigor na data de sua publicação.

2) Conselho Municipal do Idoso (COMID) e Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS): Realizam ações e programas para a Pessoa Idosa, tais como o “Dia

Mundial de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa”; “Desenvolvimento de Políticas Sociais para Pessoa Idosa”, tendo como ações a “Manutenção do Centro de Convivência do Idoso (CCI)”, o “Apoio às ações governamentais socioassistenciais e não governamentais aos idosos”, a “Implementação de Programas e Projetos” e a “Manutenção do COMID”. O conselho Municipal do Idoso, em Cruz Alta foi criado em 1999 e realiza desde a sua constituição, em um ano uma Conferência e no outro ano um Fórum. Portanto, os espaços e as discussões estão abertas, cabendo a população buscar a participação.

Com a Constituição de 1988, os conselhos adquiriram um papel mediador entre o Estado e a sociedade. Segundo Siqueira (2001, p. 40):

O trabalho dos Conselhos Municipais do Idoso é extremamente importante e é desenvolvido tendo-se em mente que as conquistas sociais só acontecem em bases organizadas e participantes. A única maneira de garantir aos nossos velhos o espaço que lhes é devido na sociedade é criar em cada município um Conselho Municipal do Idoso.

3) Serviço Social do Comércio (SESC): Desenvolve atividades físicas para a pessoa idosa – Programa “MATURIDADE ATIVA” - bem como viagens e palestras, proporcionando lazer e qualidade de vida. O SESC, em relação à terceira idade, desenvolve a integração de informações, por meio de uma rede de serviços para este segmento, além do desenvolvimento de pesquisas e ensino (OLIVEIRA, 2012, p. 13-14). Neste sentido o SESC no município de Cruz Alta é bastante ativo e conta com um grupo de idosos participando de suas atividades.

4) Associação Beneficente Santo Antônio (ILPI): Recebe idosos que são desamparados pela família e pela sociedade, no entanto, colaboram com a manutenção da vida, da saúde e da habitação desses idosos. A universidade de Cruz Alta UNICRUZ realiza projetos e ações de extensão junto a essa ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos);

5) Igreja Luterana Cruz: Possui grupos de idosos e oferta atividades físicas e palestras para os idosos;

6) Universidade de Cruz Alta – A UNICRUZ por meio do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UNICRUZ) realiza atividades que inserem o idoso no meio acadêmico, como forma de implementar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Esse programa tem como objetivos promover a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida de idosos, desenvolver iniciativas culturais e intelectuais com currículo amplo incluindo habilidades práticas e atividades de lazer. Todavia é ofertado desde o ano de 2008, embora

desde o ano de 2000 a Universidade já tivesse grupos de terceira idade com idosos que participavam de atividades físicas, artesanato, viagens, aulas de poesias, hidroginástica, dança e inclusão digital. Estas atividades continuam sendo realizadas atualmente por meio da UNATI, com exceção das viagens (GARCES; BRUNELLI; HANSEN; 2011, p. 179).

Dessa forma, o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano (GIEEH) da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ juntamente com a Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI) tem o objetivo de promover a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida de idosos.

A Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) é uma instituição comunitária, sem fins lucrativos, localizada na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul e tem como abrangência de atuação o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Alto Jacuí. Este COREDE é constituído por um número representativo de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos que dependem da produção rural. Além desse COREDE, existe o COREDE Alto da Serra do Botucaraí, onde a Universidade de Cruz Alta também tem atuação. A população de pessoas idosas de ambos os COREDE'S abrange um total de 37.573 (trinta e sete mil quinhentos e setenta e três) idosos (IBGE, 2011).

A UNICRUZ inicia suas ações por meio da formação do Grupo de Terceira Idade “Valorização da Vida”, onde alunos e professores do curso de Educação Física desenvolviam atividades de recreação e lazer. Em seguida, outras atividades foram se agregando, como a ginástica, os jogos adaptados, a hidroginástica, a pintura em tela, as oficinas de produção textual, além das excursões e viagens recreativas (GARCES; BRUNELLI; HANSEN, 2011).

Algumas ações importantes ocorreram na UNICRUZ, a primeira delas foi a participação da instituição na criação do Conselho Municipal do Idoso; outra ação importante foi a constituição do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano, no ano de 2000 e, que em 2002 foi cadastrado na plataforma dos Grupos de Pesquisa do CNPq. A constituição do grupo efetivou ações de pesquisa e de extensão na Universidade com uma produção científica na área bastante efetiva. Ainda, nesse mesmo período, a UNICRUZ inicia participação no Fórum das Instituições de Ensino Superior (IES) com Ações Voltadas ao Envelhecimento e, do qual até hoje faz parte.

Outra ação importante da UNICRUZ foi a criação da UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade, no ano de 2008, o que contribuiu para que houvesse a participação dos idosos na Universidade, e permite afirmar que:

[...] esse processo é importante, possibilitando a convivência intergeracional com os jovens. Motivo pelo qual permite que os idosos sintam-se integrantes da sociedade contemporânea, independente da idade cronológica que possuam, derrubando preconceitos e mitos de que a sociedade é um espaço apenas para a juventude. (GARCES; BRUNELLI; HANSEN, 2011, p. 179)

A ação desenvolvida pela UNICRUZ, procura integrar o idoso na comunidade acadêmica, incluindo-os como cidadãos de direitos, oportunizando a convivência intergeracional com a juventude, ao permitir que os idosos integrem o meio acadêmico e sintam-se parte da sociedade.

Dentre as ações efetivadas pela UNICRUZ em relação ao envelhecimento, cabe destacar o trabalho desenvolvido em relação à questão do envelhecimento como um “Direito Humano”. Essas ações foram desenvolvidas por intermédio da inserção da UNICRUZ no Programa Rede Escola de Governo da FDRH (Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul), por meio do qual executou o Programa de Gestão de Políticas Públicas para os Direitos Humanos com ênfase para a diversidade geracional (envelhecimento). Essa participação possibilitou que a UNICRUZ desenvolvesse seminários sobre a Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI), percorrendo todo o Estado.

Assim, os gestores universitários necessitam reconhecer essa realidade que se apresenta, identificando e estimulando possibilidades de inclusão da população idosa junto às suas Instituições de Ensino Superior, garantindo os direitos da pessoa idosa previstos na legislação vigente.

Na Instituição existem programas de extensão voltados para os idosos. Estes projetos e programas de extensão universitária proporcionam ao idoso o conhecimento acumulado em todas as áreas, prestando assistência à população, através do diálogo, das trocas de experiências, facilitando o processo de ensino e aprendizagem, além de constituírem-se em campos de intervenções práticas que auxiliam o aprendizado e a capacitação dos idosos. (GOMES et al., 2014).

A UNICRUZ oferece ingresso especial aos cursos de graduação, sem prestar vestibular às pessoas com mais de 35 (trinta e cinco) anos e descontos nas mensalidades para alunos com 50 e 60 anos ou mais, por meio do edital PROBIN (Programa de Bolsas Institucionais). Isso contribui para que idosos ingressem no Ensino Superior com mais facilidade. Destacamos que a tendência ao estímulo da presença de idosos na Instituição de Ensino Superior é antiga, sendo desenvolvida há anos, por meio das iniciativas do projeto UNATI e o programa “Ative-se”, que permitem a inclusão de idosos em atividades esportivas, recreativas e intelectuais.

No ano de 2015, três cursos foram ofertados à população de idosos: Inclusão Digital na Terceira Idade, Vivências Acadêmicas e Curso de Formação para a Terceira Idade, nos quais as propostas são distintas por objetivos, nível de dedicação, duração e investimento.

O programa Vivências Acadêmicas permite que pessoas com mais de 50 (cinquenta) anos acompanhem disciplinas do Ensino Superior, mesmo que não tenham concluído o Ensino Médio, oportunizando vivências teóricas e práticas para esta faixa etária, acerca de conteúdos específicos, ao mesmo tempo em que proporciona momentos de convivência intergeracional. Para cursar estas disciplinas, os idosos recebem 50% (cinquenta por cento) de desconto nas mensalidades. Por sua vez, o Curso de Formação para a Terceira Idade oferta, durante dois anos, formação acerca de leitura e interpretação de texto, alimentação e gastronomia e memória e raciocínio, em uma iniciativa interdisciplinar. Quanto às propostas especiais de cursos de pós-graduação para pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, se graduado, pode ingressar nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *scripto sensu* da Instituição de Ensino Superior.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a área do envelhecimento vem sendo desenvolvidas há aproximadamente quinze anos na UNICRUZ, tendo como responsáveis docentes das mais diversas áreas de formação, os quais coordenam grupos de docentes colaboradores, acadêmicos, bolsistas e voluntários.

Na IES busca-se a articulação das ações realizadas com idosos junto a outros projetos e programas de pesquisa e extensão como, por exemplo, a interação entre os idosos e a equipe do Projeto Rondon e Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos. Dentre as principais ações desenvolvidas, destaca-se o Fórum, por ser um espaço de articulações políticas e mobilização de organizações sociais; aproximação das IES e socialização das ações; discussões sobre envelhecimento e oficinas envolvendo os idosos; troca de conhecimento das atividades entre as IES; ações de pesquisa e estudos sobre a temática e discussão sobre os direitos dos idosos.

7) Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta/RS: Reivindica os direitos dos aposentados e pensionistas, lutando a favor da implementação dos seus direitos e promovendo o idoso como ator social. A preocupação pública com as necessidades acarretadas pelo processo do envelhecimento foi forçada em grande parte pela organização social dos idosos no país, realçando-se o protagonismo do movimento social dos trabalhadores aposentados na luta pela garantia de direitos conquistados pela dedicação a uma longa jornada laboral. Esse movimento contribuiu para posicionar na cena pública, os idosos como um novo sujeito político que reivindicava direitos a uma velhice com dignidade.

Com isso, a luta dos idosos pelo reconhecimento de seus direitos traz embutido um novo sentido de ressignificação da velhice na realidade brasileira como um tempo de poder atribuir melhor qualidade aos anos acrescidos à existência humana. Nesse aspecto, Berzins (2003, p.19-35) reforça que com o aumento da longevidade há a necessidade de adoção de políticas públicas que habilitem os idosos e reforcem a sua presença e o seu lugar na sociedade.

5.3 Implementação e efetivação das políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer, transporte, cultura) no município de Cruz Alta -RS

Observamos que, na fala dos representantes institucionais, a assistência social, os transportes, o lazer e as atividades físicas são as políticas públicas em que existe maior implementação e efetivação. Suas falas demonstram estas evidências:

*É aquilo que eu falava um pouquinho na reunião do conselho nós percebemos que **faltava um espaço para os idosos que não são ativos e que não participam dos grupos de convivência das atividades recreativas de lazer de reflexão, de geração de trabalho e renda os que não conseguem ver a política pública ofertada, mas muitos não conseguem chegar. São aqueles que, com alguma sequela ou debilitado, jamais vão dizer que a gente precisava esse espaço que é o centro dia.** [...] nós já cadastramos [essa necessidade] onde a população idosa pudesse participar ficar vinculado a esse serviço então durante o dia e à noite retornar para a família com profissionais, onde a secretaria terá que organizar, é todo um serviço a ser estruturado. Nós já cadastramos esse serviço no Sistema Nacional de registro de projetos junto ao Ministério Desenvolvimento Social e agora estamos aguardando que o governo federal tenha essa sensibilidade e entenda que Cruz Alta precisa desse serviço e nos dê esse co-financiamento para que a gente possa então construir esse centro dia para nossos idosos. (SUJEITO 1)*

*Pra te ser bem franco nessa parte eu **tenho pouco conhecimento** então não não posso te responder exatamente quais delas sei que existe mas não posso responder não sei dizer quais delas são. (SUJEITO 4)*

*Olha no meu conhecimento acho que é mais o **lazer** né que o **município** tem o **centro social do idoso** tem os **ESF's** que fazem **atividade física a saúde** eu acho que ele é tratado como qualquer outro cidadão né eu não sei se eu desconheço se tem alguma preferência no atendimento mas eu acho que é mais **lazer** mesmo. (SUJEITO 5)*

*Eu acho que essa parte do **lazer e qualidade de vida** eu acho que o município tem bastante **grupos** como a [...] falou tem vários grupos na cidade que são bem **ativos** e bem **atuantes** então eu acho que seria mais essa parte porque a saúde né habitação. (SUJEITO 6)*

*Olha eu desconheço qual seria a que é mais implementada né nós tratemos com uns casos específicos que nos procuram né olhando assim por cima eu acho que **falta muita coisa que realmente efetiva** muito pouco. E outro detalhe é que **muitos familiares se utilizam desse benefício para fazer empréstimos nos cartões, empréstimos consignados né e deixando o idoso em situação desgraçada** mesmo né [...] que nós encontramos às vezes situações terríveis. (SUJEITO 7)*

*Eu acho que a **mais efetiva** ainda é a **assistência social através do benefício de prestação continuada** né que gera uma renda até que ponto isso é justo também é discutível né porque normalmente quem recebe um BPC é porque nunca contribuiu né então tá recebendo um benefício sem ter contribuído quando muitas vezes tem gente que contribui e não chega a receber o benefício e a gente sabe que o **LOAS ele não é permitido fazer empréstimo consignado ele é um benefício, vai no banco vê se eles não fazem** é que eu sou curador eles me oferecem dos idosos que eu tenho curatela eles me oferecem inclusive o **banco** cada mês trancava minha senha pra mim me obrigar ir lá pra eles me oferecerem empréstimo não pode. (SUJEITO 8)*

*Olha de é bem difícil isso daí talvez talvez eu falaria da questão da **assistência social** porque **lazer eu não vejo nada voltado para o idoso, habitação eu não vejo nada nada** assim é voltado pro idoso também é como algumas se a gente pegar o nosso **asilo** o nome não é bonito mas lá eu acho que **nessa questão de habitação eu vejo lá então lá é muito bacana a gente acompanhou são muito bem cuidados** então esse é um trabalho legal que eu não sei se é nível municipal como que é feito né mas tem várias instituições que colaboram lá então acho que esse é um **ponto muito positivo** dentro da nossa cidade é o nosso **asilo** e se tem um respeito muito grande dentro das nossas instituições pelo pelo asilo mas eu acho que é a questão de **assistência social** que é o que que eu vejo que mais que mais tem **foco** aqui por causa dos bairros né que tem os **clubes** não sei se é chamado clube de mães para chamar o clube de mães mas são os clubes da cidade assim nos **bairros** onde se tem um **trabalho com a criança adolescente e tem com os idosos também especialmente o centro social urbano** ali eu sei que eles têm semanalmente o trabalho na verdade **todo dia eles tem um dia da ginástica um dia onde eles tem uma palestra** eu já fiz já fiz algumas **celebrações religiosas** lé então eu acho que o **centro social urbano se a gente conseguisse expandir aquela ideia que eles tem lá pra todo nosso município trazer um pouco pro centro** porque o nosso centro ali onde a gente está com a nossa igreja a igreja luterana a maioria das pessoas que moram ali elas são idosas então assim a gente pensa que atividades a gente conseguiria fazer para trazer essas pessoas né que nem o **SESC** trabalha também a **Unimed** nessa questão de **saúde** né essa questão de **ginástica** a maioria são mulheres eu falo porque a gente acompanha porque mora pertinho então tanto do **SESC** como da **Unimed** a grande maioria são mulheres **as mulheres se preocupam mais, elas tem eu não sei, incentivo uma incentiva a outra e os homens acabam morrendo antes porque eles não aproveitam essas pode ser poucas oportunidades, mas se a gente buscar tem oportunidade no município.** (SUJEITO 9)*

*Sim, Eu acho que dentro das políticas do nosso município acho que **assistência social tem um trabalho bem relevante para o atendimento junto ao COMID, pois essa parceria existe atualmente.** A gente vê também que a **saúde juntamente com a assistência social são duas situações fortes, no caso são dois órgãos governamentais municipais e que estão muito bem implementados e eu acho que conseguem atender.** Evidente também que **a parte de lazer existe porque o nosso município tem prestado esse atendimento através do Centro de Convivência do Idoso** e de outros grupos da terceira idade onde eles apoiam e que tem que abrange uma população grande de idosos que participam desses grupos. (SUJEITO 10)*

Eu sei que tem reservado para os idosos 3% é de preferência na aquisição da casa própria isso é lei federal mas não sei se isso é cumprido ou não porque existe um empecilho também pro idoso que na própria lei o financiamento que é segurado por seguro o financiamento tem o seguro e o seguro não aceita pessoas acima de 80 anos é uma pergunta que eu fiz ao em Porto Alegre quando eu presidente da Federação dos aposentados e pensionistas para o gerente do serviço de financiamento da casa própria da Caixa Econômica Federal de Porto Alegre que administrava a região metropolitana muito grande lá é a pergunta que eu fiz qual era o prazo de financiamento eu iniciei perguntando até quando qual é o maior prazo concedido pela Caixa para os empréstimos da aquisição da casa da própria nós temos diversos planos de acordo com a posse do financiado até 30 anos aí que eu fiz a pergunta para ele o senhor sabe que os idosos são aposentados principalmente a idade de 60 anos em diante todos aposentados outros se aposentam com 70 outros com 75 anos aí eu perguntei qual é o prazo que concede a um aposentado que tenha 75 anos de idade e queira tirar empréstimo 5 anos se ele tiver condições de pagar em 5 anos tem pressa então é uma política meia capenga. É de momento eu não sei, eu sei que o esforço eles tão fazendo esforço agora principalmente este ano não sei a data há muito tempo já tem como política também é como política pública ao idoso na justiça principalmente havia isso e o idoso acima de 65 anos tem preferência em todos os estados inclusive em processos judiciais, acima de 65 anos é preferencial tem preferencial na tramitação em todas as partes o transporte público que é uma política pública do Idoso já criada a diversos anos transporte gratuito e urbano aos maiores de 65 anos não importa a renda que o mesmo tenha a lei determina que aos 65 anos o idoso tem transporte gratuito na no urbano então isso é uma política pública do idoso só que agora esse ano tem a lei se pode chegar em qualquer repartição onde tem lotéricas e outras coisas pessoas acima de 80 anos tem a super preferência então tem a preferência sobre os outros idosos também isso também é uma política pública que também tá sendo executada em favor dos idosos. (SUJEITO 11)

Consoante as falas dos representantes institucionais, constatamos que a assistência social, os transportes, o lazer e as atividades físicas são as políticas públicas que estão sendo implementadas, uma vez que há no município o Centro de Convivência do Idoso, local onde se oportuniza atividades de geração de trabalho e renda, entretenimento e lazer. Corroboramos também as atividades físicas realizadas nas ESF, e assim há a formação de grupos ativos no que tange à prevenção de doenças e a garantia de qualidade de vida ao idoso. Quanto à assistência social, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, há o direito do idoso com 65 anos ao BPC, fazendo com que nenhum idoso venha a passar necessidades. Também houve referência às atividades, programas e ações desenvolvidas pelo SESC e pela UNIMED, assim como ao COMID, sendo este, órgão de suma importância e que permite aos idosos e aos órgãos institucionais reivindicar e discutir as políticas públicas. O sujeito 11 trouxe em sua fala com o fim de caracterizar políticas públicas, o direito à preferência, ao transporte gratuito e a “super preferência” aos idosos com 80 anos ou mais, demonstrando assim o seu conhecimento prático. Por meio das falas dos representantes institucionais, há de

se afirmar portanto, que há maior implementação no que diz respeito à assistência social, ao transporte, ao lazer e prática de exercícios físicos.

Como forma de apontar quais políticas públicas não estão implementadas ou não se efetivam no município, pudemos observar que os representantes institucionais entendem que não há efetividade na saúde quanto a questão de atendimento médico, agendamento de consulta e acesso prioritário do idoso a esse serviço, conforme as suas falas:

*Eu quanto a questão do da tu falando em lazer algo que eu tenho **observado** uma coisa eu tenho **visto** que é **notório a questão da mobilidade** deles a gente sabe que existe **programas** que faz com que os **idosos** vem estar **praticando exercício se movimentando** né isso a gente acha interessante pela **questão da saúde** dele mas que **existe política** a gente sabe que existe só que agora **eu não sei exatamente especificar quais são as que mais se destacam aí.** (SUJEITO 4)*

*Aí eu já **não tenho conhecimento** pra te responder isso. (SUJEITO 5)*

*É na verdade é sobre o que as pessoas comentam né **a pessoa idosa reclama muito da parte da saúde** né, então é o que eles mais comentam que tem mais dificuldades de até pelo **problema de saúde marcar uma consulta, depois da consulta marcar os exames, depois os exames pra pegar,** então é mais um, seria um **problema,** a maioria eu acho que é a **saúde** né. (SUJEITO 6)*

*Olha **totalmente não implementada** sei eu lá, o que eu posso dizer só que tem muita **precariedade** né, por exemplo, **a assistência saúde** como o [...] falou antes **quando precisa de um atendimento mais especializado** é uma **dificuldade enorme** né e se **não é alguém correr atrás não consegue** né e também na própria essa **fiscalização** que se fala tanto em **fiscalizar as políticas públicas** né será que **fiscalizam as famílias que deixam os idosos em situação precária?** Só em último caso quando vai uma **denúncia para a promotoria pública** né como falamos anteriormente **o idoso poderia ter uma vida um pouquinho melhor** porque **mais digna com esse benefício social** mas ele é **usurado** né com esses **empréstimos malditos empréstimos consignados** né nós temos **idosos aqui que entraram aqui recebendo R\$ 260,00** e o resto tudo **comprometido com empréstimos** é justo? Não é justo, família se beneficiou alguém da família se beneficiou fazer cartão de crédito em nome do idoso que mal sabe dizer seu nome, **complicado.** (SUJEITO 7)*

***Empréstimo consignado em caixa eletrônico?** Sem assinatura sem nada simplesmente põe ali a senha e a senha o idoso dá para o filho dá pro neto para movimentar pra eles e às vezes nem ficam sabendo quem foi que fez o empréstimo. Na verdade **não é nem Cruz Alta** acho que é o país todo né com a **dificuldade financeira** que tem o país devido ao sistema de gestão que usam que é **totalmente errado** não sobra muito recurso pra **implementar essas políticas públicas** né mas eu acho que dentro da possibilidade elas são **efetivadas** tipo a **habitação** quando tem **sorteio da minha casa minha vida** se for um idoso ele tem preferência né até que ponto isso tá certo também não sei porque daqui um pouco o idoso vem a faltar e alguém se beneficia dessa casa que era dele né. (SUJEITO 8)*

*Eu vejo a questão do **lazer**, não eu vejo essa questão da Saúde, saúde ela tá tem algumas instituições se preocupando já é um bom começo acho que tem tanto a Unimed como o Sesc o*

centro social urbano esses clubes da cidade eles promovem eles promovem essa questão de saúde eu acho que falta na questão do lazer porque eles estão foram pessoas os idosos hoje pessoas que produziram muito uma sabedoria gigantesca eu falo tu quer ver agora tu quer ver no município tu passa no calçadão estão aqueles senhores conversando eles entendem muito de política eles entendem das notícias então é um bate papo legal tão às vezes jogando dominó uma coisinha ali eu acho que o município deveria se preocupar com isso nossas praças é oferecer de oferecer espaço públicos para que os idosos tivessem essa oportunidade de se confraternizarem e de repente uma a questão de piscinas questão de hidroginástica acho que nós precisaríamos se preocupar com isso daí né quem sabe comprar o Guarani. (SUJEITO 9)

Não tenho muita certeza mas acho que talvez a habitação não esteja totalmente implementada, provavelmente não existe uma proposta de atendimento nesse sentido. (SUJEITO 10)

Aí tu tocou num ponto que eu já me bato há muito tempo no tratamento à saúde os postos de saúde da família aqueles que precisam marcar consulta nós nos batemos há muito tempo que deveria o idoso ao chegar ter preferência ou então sugestão minha que eu fiz isso que se determinasse que no mínimo uma reserva de X consulta para os idosos em primeiro lugar isso não é implementado até hoje, pessoa, os doentes que querem consultar tem que chegar de madrugada e vão pegando ficha de acordo com a ordem de chegada então isso é uma política pública dos idosos que não tá sendo aplicada e que deveria ser aplicada é como eu entendo Boa Vontade política dos administradoreS, dos executores dá atendimento à saúde do idoso. É exatamente é falta de boa vontade dos administradores e chefes de serviço da política pública de saúde. (SUJEITO 11)

Compreendemos que os representantes institucionais mencionaram que não há efetividade na política de saúde quanto ao atendimento específico para idosos, tendo em vista que estes têm direito à preferência e mesmo assim há dificuldades em marcar uma consulta, agendar exames. Dessa forma, sabendo-se que o direito à saúde é garantido constitucionalmente, e para os idosos, além da CF/88 trazer essa garantia, há também o Estatuto do Idoso. Então há a necessidade de melhor implementar e efetivar a política de saúde no que tange ao atendimento médico, ao agendamento de consulta e ao acesso prioritário a esse serviço, de modo a contemplar o acesso do idoso ao que lhe é garantido por lei e é um dos direitos fundamentais estendido a todos os brasileiros.

Por sua vez, os idosos apontaram as políticas públicas com maior implementação, sendo que consideramos a seguinte ordem, de forma decrescente, ou seja, as políticas públicas com maior implementação até as políticas públicas com menor implementação:

- a) Saúde, porque há ESF no município, mas não significa que há implementação dos serviços de saúde;
- b) Assistência social;
- c) Lazer;

- d) Habitação;
- d) Educação;
- e) Associação dos Aposentados e Pensionistas
- f) Segurança.

Assim, verificamos que para os idosos, a saúde (por meio das ESF), assistência social e lazer estão implementadas de forma satisfatória, e que as políticas de habitação, educação e segurança estão implementadas, mas de forma menos abrangente, restando ao poder público efetivar com mais ênfase essas políticas públicas, especialmente a segurança. Também, consideraram que a associação dos aposentados e pensionistas está implementada mas não de forma abrangente.

Posteriormente, questionados sobre quais políticas públicas não estão sendo implementadas de forma satisfatória e apontaram da seguinte forma (decrecente):

- a) Saúde, no que diz respeito ao acesso a medicamentos/remédios, à realização de exames, ao atendimento médico e ao acesso às receitas médicas;
- b) Habitação, mobilidade urbana/acessibilidade;
- c) Educação;
- d) Segurança;
- c) Trabalho e renda;
- d) Lazer;
- e) Justiça e respeito;
- f) Prioridade.

Denotamos, por parte dos idosos, que o acesso aos medicamentos, a exames, ao atendimento médico e às receitas médicas é o que realmente há a necessidade de maior implementação, assim como já demonstrado por parte dos representantes institucionais, os quais apontaram a dificuldade de acessar os serviços de saúde. Ainda, as políticas de habitação, de educação e de segurança há de serem melhor implementadas, uma vez que todos têm direito à moradia, à educação e à segurança, de forma digna, conforme refere a Constituição Federal de 1988. As políticas de geração de trabalho e renda, lazer, justiça e respeito e, prioridade estão implementadas, mas ainda há a necessidade de efetivá-las integralmente.

Ademais, verificamos que tanto os representantes institucionais quanto os idosos apontaram a assistência social e o lazer, como sendo as políticas públicas com maior implementação e efetivação. Por sua vez, tanto os representantes institucionais quanto os

idosos apontaram os serviços de saúde sendo as políticas públicas com menor implementação e efetivação. Assim, resta-nos acreditar que o idoso, com idade avançada, necessita dos serviços de saúde, em sua integralidade, para suprir suas necessidades e vir a realizar as atividades cotidianas, como a busca pela saúde, no sentido de realizar um exame, ir ao médico, buscar ou comprar medicamento, solicitar uma receita médica, por exemplo, o que muitas vezes são atividades realizadas pelos idosos e que acaba dificultando o seu acesso aos órgãos que podem lhe prestar o devido atendimento, caso não possua condições para tal.

Ainda, por se tratar de políticas públicas para a população idosa e este tema ser complexo, faz-se necessário trazer para discussão a intersetorialidade. Todavia, o debate sobre intersetorialidade tem-se intensificado como um dos mais importantes meios de trabalho, no âmbito das políticas de saúde e assistência social, com o intuito de oportunizar e ampliar o acesso a direitos sociais e, ainda, enfatizar o investimento nos processos de empoderamento dos respectivos usuários (RODRIGUES, 2011, p. 2).

Discorrer acerca da intersetorialidade no âmbito das políticas públicas se faz mister, haja vista que na seara governamental brasileira em seus três níveis de governo há ampla organização temática setorial dificultando a focalização e a execução de políticas públicas, ao demonstrar uma organização que retrata a especialização de saberes, funções e maneiras de intervenção, conforme referendam os autores a seguir:

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio-ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas. (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 21)

Em vista dos argumentos apresentados, configuramos uma grande dificuldade quanto à utilização de um modelo setorializado com o objetivo de proporcionar políticas de inclusão social que, não retratem itens isolados e sim um aparato de direitos relacionados entre si. O alcance de uma condição isolada, além de ser mais difícil, não oportuniza a inclusão e a participação cidadã (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 21).

Ainda, os mesmos autores ressaltam que um dos contrapontos da setorialidade é justamente a intersetorialidade, compreendida como uma articulação de saberes e experiências na elaboração, aplicação e avaliação de ações, objetivando atingir resultados integrados em

situações ditas complexas. Com isso, pretendemos contribuir na melhoria da vida em sociedade e no mesmo instante promover a reversão da exclusão social (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 21).

A intersectorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2).

Diante de uma proposição universalista de políticas públicas se passou a valorizar a ideia de intersectorialidade no sentido de que a aplicação de tal pensamento prioriza a eficiência, a efetividade e a eficácia das políticas setoriais. Neste sentido a política pública se volta fundamentalmente para o atendimento das demandas da população conjuntamente com os recursos existentes para tal ação. Desta maneira a intersectorialidade passa a ser um pressuposto importante para a implementação das políticas setoriais, objetivando efetividade e congregando o ente governamental e a sociedade civil (NASCIMENTO, 2010, p. 96).

Já, a aplicação da intersectorialidade na seara das políticas públicas deu a possibilidade de se agregar conjuntamente saberes técnicos, haja vista que os profissionais especialistas de um determinado setor passaram a participar de ações coletivas e a socializar objetivos comuns. Assim, Nascimento (2010, p. 96) enfatiza, que desta maneira a intersectorialidade pode atingir bons resultados à população, bem como colaborar para a organização das ações das políticas públicas. No mesmo instante tal ideia se deparará com novos desafios, frutos da cultura de uma política pública fragmentada, clientelista e localista que ainda impera na administração pública. No entanto, “a intersectorialidade contribui para a criação e reconhecimento de saberes resultante da integração entre as áreas setoriais” (NASCIMENTO, 2010, p. 101). Da mesma forma Ckagnazaroff e Mota (2003, p. 31) interpretam que:

A intersectorialidade é uma prática social que vem sendo construída com base na existência de profundas insatisfações, principalmente no que se refere à capacidade das organizações em dar resposta às demandas sociais e aos problemas complexos vivenciados pelos cidadãos.

Em consonância, Junqueira (1998, p. 12) afirma que “o conceito de intersectorialidade surge como uma possibilidade de solução integrada dos problemas do cidadão, considerando-o na sua totalidade”.

Destacamos ainda que a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são princípios que orientam o conjunto da atuação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI), em conjunto com os princípios da atuação integral, da participação ampla e controle democrático, apresentados no documento base da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006). Neste documento a intersetorialidade e a interdisciplinaridade constituem-se em elementos fundamentais para a garantia da efetividade e da eficácia na atuação concreta, nos termos do Texto Base da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos (Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2004, p.12):

Trata-se de mobilizar condições para que tanto a resolutividade quanto a processualidade sejam garantidas. Necessário que a atuação supere a gestão compartimentada e desenvolva ao máximo a atuação intersetorial e interdisciplinar.

Portanto, a intersetorialidade é assim compreendida como uma forma de gestão de políticas sociais que se apresenta diante da constatação de que a configuração da política pública brasileira é fragmentada e desarticulada, o que obstaculiza o atendimento das necessidades da população em sua integralidade. Nas palavras de Blessmann (2014, p. 107):

[...] No âmbito das políticas públicas as políticas sociais estão direcionadas à proteção social dos cidadãos e nelas a intersetorialidade se impõe diante do reconhecimento de que a relação entre 'setores' dessa política implica mudanças substanciais na sua gestão envolvendo a expectativa de maior capacidade de resolver situações, portanto, de efetividade e eficácia.

Observa-se que a intersetorialidade, segundo Pereira (2014, p. 37), traz uma perspectiva política, ao argumentar que:

Não é uma estratégia técnica, administrativa, ou simplesmente de boa prática gerencial. Pelo contrário. É um processo eminentemente político e, portanto, vivo e conflituoso. A intersetorialidade envolve interesses competitivos e jogos de poderes que, na maior parte das vezes, se fortalecem na sua individualidade, ao cultivarem castas intelectuais, corporações, linguagem hermética e autorreferenciamento de seus pares.

Essas reflexões demonstram a complexidade de conceituar a intersetorialidade, pois podemos apontar vários significados e evidenciamos que esses são distintos e, com diferentes abordagens no campo conceitual. Nesse sentido, destacamos a citação de Junqueira (2000) e Junqueira et al (1997) *apud* Warschauer e Carvalho (2014, p. 1):

[...] as ações intersetoriais têm se mostrado como uma estratégia importante na busca de novos modelos organizacionais e pode ser entendida como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de políticas, programas e projetos dirigidos a comunidades e a grupos populacionais específicos, num dado espaço geográfico, com o objetivo de atender as suas necessidades e expectativas de forma sinérgica e integral.

De acordo com Santos e Dias (2012, p. 121), "[...] a intersectorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas [...]". Para isso exige-se a criação de espaços de comunicação, de elaboração de projetos e programas. Implica em mudar percepções, negociar ações, tendo em vista o fim último da ação conjunta, pois a intersectorialidade como ação efetiva permite o estabelecimento de espaços e tempos compartilhados e, compreensão da gestão entre as instituições, além de diferentes atores que atuam na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas e sua presença na vida cotidiana.

Para desencadear uma atuação intersectorial, é relevante que o objeto proposto da ação seja uma questão que de fato mobilize e seja pertinente a muitos outros setores. Destarte, é o tema que define a possibilidade de ação intersectorial de fato como: qualidade de vida, exclusão social, garantia de direitos, violência, etc. Em outras palavras, o que move a intersectorialidade, sob o princípio da convergência, é o pacto de uma ação coletiva, integrada para um objetivo.

Nesse sentido, “ transcende o caráter específico de cada política e potencializa as ações por ela desenvolvidas, ampliando a possibilidade de um atendimento menos compartimentado aos cidadãos que dela se utilizam”, sintetizam Couto, Yazbek e Raichelis (2012, p. 61). Assim, a intersectorialidade pode ser uma opção de gestão para a efetivação das ações com vistas a garantia dos direitos da pessoa idosa.

Portanto, pensar a efetivação das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa precisa ser a partir desse entendimento intersectorial para a sua realização, bem como o conhecimento dos espaços por onde elas transitam, seja na esfera federal, estadual e /ou municipal.

5.4 Atores sociais (sociedade civil e governamental) que se envolvem com a questão do envelhecimento e as instituições a que se vinculam

Com o intento de conhecer os atores sociais e as instituições, pessoas e órgãos que se envolvem com os direitos do idoso, e as políticas públicas que tratam do envelhecimento,

podemos observar que todos os entrevistados atuam diretamente com a questão do envelhecimento. Dessa forma, os atores sociais que se envolvem com a questão do envelhecimento estão relacionados a seguir.

- 1) Secretária Municipal de Assistência Social e Secretária Interina da Habitação e representante governamental no COMID.
- 2) Presidente do Conselho Municipal do Idoso (COMID).
- 3) Representante da Associação Beneficente Santo Antônio no Conselho Municipal do Idoso (COMID).
- 4) Presidente da União das Associações de Moradores de Cruz Alta (UAMCA).
- 5) Gerente da Unidade de Cruz Alta SESC.
- 6) Colaboradora da Unidade de Cruz Alta SESC.
- 7) Colaborador da Associação Beneficente Santo Antônio.
- 8) Colaborador da Associação Beneficente Santo Antônio.
- 9) Pastor da Igreja Luterana Cruz.
- 10) Coordenadora da UNATI/UNICRUZ, GIEEH
- 11) Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta/RS.

Assim, resta evidente o envolvimento dos atores sociais entrevistados com a questão do envelhecimento, uma vez que se pode observar que todos os atores sociais entrevistados relataram tal envolvimento. Suas falas demonstram estas evidências:

É, na verdade, acho que todos nós nos envolvemos em casa, começando por casa, pela família, pelos idosos que nós temos, avós, bisavós, pais. Então eu sempre tive esse olhar nessa área porque eu fui uma pessoa muito próxima dos meus avós e dos meus pais, então tu vive, tu vai vivendo junto com eles o envelhecimento. Sempre entendi e tive essa sensibilização no sentido de entender que a gente precisa fazer esse enfrentamento intergeracional para não chegar na questão do isolamento, do abandono e garantir que o idoso se mantenha ativo o maior tempo possível, para ele que está envelhecendo, e que bom que está envelhecendo. Eu atribuo envelhecimento da população idosa muito a partir do Sistema Único de Saúde, quando se pode garantir na estrutura pública um tratamento não só básico mas principalmente o tratamento especializado que o idoso precisa mais. Acredito que [...] todos nós precisamos se envolver nesse sentido e a partir de então desse olhar, já com as pessoas da família a gente foi se envolvendo nas estruturas onde trabalhei. Tenho minha vida muito ligada à área da saúde. Há muitos anos trabalhei na área de saúde como secretária, como profissional de saúde, como coordenadora Regional de Saúde trabalhando temas na área do envelhecimento, um curso de pós-graduação em que eu fui docente também. Então é mais ou menos nessa lógica que eu acabei me envolvendo e acho que como a gente está vivendo mais a gente precisa viver melhor, então o tema do envelhecimento precisa ser tratado com toda a seriedade dentro da proteção básica, da especial, da média e da alta complexidade, como da atenção à saúde e nas outras demais políticas públicas também, como educação, como saúde dos idosos. Ainda não é possível, mais que a gente trabalha na

perspectiva de idosos que ainda não foram alfabetizados, então essa questão também precisa ser tratado porque o idoso tem que ter acesso a tudo hoje, a cultura, lazer, então nesse sentido também o envolvimento da gente. (SUJEITO 1)

*Olha eu posso te falar que eu comecei assim ó, eu **trabalhava na saúde**. Sempre trabalhei na área da saúde e representava a secretaria da saúde primeiro e depois da nona Coordenadoria que eu passei na frente de governo e por finalmente na secretaria de saúde representava os conselhos do idoso, saúde, eu era secretária executiva e no portador de deficiência também ia ser assistente social representando a secretaria de saúde. Fui me envolvendo, fui gostando, entrei como vice e estamos aí agora como Presidente fazendo de tudo pra cumprir bem essa missão que foi determinada. (SUJEITO 2)*

Eu ajudava o Asilo Santo Antônio nas atividades por lá, aí fui indicado por eles para representar no início como suplente no Conselho Municipal do Idoso. Posteriormente passei a ser titular, fui me envolvendo; primeiro fui segundo-secretário, depois fiquei primeiro-secretário, chegou a vice-presidente e posteriormente presidente, onde exerci o cargo por 8 anos. (SUJEITO 3)

*Como eu já falei a nossa participação junto ao **Conselho municipal do idoso** ela se dá pelo fato de eu estar representando esta entidade junto ao conselho uma cadeira que nós temos lá no conselho e esse é o motivo de eu estar envolvido né. (SUJEITO 4)*

*Na verdade o nosso movimento meu e da [...] né começou desde o momento que a gente entrou no Sesc né que a gente começa a ter contato com o idoso a própria [...] ela já trabalhava no Sesc ela já conhecia o grupo mas não diretamente com o grupo né eu acho que no momento que a gente entra no sesc por mais que tu não trabalhe na **maturidade ativa** mas tu começa a entrar nesse mundo entender proque o propósito do nosso trabalho é conhecer eles e o Sesc como já disse dá bastante suporte né pra gente como trabalhar como desenvolver ações desde quando a gente coloca o pé aqui dentro. (SUJEITO 5)*

*Eu comecei a trabalhar aqui em **1966** e fui ficando né acompanhei todo o crescimento e o desenvolvimento da instituição né suas dificuldades seus passos né para chegar onde chegou hoje. (SUJEITO 7)*

*Eu iniciei trabalhando no **Exército** no setor de **pagamentos de aposentados** e depois eu dei baixa do exército e vim trabalhar aqui na instituição. (SUJEITO 8)*

*Eu já no estado do Paraná quando dentro das Comunidades a gente percebeu e tá percebendo que a que **a nossa população está cada vez tem cada vez mais pessoas idosas** né então é o **envelhecimento que antigamente existia poucas pessoas idosas o idoso tinha 60 anos como diz o nosso estatuto hoje á a maioria dos idosos alcançam os 90 anos alguns até os 100 anos** né então comecei o meu envolvimento dentro da comunidade dentro do município que eu morava no Paraná. (SUJEITO 9)*

*É eu comecei a **participar da questão do envelhecimento quando eu cheguei aos meus 50 anos de idade** que não tinha ainda é totalmente legalizada a **contribuição previdenciária** tava escrito estava atrasado resolvi que eu estava chegando a idade para **aposentadoria** resolvi me colocar em dia paguei todos os atrasados e segui pagando*

*porque sabia que a idade iria avançar e eu ficaria idoso e precisaria de na ida na **velhice** ter um **amparo** e como a gente não é descendente de pessoas de posse a gente tem que se preocupar e se precaver com os próprios bens. (SUJEITO 11)*

A fala do Sujeito 1 indica que a presença do idoso na família pode ter muito a contribuir para o grupo, uma vez que, além de ter uma história pessoal a oferecer ao ambiente, representa ainda a história da estrutura familiar em si. São eles, os transmissores de crenças, valores e conhecimentos que contribuem para a formação de indivíduos. Os idosos representam a memória da família, do grupo, da instituição e da sociedade. Salles e Faria (1997, p. 144) salientam que:

A presença de um ser diferente [...] pode alterar a dinâmica familiar, tornando-a instável e as reações dos membros também sofrerão mudanças de acordo com cada individualidade. Entretanto, essa presença também pode fortalecer as relações e ressignificar os valores familiares. A importância do relacionamento familiar reside na sua contribuição para cada membro, tornando possível a interação e as realizações individuais e grupais.

Outra característica importante ressaltada é que com a mobilização dos movimentos sociais (o que caracterizou a década de 1980), ganha corpo a reivindicação por um novo padrão público de proteção social que amplia a cobertura para além do vínculo formal com o processo de trabalho e que propõe como princípio a universalidade dos direitos. Esse ideário foi de certa forma, incorporado pela Constituição de 1988, no capítulo da Seguridade Social, com as políticas de saúde, assistência e previdência social.

*Desde 2008 eu venho participando do **grupo de estudos do envelhecimento humano o GIEEH** e a minha primeira participação como colaboradora do projeto institucional **Universidade Aberta à Terceira Idade**; minha participação como colaboradora e depois a partir de 2012/2013 eu comecei a coordenar a **Universidade Aberta à Terceira Idade** que é o programa institucional da **Universidade de Cruz Alta** voltada ao público do envelhecimento, ao público idoso. (SUJEITO 10)*

Segundo Veras (2002) a Universidade Aberta à Terceira Idade é a concepção de uma micro universidade temática que conjuga ensino, pesquisa e extensão voltadas para o cuidado do idoso, possibilita a criação de alternativas inovadoras, e todos os participantes, usuários e profissionais, são artífices de um grande experimento, onde se busca novas alternativas para o idoso.

Para o autor devido ao vínculo com as universidades, esse programa traz a pessoa idosa para o campus, eles entram em contato com os jovens, e pode significar diminuição da

discrepância de valores e ideias, que compõe o processo social de desvalorização do idoso, pois o jovem atualmente tende a desqualificar o idoso e seu saber.

Cabe lembrar que, as ações realizadas pela UNICRUZ na área do envelhecimento se destacam+ tanto no ensino, como na extensão e na pesquisa. Especialmente, com pesquisas voltadas para a área da saúde, com projetos aprovados nos editais do PPSUS (Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde) (GARCES; BRUNELLI; HANSEN, 2011).

Tendo em vista que ocorre o aumento da longevidade e o decréscimo da taxa de natalidade, as Universidades vem sendo, cada vez mais, desafiadas a desenvolver atividades voltadas para os idosos devido ao fato de esta população estar vivendo mais, e com mais tempo disponível para atividades não unicamente de trabalho, mas também de educação. Os idosos que atualmente retomam o caminho da educação o fazem não apenas pela perspectiva da atualização cultural, da busca por novos vínculos sociais ou como atividades para ocupar o tempo livre. Procuram atividades para desenvolvimento de habilidades específicas e para uso prático dos conhecimentos através de espaços educativos mais críticos e contextualizados (LEÃO, 2008).

A constituição do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade. “É verdade que o sujeito não pode ser apenas defesa e luta; é também afirmação, felicidade, sucesso. Mas não é o arquiteto de uma ordem ideal: é, isto sim, uma força de libertação” (TOURAINÉ, 1998, p. 103).

Pensar um envelhecimento ativo, no qual cada vez mais idosos apresentam condições de expressar os seus desejos, como também suas dúvidas e críticas tornam a sociedade como uma grande construção coletiva e democrática. Segundo Oliveira (2002, p. 49), “o idoso tem necessidade de estar integrado à sociedade”. Assim, não é a idade que determina as condições ou possibilidades de estar integrado ao contexto social.

O idoso quer ver-se integrado, não sendo lembrado apenas quando é conveniente durante campanhas eleitorais ou pela família quando precisa que este desempenhe alguma atividade. Como afirma Ferrigno (2005, p. 27) “assim como os adolescentes têm sua turma, também os idosos sentem essa necessidade e tem esse direito”.

A partir da integração entre os idosos, que esses começam a pensar de maneira coletiva e estabelecer projetos em comum, para a busca de direitos a todos, constituindo um grupo de atores sociais, que unidos organizam-se em movimentos sociais com o objetivo de alcançar melhorias da qualidade e dignidade de vida da população idosa.

Denotamos então, que existe a necessidade de criação de ambientes específicos para a integração e participação social dos idosos nas suas comunidades. Há o aumento da visibilidade deste grupo, que enquanto segmento social luta por seus direitos elementares; pela cidadania individual e coletiva; contra exclusão social e preconceitos (BORGES, 2003).

Com o intuito de analisar a forma de colaboração dos atores sociais na proposição, fiscalização e efetivação da política pública, pode-se observar que todos os entrevistados, representantes institucionais, colaboram para que as políticas públicas se efetivem, inclusive trabalhando em rede. Suas falas demonstram estas evidências:

Como membro do conselho e o conselho é um órgão deliberativo, propositivo e fiscalizador já é por essência esse o seu papel. Mas também como secretária municipal, como gestora de uma pasta de política pública também eu preciso fazer esse papel. Então todas as denúncias, reclamações em relação a violação de direito dos idosos, hoje tem profissionais específicos tanto no centro de referência especializado que é o CREAS como os CRAS que é o centro de referência da Assistência Social, a gente tem profissional específicos (assistente social e psicólogo) que realizam essas visitas no domicílio, verificam as situações de violação através das denúncias recebidas ou do conselho ou do Ministério Público judiciário, delegacia de polícia e disque 100. Tem uma série de questões então em relação à violação de direitos e no centro de referência de assistência social, que é a porta de entrada, que é a proteção básica, a gente trabalha justamente a questão dos núcleos e das oficinas intergeracionais entre idosos, criança e família para garantir ou pra evitar e pra trabalhar na questão da prevenção. Na verdade, lá a gente trabalha a prevenção pra evitar que menos violações ocorram. Agora, quando elas ocorrem a gente precisa fazer a visita, averiguar, encaminhar para o órgão competente a todas as questões. Então, nesse sentido e hoje também a gente tem dentro da secretaria um profissional que é Procurador, que é advogado, que também nos ajuda nessa questão em relação aos encaminhamentos, mas o conselho é o órgão fundamental e a gente sempre diz que o primeiro espaço é o Conselho Municipal do Idoso junto com o Conselho Municipal da Assistência Social, o Conselho da Saúde em relação a qualquer violação de direito. É atribuição das pastas específicas, mas o Conselho do Idoso ele abrange todos os idosos, independente se foi uma violação em relação à saúde, à assistência. O conceito do Idoso abrange todas as políticas, então a porta de entrada pode ser o conselho, mas também esses outros órgãos. (SUJEITO 1)

Bom eu creio que melhorou bastante [...] depois que houve aqui uma reunião que agora está encaminhado diretamente para a secretária e a rede está trabalhando mais unida agora. Eu acho que está [...] com o entrosamento melhor e também temos um retorno melhor para os nossos idosos. Acho que é isso. (SUJEITO 2)

Trabalhando em rede. (SUJEITO 3)

A observando quanto a questão da fiscalização a gente vê hoje que o idoso ele tem em certos momentos ele tem sido explorado a gente tem ouvido relatos já tem visto na prática de pessoas que no passar do tempo elas vão sendo deixado de lado a própria família né eu mesmo conheci um senhor que ele por ter amadurecido e os filhos estarem morando fora de Cruz Alta ele ele tinha pouca assistência eu e a minha família que éramos vizinho porque ele era ele veio a falecer a pouco tempo nós é que dava essa assistência pra ele então isso é o

que nos chama atenção outra coisa também que nos chama atenção é a questão até da da da da da **exploração** até por parte **financeira** de pessoas e até da própria família até estranho se aproveitarem né da oportunidade e enfim junto aos **bancos** junto às **instituições** procurarem fazer **empréstimos** em nome da pessoa para **benefício próprio** isso é uma das formas que a gente acha que é uma **injustiça** e que não pode acontecer né. (SUJEITO 4)

Proposição fiscalização e efetivação eu acho que o nosso trabalho tá mais voltado pra **efetivação** né que é **as ações a proposição é a participação no conselho**, a **efetivação** também né a gente teve alguns casos que a gente tinha **idoso** com problema conversar com a família raramente acontece mas quando acontece a gente tem o envolvimento com isso. (SUJEITO 5)

É e a gente **executa** várias **atividades** a gente faz várias atividades com eles ao longo do ano e todas as atividades que a gente faz elas tem né eles tem uma pesquisa anterior eles tem as **diretrizes** que a gente segue não é simplesmente vir aqui fazer uma atividade solta a gente tem um certo alinhamento né pra seguir as nossas atividades. (SUJEITO 6)

Na entidade nós somos **fiscalizados** pela **vigilância sanitária**, pelo **Ministério Público**, pelo **conselho**, pela **assistência social**, pelo conselho do idoso né então a gente acompanha bastante isso a gente sempre procura se adequar as solicitações que eles fazem. (SUJEITO 8)

Nós como comunidade né a gente procura se integrar às vezes é pouco mesmo né que nem no mês de agosto que é a **semana do idoso** quando se tem assim **fóruns palestras** né mas a gente na comunidade tenta passar tenta passar algumas coisas que a gente já que a gente já aprendeu como a questão dos **direitos** que os **idosos** têm né então tenta trabalhar dentro da comunidade e tenta **auxiliar** de alguma forma nas **secretarias** aqui da cidade assim com **palestras** nos envolvendo assim para tentar que o que falta assim é **divulgar** divulgar só se sabe só se sabe da **passagem** né que **não precisa pagar passagem** mas tem muitas outras coisas que o que o que o idoso tem **direito** como a questão de **educação** né hoje assim se tem **se tem a oportunidade para os idosos aprender informática** só que **muitas vezes não se não se fala e eles muitas vezes por estarem fora do mundo digital** alguns aí eles não sabem **nem aonde encontrar** né. (SUJEITO 9)

Olha tendo esse contato que eu tenho com o público idoso a gente participa, a gente tá sempre pensando ou ouvindo situações, mas principalmente pela atuação que eu tenho no **Conselho Municipal do idoso** que eu sou conselheira e titular representando a Universidade de Cruz Alta e dessa forma a gente tem situações lá que a gente pensa que os problemas que vem à tona que são falados e não só com relação à **fiscalização** mas também com as políticas do nosso município que a gente tem que tá pensando em melhorar e que ela se realmente efetiva com relação ao idoso. (SUJEITO 10)

É **participando das reuniões e exigindo o cumprimento das decisões** porque o **Conselho municipal de saúde** é um **órgão decisório** decide e tem que fazer a determinação do órgão administrador do órgão gestor **cumprir as determinações do conselho municipal de saúde**. (SUJEITO 11)

Assim, restou demonstrado a necessidade do desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar e intersetorial tendo em vista que a participação dos sujeitos no Conselho Municipal do Idoso os permite, inclusive, trabalhar em rede, dividir opiniões, participar de ações, fiscalizar, compartilhar objetivos e procedimentos, obtendo as interações necessárias

com outras instâncias institucionais e construindo, dessa forma, vínculos horizontais de interdependência e complementaridade, oportunizando compartilhar reivindicações por meio dos objetivos e compromissos em comum, que é o bem-estar do idoso. Todavia, para que de fato se efetive a intersetorialidade todas as secretarias precisam trabalhar de fato em rede, o que dificilmente acontece.

Quanto a fala do sujeito 3, o trabalho em rede significa integrar as diversas políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos do idoso: saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, segurança, lazer; articular ações governamentais e não governamentais na assistência ao idoso: programas e serviços de atendimento existentes no município devem interagir entre si, devem trocar informações necessárias e socializar metodologias e conhecimentos acumulados, ter complementaridade para evitar a sobreposição e a dispersão de recursos; introduzir mecanismos de acompanhamento e avaliação, importantes para monitorar a política implementada como também a qualidade do serviço e o impacto na vida do idoso, e mobilizar a sociedade para participar na política, organizando-se para ter instrumentos de controle social compartilhado e planejado. Assim sendo, que o trabalho em rede, além de aumentar a capilaridade das ações, tem outras vantagens como a troca de experiência entre os atores institucionais que potencialmente podem transformar-se em acúmulo de experiência e de conhecimento.

Quanto aos 63 (sessenta e três) idosos entrevistados, somente 13 (treze) deles disseram que de alguma forma colaboram para a proposição, fiscalização e efetivação das políticas públicas, o que denota-se um número mínimo (20,64%) que participa com práticas socioculturais de reivindicação dos seus direitos. Sendo que 50 (cinquenta) idosos questionados não colaboram de nenhuma forma, nem para propor nem fiscalizar e tampouco procurar efetivar as políticas públicas, o que representa 79,36% deles.

Dessa forma, os idosos que colaboram (20,64%), mencionaram como isso ocorre (a forma de colaboração):

- a) participando das reuniões do Conselho do Idoso;
- b) por meio de atitudes colaborativas (limpeza, ajudar os outros, indicar);
- c) socializando as informações com os demais idosos;
- d) participando da associação de moradores, como fiscal da vila, fazendo as reivindicações e buscando a ajuda de vereadores.

Observamos a presença do que chamamos de “jeitinhos”, uma vez que não se busca os espaços institucionalizados, conforme as falas de dois entrevistados:

Eu sou fiscal aqui da vila a gente sabe como é que anda e não anda. (IDOSO 36)

Tem várias pessoas né que tem condições, é os vereadores, o P... né, ele é que comanda a vila aqui, a maioria é ele, né. (IDOSO 38)

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebemos que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso considerado “incapaz e sem utilidade”, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO, 2004, p. 257-258).

Nesta perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social da velhice muda. Percebe-se que os idosos enquanto coletivo social são muito mais ameaçadores do que o próprio fenômeno biológico da velhice. Assim, os idosos, ao definirem sua identidade, ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscando seu reconhecimento pelo que já desempenharam no decorrer de sua trajetória e do que tem capacidade de desenvolver devido a sua experiência. Como afirma Steglich (1992, p. 61) “a melhor forma de construir a própria personalidade, em qualquer fase da vida, é sempre edificar sobre o alicerce da realidade”.

Por meio deste pressuposto, o idoso busca alternativas para superação das dificuldades que lhes foram impostas durante sua vida e acentuadas quando ingressa na terceira idade. Neste sentido, “é a partir do sofrimento do indivíduo dividido e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito transforma-se em capacidade para ser um ator social” (TOURAINÉ, 1998, p.102).

O idoso, ao se organizar e procurar transformar a realidade em que se encontra, tem possibilidades de agir e consolida-se como um novo ator social, que se predispõe a lutar por direitos básicos, os quais por vezes não são respeitados. Esse novo ator social se estrutura numa sociedade que aos poucos começa a perceber a influência do contingente idoso, tanto na organização quanto nos aspectos políticos.

Segundo Touraine (1998), para que haja a formação de novos atores sociais é necessário que uma nova sociedade seja reconhecida. O mundo atual revela-se com um conjunto de incontroláveis fluxos, numa constante transformação, o que supõe que novos movimentos sociais se formem. Mas, a ação coletiva é proveniente da vontade individual ou do grupo ao agir sobre a estrutura atual, construindo e transformando a própria identidade e

integração, a fim de defender um ideal de solidariedade. E nesse aspecto o Conselho Municipal do Idoso é um espaço propositivo e deliberativo fundamental.

5.5 Práticas socioculturais usadas pelos representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais na busca dos seus direitos

Com a finalidade de conhecer as práticas socioculturais que a sociedade civil e os idosos utilizam para a proposição, efetivação e controle das políticas públicas, pode-se observar que os representantes das instituições efetivam a busca pela política a partir dos espaços específicos, para isso como o caso das Secretarias de Desenvolvimento Social (CRAS; CREAS) e de Saúde, os conselhos do Idoso e da Assistência Social. Todavia houve uma fala que referendou necessitar do uso do “jeitinho” por meio da Indicação de alguém influente (QI). Também citaram a Defensoria e Ministério Público no caso de judicialização do direito e ainda a Polícia no caso de denúncias de maus tratos e/ou violência.

Quadro 1 -Práticas socioculturais utilizadas pelos representantes da sociedade civil e órgãos governamentais para efetivação dos direitos dos idosos

Prática Sociocultural	Efetivação/Local de busca pela política	Sociedade Civil (UAMCA, Asilo, Igreja Luterana Cruz e Associação dos Aposentados e Pensionistas)	Órgãos Governamentais (SESC e COMID; UNATI/UNICRUZ)
Via espaço institucional adequado de reivindicação dos direitos	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Desenvolvimento Social (CRAS; CREAS); - Secretaria de Saúde; - Prefeito e demais autoridades do Município e depois chegar no nível estadual e federal; - Conselho Municipal do Idoso-COMID; -Conselho Municipal de Assistência Social; - Promotoria; -Área Técnica do SESC; - Polícia. 	<p><i>- Eu acho que em primeiro lugar é o órgão responsável pela sua execução se o caso é da saúde é a assistência a saúde se o caso é da assistência social é a assistência social se o caso é da promotoria aí se procura a promotoria (SUJEITO 7)</i></p> <p><i>- [...] nós buscamos normalmente a promotoria que quando vem pra cá da prefeitura já vem através de conselho do idoso do conselho da assistência social e eles botaram todas as possibilidades né então quando a gente tem que buscar alguma coisa aí muitas vezes é contra esse órgão mesmo que não fez o papel dele aí tem que buscar a promotoria para tentar que</i></p>	<p><i>- Recorremos em primeiro lugar pra né pra nossa secretária que somos o Conselho é diretamente ligado a Secretaria de Desenvolvimento Social posteriormente ao prefeito demais autoridades do Município né pra depois chegar no nível estadual e federal se for o caso né secretária nos geralmente nós resolvemos por aqui mesmo né (SUJEITO 2).</i></p> <p><i>- A gente depois dá retorno a gente recebe a demanda do conselho encaminha se tem que encaminhar pra equipe do CRAS do CREAS né ou qualquer outro serviço né do Município é ainda que seja fora da secretaria que seja</i></p>

		<p>esse órgão faça o papel dele e resolva o problema dele (SUJEITO 8)</p> <p>- Sim o primeiro órgão que a gente recorre é justamente o conselho municipal do idoso que é o responsável né por esse segmento enfim a própria assistência social são órgãos que são responsáveis pelos idosos né (SUJEITO 4).</p> <p>- Geralmente na Secretaria de Assistência Social quando de repente assim questão de maus tratos eu falo a gente acompanha tem muita gente idosa então às vezes a pessoa ela não tá sendo é cuidada aí a assistência social vai até lá então assim a eu vejo a sim negligência né antes de ir pra polícia denunciar essa questão a gente procura pra ver o que que tá acontecendo né então denunciar eu vejo a secretaria de assistência social muito presente tanto com as crianças os jovens e os adultos aqui em Cruz Alta então eu acho que eles se preocupam com isso daí então aquilo que é o nome da Secretaria eles dão essa Assistência que que é necessário (SUJEITO 9).</p>	<p>em outra estrutura pública a gente encaminha quando tem esse retorno né esse atendimento com os encaminhamentos já realizados a gente dá esse retorno pro conselho do idoso também formalizado né (SUJEITO 1).</p> <p>- É que nós nunca tivemos nunca precisamos nós particularmente sempre que a gente tem uma decisão assim um pouquinho mais mas não muito a gente recorre a nossa área técnica que eles tem muito conhecimento né na parte da pessoa idosa direitos deveres então a gente recorre primeiro a eles mas a gente nunca teve nenhuma situação que a gente tivesse que recorrer ao conselho pra eles fazerem uma fiscalização (SUJEITO 5).</p> <p>- Sim já aconteceu e eu procurei de imediato o conselho municipal do idoso a que eu faço parte desta forma a gente conseguiu solucionar um problema já mais de um problema que ocorreu graças a participação né ou a direta influência do conselho municipal do idoso que conseguiu então resolver essas situações (SUJEITO 10).</p>
Práticas inadequadas que caracterizam “jeitinhos”	- QI (quem indica);	[...]É quando eu já o fiz mas aí entra aquela política que eu sou contra ela do chamado QI (quem indica) então os pedidos que eu fiz as pessoas que atendiam esse problema e eu pedi oh ele precisa disso e eles o fizeram e imediatamente atenderam o pedido foi funcionários que eram da área que a pessoa buscava o atendimento (SUJEITO 11)	

Constatamos que os representantes das instituições efetivam a busca pela política pública nos espaços específicos para isso como o a Secretaria de Desenvolvimento Social (CRAS; CREAS); Secretaria de Saúde; Prefeito e demais autoridades do Município e após nível estadual e federal; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal de Assistência Social; Promotoria; área Técnica do SESC e polícia. Houve uma fala que referiu necessitar do uso do “jeitinho” por meio da Indicação de alguém influente (QI), o que evidencia a busca pela efetivação da política pública fora dos espaços institucionais.

Por sua vez, os idosos entrevistados apontaram que quando necessitam buscar a efetivação de uma política pública, de um direito voltado para ele próprio, agem e recorrem a partir das seguintes práticas socioculturais:

Quadro 2 - Práticas socioculturais utilizadas pelos idosos para efetivação das políticas públicas

Práticas Socioculturais utilizadas pelos Idosos para efetivação das políticas públicas			
Via espaços institucionais adequados para reivindicar direitos	Via outros espaços	Via familiares	Via terceiros
<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de Saúde da Família; -Secretaria Municipal de Saúde; - Unidade de Pronto Atendimento; -Conselho Municipal do Idoso; -Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; - Hospital; - Prefeitura; -Centro de Convivência do Idoso; - Associação dos Aposentados e Pensionistas; - Sindicato dos Ferroviários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Farmácia; - Câmara de Vereadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Filhos (as); - Cônjuge; - Netos (as); - Genro/nora; - Irmã (ãos); - Amigos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Agente Comunitário de Saúde; - Médico; - Advogados.
Via judicialização			
- Defensoria Pública e Ministério Público			

O quadro 1 (um) e 2 (dois) referem-se, respectivamente, aos questionamentos feitos à sociedade civil e aos órgãos governamentais, bem como aos idosos, sendo que alguns

responderam que recorrem a mais de um órgão/instituição e pessoas e assim agem de diversas formas.

Importante ressaltar a pouca referência, nas falas dos idosos, na busca e efetivação da política pública no COMID, uma vez que deveria ser um dos primeiros, senão o primeiro órgão a ser lembrado. Essa constatação pode estar relacionada a não participação do público idoso nos espaços que deveriam ser preenchidos por eles, exercendo o seu papel de cidadão, tendo em vista o direito à cidadania garantido pela CF/88 e pelo Estatuto do Idoso (art. 3º), reivindicando seus direitos e lutando por melhores condições e qualidade de vida.

Consideramos também que na busca pela efetivação da política pública, o idoso prioriza somente o que mais necessita, no caso, o direito à saúde, por meio das Estratégias de Saúde da Família, Secretaria Municipal de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento e Farmácia. Cabe destacar que aí fica uma inquietação em relação a um dado que merece maior investigação que é a busca de apoio diretamente nas farmácias, o que levanta a preocupação com relação a automedicação.

Cumpramos destacar ainda, que nas falas dos idosos houve referência ao Sindicato dos Ferroviários e da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta, sendo que o representante desta última pode ser considerado ator social, o qual reivindica os direitos referentes à aposentadoria e assim, busca a efetivação da política pública com afinco frente ao Poder Executivo e Legislativo.

Corroboramos ainda que houve um apontamento quanto a busca pela efetivação da política pública no Centro de Convivência do Idoso (CCI), no qual são realizadas atividades voltadas à convivência, ao entretenimento, à educação e ao lazer, espaço aberto aos idosos, podendo ser considerado como uma verdadeira política pública implementada. Outro dado importante é a necessidade de judicialização dos Direitos, conforme apontado pelos idosos ao ter que recorrer à Defensoria e ao Ministério Público. Algumas falas dos idosos comprovam estas evidências:

*A gente, por exemplo, se é na saúde a gente vai **no posto no postinho** aqui, aí eles encaminham aí a gente corre atrás, vai **na Secretaria**, vai **nas farmácias**, a gente corre vai se é pra fazer papéis assim alguma coisa é lá (IDOSO 16).*

*Ah eu corro atrás né eu vou até conseguir né por exemplo eu tomo remédio controlado pra pressão então eu tenho que ter sempre né ir no **posto** pra pegar as minhas receitas e quando tem alguma atividade ali eu sempre também participo né a gente tem que correr atrás [...] (IDOSO 28).*

*Sobre a saúde eu acho que o **posto** né o **postinho** (IDOSO 34).*

*Eu vou na **secretaria de saúde** quando é questão de saúde que uma vez eu precisei pra ele né daí fui lá pra arrumar a consulta tudo os exames (IDOSO 59).*

*A gente aqui vai no postinho de saúde depois daí vai pra **Secretaria de Saúde**, daí ali às vezes é rápido, às vezes demora, conforme a situação né as coisas que precisa, mas também a gente não pode se queixar porque a gente remédio assim a gente consegue (IDOSO 13).*

*Ah quando a gente precisa de uma coisa aqui como diz um motivo de doença, uma coisa rápida é o Postinho de Saúde que encaminha pra **UPA** se tu precisa e assim é (IDOSO 6).*

*Eu recorro aonde eu atuo, no **Conselho** (IDOSO 11).*

*Pois aqui tem o **conselho do Idoso** né que no caso de a gente vê o idoso maltratado essas coisas a gente recorre ao **conselho do Idoso** né que eu acho que eles atendem eu nunca precisei né fazer isso aí mas caso a gente ver um caso assim de um idoso enfrentando problema a gente tem que procurar ajudar né chamar o **conselho do Idoso** ativar e eu acho que eles atendem pelo que eu vejo falar eles atendem (IDOSO 33).*

*Agora hoje por exemplo não tenho nada assim de ter que ir atrás eu não mas eu vejo pessoas ir atrás e não conseguir, inclusive a mulher é agente de saúde e muitas vezes eu levo ela pra buscar os direitos dos idosos pra ir atrás e ela vai no **posto** e pede e eu tenho nesse caso dos idosos eu tenho visto e tenho acompanhado que tem sido eles estão sendo atendidos pelo menos no posto que ela trabalha ali e pelos idosos que ela atende eu vejo que está sendo atendido quando precisa através quando tá muito difícil vai pra **assistência social** e a assistência social tá dando conta do recado né nesse caso do idoso né muitas vezes tem que recorrer à assistente social porque só a agente de saúde não consegue resolver o problema (IDOSO 29).*

*Existe sim, mas o causo é que a gente era lá dos matos e não procurou ainda essas coisas que existe, mas não sei aonde, mas o principal a gente procura ali, o mais perto, a **farmácia** e tem essa aqui que é da saúde (ACS) (IDOSO 4).*

*Geralmente eu é a medicação né que eu mais procuro assim e às vezes quando eu chego não tem nada daí a gente tem que comprar né, primeiro o posto de saúde, a secretaria e **depois** dinheirinho né **farmácia** porque nunca tem na hora eu, por exemplo, sou diabética então eu preciso de insulina e a tal de aparelho de fazer injeção a seringa nunca tem e agulha nunca nunca tem, tem que comprar (IDOSO 39).*

*Ah é o meu genro que vem pegar nós pra ir lá procurar os remédios pegar remédio na secretaria de saúde e aí não tem a gente vai pra **farmácia** São João lá e a gente pega (IDOSO 42).*

*Recorro ao **esposo** e ele recorre aos órgãos dele, que ele é do governo então tem que procurar os órgãos competentes (IDOSO 8).*

*Ah isso é a **mulher** que vai lá pra mim, acho que é nos postos mesmo, no postinho mesmo daí eles dão a receita a gente vai pra frente, na Defensoria Pública (IDOSO 17).*

*Eu recorro à minha **irmã** que vai comigo, eu vou pra Ijuí ela que vai comigo, lá na secretaria ela que vai pra mim (IDOSO 48).*

*Ninguém acho que ninguém quando tá doente tem que ir no **médico** (IDOSO 53).*

***IPE**, eu tenho plano particular de saúde (IDOSO 56).*

Mas olha eu recorro a uma pessoa que entenda mais do que eu (IDOSO 19).

*Aí teria que recorrer ao **ministério público ou a advogados, parentes** também que dá a noção mais ou menos do que tem que ser feito (IDOSO 63).*

*Felizmente até agora não precisei ainda, creio que ia dar uma conversada com um **defensor público, Defensoria Pública** (IDOSO 18).*

*Pois é nós temos a **defensoria** tem gente do estatuto do idoso que responde e eu acho que é por aí (IDOSO 57).*

*Eu creio que a primeira coisa tem que bater na **prefeitura** porque eles estão ali, estão ganhando bem e eles tem o dever de quando a gente chega lá pra reclamar que eu preciso isso isso, que eles venham pelo menos fiscalizar e ver se é preciso ou não (IDOSO 20).*

*Eu já fui na **promotoria** tudo essas coisas aí é uma burocracia enorme viu porque daí eles mandam a gente falar com o médico vai lá eu por exemplo o meu médico é particular né porque eu consulto e pago a diferença da consulta do Dr e daí o que eu tenho é as receitas que ele me dá as receitas dos remédios contínuos que vale por 4 meses tanto a minha receita como a dele e eu não dependo assim dessa gente aí, do município não e o estado tu vê tá virado numa narquia isso aí né até o salário da gente é parcelado é uma coisa vou te contar pra sobreviver é brabo viu (IDOSO 27).*

*O que que eu vou recorrer se tu recorrer tu não arruma nada **tem que ir pela pessoa mesmo** e dar fala com um e não arruma nada com ninguém não adianta nada tu só dá de cara fala com um é não posso fazer isso aqui eu sou o fiscal aqui e tem uma parada de ônibus chega de manhã cedo ali oh tem 12/13 pessoas chovendo não tem parada de ônibus pra pegar o ônibus **fui lá falar com um vereador** que foi o mais votado aqui ele disse olha nós temos o material mas não temos quem faça aí eu disse mas tu manda o material que eu faço pode trazer as coisas que eu vou fazer mas ninguém manda nada infelizmente ninguém manda nada não fazem não mandam material pra fazer e não fazem nada (IDOSO 36).*

*Nós temos que recorrer ao **sindicato dos ferroviários** é a única coisa que nós temos que nos representa e a **associação dos aposentados** né (IDOSO 40).*

*É muito difícil, quando eu preciso eu vou no posto no **centro social urbano** mas dificilmente eu vou (IDOSO 62).*

Questionados se costumam buscar ajuda para efetivação das políticas públicas na Prefeitura, no Conselho e na Câmara de Vereadores, os representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais apontaram justamente a Prefeitura (Poder executivo), incluindo o Conselho do Idoso, o Poder Legislativo por meio da Câmara de Vereadores e o Poder Judiciário, por meio da Promotoria. Todavia alguns disseram que não procuram ajuda destes

órgãos públicos pois não há resolubilidade dos problemas. Também colocaram que buscam divulgar os direitos nas rádios e ainda buscam ajuda na Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta.

Quadro 3 - Locais (prefeitura, no Conselho e na Câmara de Vereadores) onde os representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais buscam ajuda para efetivação das políticas públicas

Locais onde buscam ajuda para efetivação das políticas públicas	Sociedade Civil	Órgãos governamentais
<p>- Promotoria;</p> <p>Prefeitura (Secretaria de Saúde; COMID);</p> <p>- Câmara de Vereadores;</p>	<p>- Como o [...] falou normalmente nós buscamos na promotoria né secretaria de saúde se procura quando trata-se especificamente de saúde câmara de vereadores dificilmente né muito difícil conselho de idoso normalmente se procura famílias que estão com alguns problemas que buscam asilo querem internar alguém a gente encaminha pro conselho do idoso que busquem orientação né para solução do problema seria mais ou menos isso (SUJEITO 7).</p> <p>- Nós já fomos atrás da prefeitura quando precisamos de alguma coisa mas é muito difícil é muito difícil a política que se trabalha no Brasil é muito difícil se chega lá se pede uma coisa eles concordam contigo 'vamos resolver vamos fazer' e não se faz nada simplesmente se mente pro povo se mente pro povo não dão retorno 'vamos fazer' mas não fazem (SUJEITO 8).</p> <p>- Bem no conselho como eu já disse sim né na prefeitura também através das secretarias então quando a gente realmente se depara com alguma situação a gente tem o apoio das secretarias municipais no sentido de resolver o problema, vereadores junto a câmara de vereadores há pouco tempo atrás a gente teve a participação de um vereador que se propôs a resolver um problema e com a participação dele nós conseguimos resolver esse problema então relacionado ao a um problema que aconteceu então com um idoso um idoso (SUJEITO 10).</p> <p>- Já já já busquei né a gente já nós tivemos</p>	<p>- Acho que no conselho quando a gente vai realizar atividades em conjunto essa troca de ideias de fazer agora é o mês do idoso (SUJEITO 5).</p> <p>- É o conselho na verdade é o conselho porque dentro do conselho eles tem várias áreas então ali a gente consegue estruturar no caso os idosos estruturar alguma palestra alguma coisa então é o conselho do idoso mesmo (SUJEITO 6).</p>

	<p>da nossa comunidade voltado mais voltado pro idoso a questão da capacitação e chegou um ponto que nós tivemos que desistir porque não tinha um número de pessoas né nós tivemos máquinas de costura tivemos que desfazer de um grande patrimônio que a gente tinha porque não tinha mais pessoas tentamos com a prefeitura buscar pessoas interessadas e a gente acabou voltando nós saímos de um foco que a gente tinha de corte e costura e fomos para a música então assim claro que a maioria das pessoas que participam na questão dos instrumentos são crianças mas a gente conseguiu hoje nós temos um grupo um grupo de música onde tem 3 idosos né 2 tem 63 anos e um tem 65 anos então eles e daí tem uma senhora mais jovem de 50 um senhor dos seus 45 48 e daí tem os meninos que tocam guitarra bateria que são de 15 e 18 anos então a gente conseguiu fazer esse envolvimento e daí ao invés desse curso profissionalizante tem curso que é oferecido pras pessoas idosas aquelas que são só mulheres infelizmente que é pintura crochê então a gente acabou também é um meio profissionalizante mas é algo assim para pessoa passar o tempo elas ganham o dinheirinho delas vendendo pano de prato alguma coisa e essa quando elas estão com a mente com a mente com o corpo em funcionamento a gente vê que as coisas vão muito melhor né então nesse ponto a gente não buscou não buscamos auxílio (SUJEITO 9).</p> <p>- Hum se eu tenho hábito tenho o costume é isso é isso aí é muito interessante porque como eu já te falei a respeito do exemplo que te dei agora pouco a primeira coisa que a gente fez foi a gente da própria vontade fazer isso dar assistência de uma certa forma ajudar ela a pessoa assistir ela nas suas necessidades enfim e esse seria em buscar o órgão competente seria no caso em segundo lugar né eu mas a gente com certeza né é necessário fazer sempre isso sempre em primeiro lugar justamente fazer ação direta com a própria pessoa idoso né (SUJEITO 4).</p>	
--	--	--

	<p>- Olha essa é outra pergunta que eu não posso fazer porque eu ainda não o fiz eu o que eu faço às vezes tem o programa de rádio então pelo rádio tô incentivando solicitando e pedindo que o façam e dizendo dos direitos também esclarecendo os idosos dos direitos que ele tem e que deve citar a lei e cito a lei para eles que os favorecem é em programa de rádio que a associação dos aposentados mantém essa é uma das minhas atribuições na minha luta pela política de atendimento aos idosos (SUJEITO 11).</p>	
--	---	--

Verificamos que os representantes institucionais apontaram a Prefeitura, por meio do Poder Executivo, incluindo o Conselho do Idoso; o Poder Legislativo, através da Câmara de Vereadores e o Poder Judiciário, por meio da Promotoria como os órgãos que costumam buscar a efetivação das políticas públicas. Porém, alguns disseram que não procuram ajuda destes órgãos públicos, e colocaram que buscam divulgar os direitos, via programa de rádio, e ainda, buscam ajuda na Associação dos Aposentados e Pensionistas do município. Assim, denotamos que há a busca pela efetivação da política pública.

Já, os idosos, quando questionados se costumam buscar ajuda para efetivação das políticas públicas na prefeitura, no Conselho e na Câmara de Vereadores, apontaram em suas falas, que buscam ajuda na prefeitura e na câmara de vereadores, mas nenhum apontou o espaço do COMID. Alguns disseram, que buscam ajuda por meio dos Advogados. Mas a grande maioria dos idosos (54 idosos = 85,72%) disseram não buscar ajuda em nenhum espaço público.

Quadro 4 - Locais onde os idosos buscam ajuda para efetivação das políticas públicas

Locais	Idosos
<p>Prefeitura</p>	<p>- A única coisa que eu pedi pra eles foi quando a mulher foi operar em Porto Alegre aí deram a fisioterapia primeiro e depois disso quando ela pode caminhar já daí cortaram (IDOSO 7).</p> <p>- A gente não foi ainda, mas se era preciso era o primeiro lugar que eu ia-prefeitura (IDOSO 20).</p> <p>- Não a única coisa que eu assim o que eu consigo só é uma medicação pelo governo né isso aí eu ganho né que é uma bombinha que eu faço né que o governo dá isso aí até eu consegui foi pela secretaria que eu consegui porque o meu problema é grave é o pulmão (IDOSO 37).</p> <p>- Sim, a minha mulher mesmo foi lá pra nós não pagar imposto essas coisas e aí a gente paga bem pouquinho sabe (IDOSO 58).</p>

<p>Câmara de Vereadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Sim, um vereador ajudou quando eu estava no hospital (IDOSO 17).</i> - <i>Não, por enquanto nunca precisei graças a Deus nunca precisei né, mas se um dia precisar o mais provável é ir na Câmara de vereadores o que graças a Deus nunca foi preciso, se um dia a gente vai na câmara de vereadores que é o mais propício pra isso aí (IDOSO 24).</i> - <i>Já fui lá nunca arrumei nada com eles (IDOSO 36).</i> - <i>Nunca procurei isso aí, acho que na Câmara né quando eu preciso é na Câmara de vereadores (IDOSO 39).</i>
<p>Advogado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Acho que já vamos direto num advogado numa pessoa que entende pra encaminhar a gente (IDOSO 57).</i> - <i>Não como eu te disse eu nunca costumei a procurar alguma coisa a respeito do idoso mas assim meu parente por exemplo eu já precisei mas eu procuro advogado eu não vou de atrás da câmara não vou de atrás do prefeito não vou de atrás do conselho do idoso eu não digo que isso não funcione mas eu acho que é muito demorado e eles também não tem condições de resolver tão fácil porque isso tudo depende do governo e a política é suja então nessas condições é muito demorado eu acho melhor pegar um advogado mas não vou dizer que não precise uma hora dessas ter que ajudar alguém e a gente vai pressionar sim esses órgãos sim (IDOSO 61).</i>
<p>Não costuma buscar ajuda nesses órgãos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>De momento não (IDOSO 2).</i> - <i>[...]Não e eu não procurei nem vereador nem prefeito,[...] (IDOSO 4).</i> - <i>Nunca procurei isso aí (IDOSO 6).</i> - <i>Nunca fui, graças a Deus não (IDOSO 12).</i> - <i>Não, nunca participamos, nunca procuramos essa parte aí (IDOSO 13).</i> - <i>Não, não ocupo a administração porque sempre procurei viver à minha custa (IDOSO 15).</i> - <i>Não até agora não fiz nada disso (IDOSO 18).</i> - <i>Eu nem vou nestes lugares minha filha porque não adianta, só te enrolam, só te conversam, te mandam aqui, te mandam ali, te passam de um lado para o outro e não fazem nada (IDOSO 23).</i> - <i>Não, isso aí nunca precisei (IDOSO 25).</i> - <i>Não até agora não (IDOSO 28).</i> - <i>Olha nenhum desses eu fui (IDOSO 30).</i> - <i>Não, às vezes que eu queria conseguir eu não consegui, sabe que eu precisava de ajuda não consegui, é muito demorado (IDOSO 33).</i> - <i>Eu nunca fui (IDOSO 38).</i> - <i>Não nunca fui eu vou no postinho se tem tem se não tem eu já nem vou mais (IDOSO 44).</i> - <i>Nunca precisei deles porque esse problema de saúde eu mesmo encaminho eu mesmo faço eu vou atrás (IDOSO 46).</i> - <i>Nunca tive em nenhum desses nunca procurei graças a Deus nunca precisei (IDOSO 49).</i>

	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Não em lugar nenhum (IDOSO 50).</i> - <i>Não não sei de nada de lá (IDOSO 54).</i> - <i>Nunca fui na Câmara de vereadores nunca fui (IDOSO 55).</i> - <i>Nunca fiz nunca fui (IDOSO 56).</i> - <i>Não, deveria mas como praticamente porque eu geralmente não é necessário tenho uma vida mais ou menos estável né tenho unimed (IDOSO 63).</i> - <i>Não, a gente vai lá só pra pagar imposto (IDOSO 21).</i> - <i>Só pra pagar imposto e tomar uma fila ainda (IDOSO 22).</i>
--	---

Os idosos apontaram, em suas falas, que buscam ajuda na prefeitura e na câmara de vereadores, caracterizando assim o “jeitinho” como forma de efetivar um direito, pois preferem buscar a efetivação da política pública com vereadores do que no órgão competente, como o COMID. Alguns disseram ainda, que procuram ajuda por meio de Advogado. Todavia, 54 idosos, o que corresponde a 85,72% dos idosos entrevistados, disseram não buscar ajuda em nenhum espaço público, o que caracteriza (talvez) a falta de interesse em reivindicar seus direitos e a participar desses espaços.

Os representantes da sociedade civil e órgãos governamentais entrevistados foram indagados sobre a participação nos espaços de reivindicação de direitos, como o COMID, as Conferências Municipais, os Fóruns, as reuniões do Orçamento Participativo e as Associações de Moradores e, dos 11 (onze) representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais, 7 (sete) mencionaram a participação nas associações de moradores, 5 (cinco) nas reuniões do orçamento participativo, 4 (quatro) mencionaram que o único espaço que frequentam é a igreja, 2 (dois) no COMID, 1 (um) no grupo da ESF e os demais disseram não participar de nenhum espaço, conforme as evidências apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 - Participação dos representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais nos espaços de reivindicação de direitos

Participação nos espaços de reivindicação	Sociedade Civil	Órgãos governamentais
<ul style="list-style-type: none"> - Conselho de Assistência Social/CRAS; - COMID/Conselho do Idoso; - Conferências municipais/reuniões mensais; - Conselho técnico da equipe técnica do 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Nós participamos [...] do Conselho de Assistência Social e tem mais outras duas pessoas daqui que participam do Conselho do Idoso né das conferências municipais né reuniões mensais disso eu participo (SUJEITO 7)</i> - <i>Nós fizemos parte também do Conselho técnico da</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>A gente recebe os convites mais é do COMID né e nos fóruns que tem (SUJEITO 5).</i> - <i>É na verdade no município aqui todos os convites que a gente tem do COMID que sempre na semana do idoso eles fazem a conferência municipal do idoso nós participamos o nosso grupo participa daí a gente leva todo o</i>

<p>conselho da assistência social;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano plurianual (PPA); - Câmara de vereadores; - Assistência social, habitação, agricultura, infraestrutura urbana, saúde; - Secretaria de assistência social de desenvolvimento social; - Fóruns; - Poder Legislativo/Congresso Nacional/ Movimento dos inativos; - Conferência Municipal de Assistência Social; - CCI; - Comissão de associação, comissão de saúde municipal; - Semana do idoso, conferência municipal do idoso; - SESC; - Seminários; - Seminário de envelhecimento internacional da UFRGS - Conferências Municipais; - UnATI; 	<p>equipe técnica do conselho da assistência Social então nós fizemos visitas nas entidades e nos órgãos públicos que participam do conselho (SUJEITO 8).</p> <p>- Não, eu participei por 9 anos mais no legislativo no Congresso Nacional quando presidente da federação nós estávamos em comissão todas as federações do Brasil nós nos reunimos visitávamos o próprio plenário do congresso tanto do senado como da câmara e em visita aos gabinetes deputados e senadores levando as nossas reivindicações e pedindo atendimento aos idosos principalmente os aposentados essa luta a gente teve eu aprendi muito e infelizmente o que eu vou te dizer é a minha opinião a luta de rua para o idoso para o aposentado não tem resultado nenhum por que? Porque ele não tem repercussão quando muito uma repercussão local alguma televisão local canal local ou rádio local jornal local Mas nacionalmente não tem repercussão e de mais a mais o próprio Governo está convencido que o idoso e o aposentado não se reúne não luta por seus direitos e não causa o movimento que que é feito por ele não causa dano nenhum ao governo não tem nenhum não prejudica ninguém nem o comércio nem o governo de aparta eu ao contrário das outras classes que eu posso citar os trabalhadores banco e correios e outros</p>	<p>grupo mas aqui no município acho que seria mais ou menos isso mas fora daqui sim aí a gente participa de vários fóruns que o SESC proporciona pros funcionários e a gente participa de fóruns seminários a gente participou agora de um seminário de envelhecimento internacional da UFRGS e juntamente com o sesc então tem várias atividades fora do município que aí é o sesc que proporciona pra gente (SUJEITO 6).</p> <p>Tá do COMID então eu sou conselheira as conferências municipais a gente participa tanto na organização como participante também das conferências municipais e não só como conselheira mas também toda nossa participação existe a participação dos idosos do UNATI e dos professores que estão envolvidos no unati na organização e na participação então nas conferências nos fóruns do envelhecimento atualmente estou participando já teve outros professores que se envolveram no fórum e esses fóruns estamos então agora regulamentando toda questão do envelhecimento da participação do envelhecimento no fórum num e também existe um projeto né que tá sendo realizado e existe a participação caso da universidade através dos conselheiros desse fórum (SUJEITO 10).</p>
---	---	---

	<p><i>funcionários de outras que quando entram em greve do transporte Principalmente quando faz os seus movimentos urbanos estes dão prejuízo ao governo a nação e esses são atendidos agora o movimento dos inativos que o idoso é inativo não tem repercussão do governo e não oferece nenhum prejuízo ao governo o que que vai fazer o idoso o aposentado já por sua condição física ele não pode fazer nada e os outros saem fazendo quebra-quebra botando fogo aqui botando fogo ali os aposentados idosos não tem condições físicas de fazer se o fizessem o governo entenderia participei em Porto Alegre Brasília e outros estados. Para as reuniões do Comid tem me convidado às vezes vou na Câmara tenho participado agora mas aí é administrativamente da comissão de associação comissão de saúde municipal (SUJEITO 11).</i></p>	
--	--	--

Do exposto, notamos que, quando indagados sobre a participação nos espaços de reivindicação de direitos, os representantes institucionais mencionaram participar das associações de moradores, das reuniões do orçamento participativo, mencionaram também que o único espaço que frequentam é a igreja, o COMID e o grupo da ESF, sendo que os demais disseram não participar de nenhum espaço.

Dessa forma, referendaram, em suas falas, o Conselho de Assistência Social/CRAS; o Conselho do Idoso; as Conferências municipais/reuniões mensais; o Conselho técnico da equipe técnica do conselho da assistência social; o Plano plurianual (PPA); a Câmara de vereadores; a Assistência social, habitação, agricultura, infraestrutura urbana, saúde; a Secretaria de assistência social e de desenvolvimento social; os Fóruns; o Poder Legislativo/Congresso Nacional/ Movimento dos inativos; a Conferência Municipal de

Assistência Social; o CCI; a Comissão de associação, comissão de saúde municipal; a Semana do idoso, conferência municipal do idoso; o SESC; os Seminários; o Seminário de envelhecimento internacional da UFRGS; as Conferências Municipais; a UnATI. Sendo assim, notória a participação dos representantes nas questões voltadas ao envelhecimento.

E por fim, indagamos os 63 idosos sobre a participação nos espaços de reivindicação de direitos, como o COMID, as Conferências Municipais, os Fóruns, as reuniões do Orçamento Participativo e as Associações de Moradores. Dentre estes, 7 (sete) mencionaram a participação nas associações de moradores, 5 (cinco) nas reuniões do orçamento participativo, 4 (quatro) mencionaram que o único espaço que frequentam é a igreja, 2 (dois) no COMID, 1 (um) no grupo do ESF e os demais disseram não participar de nenhum espaço. O Quadro 6 demonstra essas evidências:

Quadro 6 - Participação dos idosos entrevistados nos espaços de reivindicação de direitos

Participação nos espaços de reivindicação de direitos	Idosos
Associações de Moradores	<p>- Não, só aqui que tem o Presidente do bairro aqui que daí a gente vai às vezes, a gente vai nessa reunião, só que nós vamos por enquanto (IDOSO 13).</p> <p>- Já fui presidente de bairro e sei a dificuldade que tem um presidente de bairro para conseguir alguma coisa para o seu bairro é muito difícil tem que brigar muito o presidente de bairro tem que se virar para conseguir o que ele precisa para os bairros. Tudo que eu falei é o que tá acontecendo né o que eu acho que cada vez eu acho que vocês estão fazendo essa pesquisa e é muito bom para que depois venha ao público para que as pessoas saibam o que está acontecendo na cidade no bairro eu acho que tem bairros que tá muito abandonado e precisa de ajuda eu acho que o orçamento participativo é muito bom também eu participo disso aí quando tem aí as reuniões eu vou eu acho que isso aí é muito bom e tem dado resultado (IDOSO 29).</p> <p>- Tá fui esse já tive lá (se referindo ao COMID), isso cada bairro acho que depois de amanhã vamos ter eu sou o fiscal eu tenho que participar (IDOSO 36).</p> <p>- Da associação de moradores (IDOSO 46).</p> <p>- Já fui presidente de bairro já tive nas associações lá na UAMCA mas olha muito pouco pelos bairros o que tu mais precisa tem que procurar a prefeitura implorar pedir mas consegui na medida do possível (IDOSO 57).</p>
Orçamento Participativo	<p>- Eu só participo quando é esse do Orçamento Participativo, desse eu participei muito, deu uma parada depois que entrou esse ex-prefeito parou com aquilo, mas agora vai voltar, tá voltando de novo né</p>

	<p>daí eu vou (IDOSO 7).</p> <p>- Também, eu participo dos Orçamento Participativo e do Conselho do idoso também e aqui precisaria ter uma associação de moradores porque nosso bairro aqui é grande, tá faltando aqui (IDOSO 11).</p> <p>- Já fui presidente de bairro e sei a dificuldade que tem um presidente de bairro para conseguir alguma coisa para o seu bairro é muito difícil tem que brigar muito o presidente de bairro tem que se virar para conseguir o que ele precisa para os bairros. Tudo que eu falei é o que tá acontecendo né o que eu acho que cada vez eu acho que vocês estão fazendo essa pesquisa e é muito bom para que depois venha ao público para que as pessoas saibam o que está acontecendo na cidade no bairro eu acho que tem bairros que tá muito abandonado e precisa de ajuda eu acho que o orçamento participativo é muito bom também eu participo disso aí quando tem aí as reuniões eu vou eu acho que isso aí é muito bom e tem dado resultado (IDOSO 29).</p> <p>- Desse negócio de participativo já participei tá faltando aqui tem a presidente do bairro mas tá faltando mais limpeza [...] (IDOSO 55).</p> <p>- Do orçamento participativo sim esse aí é importante, não sou tão atuante mas é importante (IDOSO 63).</p>
Igreja	<p>- Não, não participo, eu participo da igreja aqui que a gente tem alguma reivindicação nos cursos, nas campanhas que a gente se reúne nas casas (IDOSO 8).</p> <p>- Zero, nada, só vamos na capela da vila Lizabel, é a única coisa que a gente tem vínculo na comunidade, mas é só lá na vila Lizabel (IDOSO 21).</p> <p>- Nada, só vamos na igreja (IDOSO 22).</p> <p>- Não até não sou de participar muito o único lugar que eu vou e não é muito é na igreja católica só (IDOSO 49).</p>
COMID	<p>- Também, eu participo dos Orçamento Participativo e do Conselho do idoso também e aqui precisaria ter uma associação de moradores porque nosso bairro aqui é grande, tá faltando aqui (IDOSO 11).</p> <p>- Tá fui esse já tive lá (se referindo ao COMID), isso cada bairro acho que depois de amanhã vamos ter eu sou o fiscal eu tenho que participar (IDOSO 36).</p>
ESF	<p>- Não a não ser mesmo do grupo do posto né só o que eu participo né nos outros não (IDOSO 28).</p>
Não participa	<p>- Não participo de nada (IDOSO 2).</p> <p>- Não, nunca participei, a gente nunca vai (IDOSO 6).</p> <p>- Nunca fui convidada pra nada (IDOSO 9).</p> <p>- Não, participei umas vezes agora não vou mais, não adianta né, então eu não vou, perder tempo né, caminhar de varde (IDOSO 10).</p>

	<p>- Não participo, depois que me deu o AVC não (IDOSO 14).</p> <p>- Não, eu nem vou nessas coisas assim porque não adianta ir, então eu nem perco meu tempo[...] (IDOSO 23).</p> <p>- Nunca fui, nunca participei de nada porque não quero, nunca me envolvi (IDOSO 26).</p> <p>- Nunca fomos convidados nunca, sabia que existe isso aí mas nunca fomos convidados ah não ser vou te dizer uma coisa o que eu tenho aí viu é o Estatuto do Idoso ali eu leio aquilo ali qual é os direitos da gente o conhecimento jurídico eu tenho nós eu ele não somos beneficiados em nada fica só no papel [...] (IDOSO 27).</p> <p>- Não participo porque a minha atividade aqui é muito grande não tenho muito tempo de participar nessas reuniões nessas coisas assim até se a gente pudesse participava pra ajudar em alguma coisa mas eu não tenho tempo a gente trabalha muito (IDOSO 33).</p> <p>- Não, faz muito tempo que não participo (IDOSO 40).</p> <p>- Por enquanto não fui em nenhuma por aqui isso é muito difícil quando sai alguma aí sai muito tarde aí eu não vou (IDOSO 41).</p> <p>- Não participo de nada porque quase eu não posso caminhar né daí fica difícil (IDOSO 48).</p> <p>- É como eu te falei não participo (IDOSO 50).</p> <p>- Nada disso eu assisto eu sou fora de tudo essas coisas fora de tudo essas coisas porque eu não acredito mais nos homens nas pessoas entendeu eu não acredito mais ninguém [...] (IDOSO 52).</p> <p>- Não não vou mesmo nessas coisas porque vir pra fazer o que não tem o que a gente fazer nessas coisas não fazem nada mesmo olha os matagal que tá é isso aí isso aí (IDOSO 53).</p> <p>- Não, nunca fui lá no conselho do idoso, eu sei que existe (IDOSO 54).</p> <p>- Não participei e não participo (IDOSO 56).</p> <p>- Participei uma vez mas agora não vou mais (IDOSO 58).</p> <p>- Não costumo participar (IDOSO 60).</p> <p>- Eu não participo porque eu não acredito muito nisso tendo em vista a demora eu não acredito então eu prefiro às vezes fazer com meu próprio [...]eu tenho feito como eu posso sozinho mas eu devo participar sim como eu gosto da política e tal eu tenho que estar mais presente nisso aí e cobrar também se a gente vai ficar assim não querendo participar e não indo daí a coisa fica pior ainda (IDOSO 61).</p> <p>- Uma época eu participava mas agora eu sei que não</p>
--	--

<i>tinha necessidade eu não participo (IDOSO 62).</i>

Quanto à participação nos espaços de reivindicação de direitos, os idosos, em sua minoria, mencionaram as Associações de Moradores, as reuniões do Orçamento Participativo, a Igreja, o COMID e a ESF, sendo que grande parte dos idosos disseram não participar desses espaços.

Em consonância, observamos também a presença dos “jeitinhos” que correspondem à forma como as pessoas agem com a finalidade de resolver e/ou fazer alguma coisa, sendo que as respostas, em sua maioria, se referem à busca pela efetivação da política pública na Câmara de Vereadores. Houve um apontamento quanto ao chamado “Quem Indica (QI)”, o que também é considerado “jeitinho”. Essa evidência pode ser constatada nas falas dos idosos e dos representantes institucionais:

Sim, um vereador ajudou quando eu estava no hospital (IDOSO 17).

Não, por enquanto nunca precisei graças a Deus nunca precisei né, mas se um dia precisar o mais provável é ir na Câmara de vereadores o que graças a Deus nunca foi preciso, se um dia a gente vai na câmara de vereadores que é o mais propício pra isso aí (IDOSO 24).

Já fui lá nunca arrumei nada com eles (IDOSO 36).

Nunca procurei isso aí, acho que na Câmara né quando eu preciso é na Câmara de vereadores (IDOSO 39).

Bem no conselho como eu já disse sim né na prefeitura também através das secretarias então quando a gente realmente se depara com alguma situação a gente tem o apoio das secretarias municipais no sentido de resolver o problema, vereadores junto a câmara de vereadores há pouco tempo atrás a gente teve a participação de um vereador que se propôs a resolver um problema e com a participação dele nós conseguimos resolver esse problema então relacionado ao a um problema que aconteceu então com um idoso um idoso (SUJEITO 10).

O que que eu vou recorrer se tu recorrer tu não arruma nada tem que ir pela pessoa mesmo e dar fala com um e não arruma nada com ninguém não adianta nada tu só dá de cara fala com um é não posso fazer isso aqui eu sou o fiscal aqui e tem uma parada de ônibus chega de manhã cedo ali oh tem 12/13 pessoas chovendo não tem parada de ônibus pra pegar o ônibus fui lá falar com um vereador que foi o mais votado aqui ele disse olha nós temos o material mas não temos quem faça aí eu disse mas tu manda o material que eu faço pode trazer as coisas que eu vou fazer mas ninguém manda nada infelizmente ninguém manda nada não fazem não mandam material pra fazer e não fazem nada (IDOSO 36).

Bom infelizmente é uma pergunta que eu não vou poder responder porque eu felizmente nunca necessitei disso e sempre quando eu chegava sempre fui bem atendido e em questão de saúde a gente tem plano de saúde que é prontamente atendido então aí no caso eu não posso te responder como gostaria. É quando eu já o fiz mas aí entra aquela política que eu sou

*contra ela do chamado **QI (quem indica)** então os pedidos que eu fiz as pessoas que atendiam esse problema e eu pedi oh ele precisa disso e eles o fizeram e imediatamente atenderam o pedido foi funcionários que eram da área que a pessoa buscava o atendimento (SUJEITO 11)*

Dessa forma, constatamos que os idosos preferem buscar ajuda na Câmara de Vereadores ao invés dos espaços institucionalizados, o que configura a sua não participação e a ausência de reivindicação de direitos por parte dos idosos. Quanto aos representantes institucionais, houve um apontamento na busca da resolução de um problema na Câmara de Vereadores (sujeito 10) e um apontamento sobre o conhecido “QI - quem indica” (sujeito 11) caracterizando assim, os “jeitinhos”.

No entanto, a participação dos idosos nos espaços de reivindicação de direitos é mínima, fazendo com que não haja luta para a garantia de seus direitos, os quais estão elencados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto do Idoso, institutos que asseguram o cumprimento desses direitos em sua totalidade, permitindo que o idoso seja um cidadão de direitos e não uma “minorias”, e para isso basta o idoso se conscientizar, participar dos espaços institucionalizados e reivindicá-los. Portanto, essas práticas socioculturais de reivindicação de direitos precisam ainda ser ampliadas, especialmente entre a população idosa.

6 CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que os representantes institucionais colaboram para que as políticas públicas se efetivem, inclusive na tentativa de trabalhar em rede. Quanto aos idosos entrevistados, a minoria participa do Conselho Municipal do Idoso, embora possuam atitudes colaborativas, socializem as informações com os demais idosos e participem da associação de moradores, fazendo as reivindicações e buscando a ajuda de vereadores. Com essas práticas socioculturais, colaboram para a proposição, fiscalização e efetivação das políticas públicas. Todavia, demonstra-se a falta de participação dos idosos na reivindicação dos seus direitos, sendo que nesta pesquisa 50 (cinquenta) idosos questionados afirmaram que não colaboram de nenhuma forma, nem para propor nem fiscalizar, tampouco para procurar efetivar as políticas públicas, o que representa 79,36% deles.

Observamos, também, a presença dos “jeitinhos”, visto que não se procuram os espaços institucionalizados. Cabe ressaltar que os resultados demonstram que há uma significativa parcela dos idosos entrevistados que não sabe o que é uma política pública (87,30%), o que pode afetar diretamente nas práticas socioculturais quando necessitar fazer uso de seus direitos.

As instituições governamentais identificadas foram o Serviço Social do Comércio (SESC), o Conselho Municipal de Direitos do Idoso (COMID) e a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UNICRUZ); como instituições não-governamentais a União das Associações dos Moradores de Cruz Alta (UAMCA), a Associação Beneficente Santo Antônio (ILPI), a Igreja Luterana Cruz e a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta-RS.

Dentre as políticas públicas mais lembradas pelos entrevistados estão as de saúde, socialização e geração de renda, assistência social; habitação e educação, embora nas falas tenha aparecido referência a implementação e efetivação das políticas públicas voltadas ao idoso, com maior ênfase pelos entrevistados a assistência social e o lazer e menor efetividade em relação ao acesso aos serviços de saúde especialmente em relação ao acesso prioritário.

Percebemos que a maior representação, em termos de atores sociais está constituída por participantes da sociedade civil e governamental nos espaços institucionais como

COMID, SESC, UNICRUZ. Todavia, essa representação tem pouca participação de pessoas idosas, ou seja, nestes espaços os protagonistas nem sempre são pessoas idosas.

Com relação às práticas socioculturais dos representantes institucionais, ocorrem nos espaços específicos reservados para a busca pela política pública, como no caso das Secretarias de Desenvolvimento Social e de Saúde, dos Conselhos do Idoso e da Assistência Social, embora houve menção à necessidade do uso do “jeitinho” por meio da indicação de alguém influente (QI). Também citaram a Promotoria (Defensoria e Ministério Público), no caso de judicialização do direito, e ainda, a Polícia no caso de denúncias de maus tratos e/ou violência.

No que se refere as práticas socioculturais utilizadas pelos idosos para efetivação da política pública estes recorrem aos espaços públicos que estão disponíveis (ESF, à Secretaria de Saúde e Assistência Social; UPA, Prefeitura e CCI, Hospital e Médico) e às vezes recorrem ao Ministério e a Defensoria Pública. Mas também contam com familiares ou a busca pelos Agentes Comunitários de Saúde e terceiros, às vezes representados pelos advogados, os quais se referiram a pessoas com mais conhecimento (“pessoas que entendem mais”). Uma preocupação levantada é a busca pela Farmácia, ou seja, isto pode representar talvez a automedicação, o que precisaria de um aprofundamento específico. Poucos referiram busca de ajuda na Associação dos Aposentados e Pensionistas.

Assim, ao finalizar esta dissertação de mestrado, observamos que ela se constituiu em uma tentativa de abordar as políticas públicas e as práticas socioculturais voltadas ao idoso, ao envelhecimento, tomando-se como base o Município de Cruz Alta/RS, ao estudar os atores sociais, suas lutas e ações (práticas socioculturais).

Algumas concepções que possuíamos foram sendo transformadas, no decorrer da pesquisa e ainda poderão sofrer mudanças, pois essa temática está em constante transformação, já que a cada nova década entram para este ciclo do envelhecimento novas gerações de idosos. Assim, percebeu-se que as políticas públicas e as práticas socioculturais estão em constante movimento e transformações. Algumas não estão sendo contempladas em sua totalidade, mas existem, como a saúde quanto a questão de atendimento médico, medicamentos, remédios e receitas médicas, agendamento de consultas e realização de exames e acesso prioritário do idoso a esses serviços.

Notamos que as narrativas dos entrevistados serviram como forma de referenciar reivindicações por direitos, compondo, em Cruz Alta-RS, um movimento de afirmação política e luta social. Ficou patente que, para além do espaço institucional, político-partidário,

e das iniciativas do poder público, os sujeitos (atores sociais) atuam na sociedade local, como forma de reivindicação e posituação dos direitos do idoso.

Por outro lado, o papel do poder público como mediador para a obtenção de certas conquistas na vida do público idoso parece ter se ampliado, reivindicando direitos de acordo com seus próprios projetos e, também, pela participação da própria Secretaria de Desenvolvimento Social como membro do Conselho Municipal do Idoso. Sua participação reforça a necessidade de atender as reivindicações, mas ao mesmo tempo também traz ao conhecimento dos demais o que está de fato sendo realizado em termos de políticas públicas. Além disso, a pessoa responsável por essa pasta tem uma experiência de longos anos na área e na gestão pública, o que também facilita esses processos de efetivação das políticas reivindicadas.

Ressaltamos que, mesmo aquelas práticas mais individualizadas, ou melhor, que não lançam mão de uma organização mais institucional, são organizadas. Resultam de experiências dos atores sociais e do aprendizado que foram elaborando ao longo de suas trajetórias e nas lutas que enfrentaram no seu dia a dia. É um movimento que as pessoas não fazem sozinhas, mas com o aporte de ideias e informações, de exemplos proporcionados por aqueles que tiveram êxito e que conta com a solidariedade de outros.

O presente estudo pode ser compreendido como um esforço em produzir um trabalho acadêmico que possa dizer algo sobre a sociedade local e para a sociedade local. Não tivemos a intenção de encerrar a discussão, mas de buscar mais sobre as questões que deem subsídios acerca da condição sociocultural do idoso. Esperamos, com isso, ter conseguido instigar o início de outras tantas discussões. Gostaríamos de contar com a participação daqueles que compõem essa sociedade, que se interessem pelo assunto e estejam comprometidos com um futuro melhor para os nossos idosos. Pensamos que assim poderemos constituir um diálogo fecundo, do qual possam emergir outras políticas públicas e práticas socioculturais, que sirvam para pensar novos projetos e ações para o público idoso.

O que se precisa é publicizar aos próprios idosos a existência desses espaços específicos de reivindicação e busca da efetivação das políticas, como o COMID, por exemplo, para que esses não fiquem “nas mãos” de terceiros ou que precisem se utilizar de “jeitinhos” para conquistar a efetivação de seus direitos para minimamente usufruir de necessidades básicas como o acesso à saúde e à qualidade de vida.

Ressaltamos a importância das práticas socioculturais referente às políticas públicas, especialmente as práticas desenvolvidas pelos representantes institucionais, uma vez que contemplam a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, participando dos espaços, como o

COMID, nos quais há a oportunidade de compartilhar experiências e dividir conhecimentos, uma vez que a interdisciplinaridade visa propor novas relações, possibilitando as interações entre o indivíduo e a sociedade e assim permitindo o diálogo entre os diversos saberes e representantes institucionais.

Sendo que a intersetorialidade é o eixo estruturador das políticas públicas que leva em consideração os problemas sociais e visa instaurar uma aliança estratégica entre os representantes institucionais (atores sociais) e as instituições e que para isso é necessário a interação de dois ou mais setores, estando esses comprometidos com a efetivação dos direitos sociais e se anuncia como um modo de operacionalização de gestão social viável focada na busca da promoção das políticas públicas e suas práticas socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 13, n. 29, p. 435-444, jun. 2009.
- ALVES, Railda Sabino Fernandes; CARMO, Maria do. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, 2004.
- AMORIM, Maria Salete Souza de. **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007, p. 371.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. [org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54.
- AVRITZER, Leonardo. **Limites e potencialidades da expansão democrática no Brasil**. Ciclo de seminários, Fórum Social Brasileiro. Belo Horizonte, 2003, p. 06-07.
- BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Almedina Brasil. São Paulo: Edições 70, 2011.
- _____. Tradução de Augusto Pinheiro. 6 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATISTA, A. S. et al. **Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social**. Brasília: MPS/SPPS, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. **Para que serve a sociologia?** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BAZO, M. T. Aportaciones de las personas mayores a la sociedad: analisis sociológico. **REIS**, Madri, n. 73, 1996, p. 209-222.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERNARDES, M. A. F. Conselhos de Representação: espaços para os idosos se organizarem na defesa de seus direitos. **Revista Kairós**, São Paulo, v.10, n. 2 , p. 107–121, 2007.
- BERZINS, M. A. V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 19-35, 2003.
- BLESSMANN, Eliane Jost. A intersectorialidade na rede de atenção ao idoso. In: KEITEL, Ângela Simone Pires; HANSEN, Dinara; PERANZONI, Vaneza Cauduro (Orgs.). **Rede**

Escola de Governo: seminários regionais de capacitação da rede de proteção e atendimento à pessoa idosa. Curitiba: CRV, 2014, p. 101-112.

BOARETTO, R. C.; HEIMAN, L. S. Conselhos de Representação de idosos e Estratégias de participação. In: SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M.(Org) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1993.

BORGES, Maria Claudia Moura. Gestão participativa em organizações de idosos: instrumento para a promoção da cidadania. In: FREITAS, E. V. de. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Cap.154, p.1424-1429.

_____. Políticas públicas e sociais no Brasil. In: SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M.(Org) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos – 3 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas , 1988.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm> Acesso em 25 fev. 2018.

_____. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm> Acesso em 26 dez. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 18 out. 2016.

_____. **Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017**. Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, a fim de estabelecer a prioridade especial das pessoas maiores de oitenta anos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13466.htm> Acesso em: 28 mar 2018.

_____. **Lei nº 13.632, de 06 de março de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13632.htm> Acesso em 31 mar. 2018.

BREDEMEIRE, S.M.L. Conselho do idoso como espaço público. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n.75, p.84-102, 2003.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CANCELA, Diana Manuela Gomes. **O processo de envelhecimento**. Trabalho realizado no estágio de complemento ao diploma de licenciatura em psicologia pela universidade Lusíada do Porto, p. 01, 2007. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>> Acesso em 22 mar. 2018.

CANÔAS, Cilene Swain. **A condição humana do velho**. São Paulo: Cortez, 1985.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, 2003.

CASTRO, O. P. **Envelhecer: um encontro inesperado?** Sapucaí do Sul-RS: Notadez, 2001.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA; Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque. A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB. **Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Famílias**. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/9.pdf>. Acesso em 14 nov. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CICONELLO, Alexandre. **Oxfam International From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World**, Oxfam International, 2008.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MOTA, Normaston Rodrigues. Considerações sobre a relação entre descentralização e intersetorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. **Revista E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 23-41, dez. 2003. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/36443. Acesso em 14 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Texto Base. IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, 2004**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/textos/9conf_texto_base_sndh.pdf> Acesso em: 17 dez. 2017.

_____. **Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em 25 jun. 2017.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita e RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 54-87.

CRUZ ALTA. Prefeitura Municipal de Cruz Alta-RS. **Lei Municipal N° 2311/13**. Cruz Alta-RS, 2013.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FERREIRA, Aurelio Buarque de. **DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI, versão 3.0. VERBETE**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FARIA, Carlos Aurélio P. Ideias, conhecimentos e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 21-30, 2003.

FARIAS, R. G.; SANTOS, S. M. A. Influência dos determinantes do envelhecimento ativo entre idosos mais idosos. **Texto Contexto em Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 167-76, jan./mar. 2012.

FERNANDES, F. **As pessoas idosas na legislação brasileira: direito e gerontologia**. São Paulo: LTr, 1997.

FERRIGNO, J. C. A co-educação entre as gerações: um desafio da longevidade. **A terceira idade**, São Paulo, v. 17, nº 37, p. 16-26, out. 2006.

_____. Ação cultural e terceira idade. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 24-35, fev. 2005.

FRAIMAN, A. P. **Coisas da Idade**. São Paulo: Gente, 1995.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARCES, S. B. B.; BRUNELLI, A.; HANSEN, D. Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ: vivenciando o envelhecimento através da Universidade Aberta à Terceira Idade. In: OLIVEIRA, R. de C. da S.; D'ALENCAR, R. S. (Orgs.). **As experiências de universidades abertas em um Brasil que envelhece**. Curitiba, PR: CRV, 2011. p. 175-190.

GARCES, Solange Beatriz Billig. **Movimentação dos atores sociais na esfera pública e na sociedade civil: sociabilidades presentes no território dos idosos**. 354f. 2012. Tese (Doutorado- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2012.

GIEEH – Grupo de Estudos do Envelhecimento Humano da UNICRUZ. **Ações desenvolvidas pelo GIEEH**. Disponível em: <<http://unicruz.edu.br/busca.php?busca=gieeh>>. Acesso em 26 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDMAN, Sara Nigri. As dimensões sociopolíticas do envelhecimento. In: PY, L. et al. **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: Nau, 2004. Cap.3, p.61-81.

GOMES, H. M., et al. Extensão universitária: a arte de cuidar de idosos. **Revista Ciência e Saúde**, Porto Alegre-RS, v. 12, n. 1, p. 22-33, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Cidade, ONGs e ações coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 33 – 44, 1995.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pirâmide etária: 2010**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=430610&search=rio-grande-do-sul|cruz-alta|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em 14 nov. 2016.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

JAPIASSU, Hilton. Seminário Internacional sobre reestruturação curricular. Porto Alegre, 1994.

JORDÃO NETTO, A. **Gerontologia Básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 3, n. 3, mar-abr, 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/12980> Acesso em: 11 nov. 2016.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rosa Marie; KOMATSU, Suely. **Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**. XI Concurso de ensayos del clad “el tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”.

Caracas, 1997. Disponível em:

http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira_inojosa_komatsu_1997.pdf Acesso em: 14 nov. 2016.

KENIS, Patrick; SCHNEIDER, Volker. Policy Networks and Policy Analysis: Scrutinizing a New Analytical Toolbox. In: MARIN, Bernd; MAYNTZ, Renate (eds.). **Policy Networks**. Empirical Evidence and Theoretical Considerations. Frankfurt: Campus, 1991, p. 25-59.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. _____. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEÃO, M. A. B. G. Educação permanente de adultos maduros, idosos e de profissionais da área do envelhecimento: fundamentos para um projeto pedagógico de extensão universitária. **Revista de Extensão da Universidade de Taubaté**, São Paulo, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/extensao/article/viewFile/762/589>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LEVY, B. R. et al. Longevity increased by positive self-perceptions of aging. **Journal of personality and social psychology**, Washington, v. 82, n. 2, 2002, p. 261-270.

LOPES, A. Dependência, contratos sociais, e qualidade de vida na velhice. In: SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Org) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MINAYO, M.C.de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. São Paulo, Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A vida e a saúde do idoso na sociedade global e pós-industrial. **Arquivo de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.169-181, 2000.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, p.42, jan/mar 1998. Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2018.

MOISES, Valquiria da Silva. **Do jeitinho brasileiro ao Brazilian little way: uma leitura semiótica**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-01042015-114342/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MORAGAS, R. M. **Gerontología social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

MORANDINI, J. A velhice: uma abordagem social e jurídica. In: PASQUALOTTI, A.; PORTELLA, M. R.; BETTINELLI, L. A. **Envelhecimento humano**: desafios e perspectiva. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 288-310.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan-mar, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf> Acesso em 14 nov. 2016.

NÈRI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressa no Estatuto do Idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v.16, n.34, p.7-24, 2005.

OLIVEIRA, R. C. S. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**, São Paulo, v.12, n. 25, p. 37-52, ago. 2002.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. IX ANPED SUL. **Idoso: um novo ator social**. 2012. (Seminário). Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1886/73>> Acesso em 30 jun 2017.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **Políticas Públicas, Educação e Cidadania na Terceira Idade**. 2009. (Seminário PUCPR). Disponível em < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2568_1053.pdf> Acesso em 09 jun 2017.

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? In: PAIVA, V.; RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985. p. 7-63.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no séc. XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. et al.(Orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Kroogan, 2002.

PASCHOAL, S. M. P. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PAVARINI, S.C.I. et al. A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão. **Revista Texto & Contexto Enfermagem[online]**, Florianópolis-SC, v.14, n.3, p. 398-402, jul./set.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a11.pdf>>. Acesso em 24 fev.2018.

PEIXOTO, C. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersectorialidade das Políticas Sociais na perspectiva Dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos**. São Paulo: Paulinas, 2002.

REIS, L. M. A. **Maturidade**: manual de sobrevivência da mulher de meia idade. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RODRIGUES, Jovina Moreira Sérvulo. A intersectorialidade entre as políticas públicas de saúde e de assistência social pós constituição brasileira de 1988. **V jornada internacional de políticas públicas**, São Luís, UFMA, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/impasses_e_desafios_das_politicas_da_seguridade_social/a_intersectorialidade_entre_as_politicas_publicas_de_saude.pdf. acesso em: 14 nov. 2016.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-752, 1998.

SÁ, J. L. M. Educação e envelhecimento. In: PY, L. (et al). **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

SALLES, R. A; FARIA, M. E. B. A família: base para a (re) habilitação profissional do deficiente auditivo. **Serviço construindo o social**, Bauru (SP), ano 10, n 1, 1997.

SANTANA, H. B; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 429-461.

_____. **A crítica da razão indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. Cortez: São Paulo, 2000.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Cortez: São Paulo, 2006.

_____. _____. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. A. S.; DIAS, D. S. Intersetorialidade: o desafio de uma nova arquitetura em Betim. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 119-129, jul./dez. 2012.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. FERNANDES, Maria das Graças Melo. Políticas públicas e direitos dos idosos: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. **Revista achegas.net**, online, número 34, março- abril 2007. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf. Acesso em: 18 ago.2017.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre-RS, v. 5. n. 1, p. 29-57, jan.-jun. 2005.

SCHONS, C.R.; PALMA, L.T.S. **Política social para a velhice**: instrumento de integração ou marginalização social? Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC. **O século da Terceira idade**. São Paulo, 2003.

SILVA, J. C. Velhos ou idosos. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 94-111. jan. 2003.

SIQUEIRA, L. M. Encontro Velhos Cidadãos. **A Terceira Idade**, São Paulo, ano 12, , n. 21, p. 34-40, 2001.

SMETHURST, W. S. Envelhecimento ativo: da intenção à ação. In: Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste, 2004. Recife, **Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste**, ABEP, 2004, p. 150-155.

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez., 2003.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

STEGLICH, L. A. **Crises normais da vida adulta**. Passo Fundo: UPF, 1992.

TOURAINÉ, A. P. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.
UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade. Disponível em: <<http://unicruz.edu.br/busca.php?busca=unati>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

UNICRUZ. **Proposta de mestrado do programa de pós-graduação em práticas socioculturais e desenvolvimento social**. Cruz Alta-RS, 2013.

UVO, R. T.; ZANATTA, M. de L. A.L. O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v.16, n.33, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo.. Currículo, disciplina e interdisciplinaridade **Revista da Fundação Para o Desenvolvimento da Educação**, São Paulo (SP), v. 26, p. 105-119, 1995.

VELOZ, M. C. T; SCHULZE, C. M. N; CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p 479-501, 1999.

VERAS, R. P. Atenção Preventiva ao Idoso:uma Abordagem de Saúde Coletiva. In: PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia: A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

WARSCHAUER, M. ; CARVALHO, Y.M.de. O conceito Intersetorialidade: contribuições ao debate a partir do Programa *Lazer e Saúde* da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100191#B6>

WHITAKER, D. C. A. **Envelhecimento e poder**. Campinas: Alínea, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

YAZBEK, M. C. **Sistemas de Proteção Social, intersetorialidade e integração de políticas sociais**. Rio de Janeiro, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, NOME XXX, CARGO OU FUNÇÃO XXX, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **“CONDIÇÃO SOCIOCULTURAL DO IDOSO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO E POSITIVAÇÃO DOS SEUS DIREITOS”**, sob responsabilidade dos pesquisadores Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Anatane Pinto Hoppe, orientada pela Prof. Dr^a. Solange Beatriz Billig Garces, para a efetivação da pesquisa a mestranda necessitará coletar dados de pesquisa na Instituição que está sob minha responsabilidade e, para isso solicita a minha autorização. Para isto, será disponibilizado ao pesquisador o uso do espaço físico e documentos da instituição para análise, e demais documentos necessários ao longo da pesquisa. A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de reconhecer em sua práxis e estratégias metodológicas/educacionais, ações que visem discutir a efetivação das políticas públicas voltadas aos idosos, bem como da importância da participação dos atores sociais, especialmente os que representam a sociedade civil.

Cruz Alta, ___ de _____ de 2017.

NOME DA VOSSA SENHORIA
CARGO OU FUNÇÃO

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: CONDIÇÃO SOCIOCULTURAL DO IDOSO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO E POSITIVAÇÃO DOS SEUS DIREITOS

Nome da Pesquisadora: Anatane Pinto Hoppe

Nome da Orientadora: Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

O(A) Senhor(a) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo *Analisar as práticas socioculturais utilizadas pela sociedade civil da cidade de Cruz Alta – RS, como forma de proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento.* Ao participar deste estudo o(a) Senhor(a) permitirá que a pesquisadora obtenha dados para o seu Projeto de Dissertação de Mestrado, cuja pesquisa contribuirá para discutir a efetivação das políticas públicas voltadas aos idosos, bem como a importância da participação dos atores sociais, especialmente os que representam a sociedade civil. A sua participação no estudo se dará através de respostas a uma entrevista. As questões foram elaboradas com o fim de compreender melhor a temática e não oferecem nenhum risco à sua dignidade e a sua instituição, porém algumas questões podem aflorar em você sentimentos de tristeza ou frustração. Todavia esses sentimentos serão trabalhados pela pesquisadora demonstrando ser um processo natural e aceitável sem provocar desequilíbrios emocionais duradouros ou maiores constrangimentos. O(A) Senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o(a) senhor(a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, respeitando-se a privacidade do(a) pesquisado(a) e da instituição em todas as fases da pesquisa, especialmente na apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa. Ao participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento, bem como a importância da participação dos atores sociais, especialmente os que representam a sociedade civil. Posteriormente, os resultados da pesquisa serão socializados entre os participantes, por meio de seminários nas instituições pesquisadas. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento, de forma livre, para participar desta pesquisa. Portanto, este termo será preenchido em duas vias assinadas pela pesquisadora e por você, caso aceite participar da pesquisa e ficará com uma cópia.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Nome do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa: _____

Coordenadores da Pesquisa: Anatane Pinto Hoppe

Fone: (55) 33211500 e-mail: t.anyho@hotmail.com

Nome e assinatura do Coordenador da Pesquisa: _____

Solange Beatriz Billig Garces _____

Fone: (55)33211500 – e-mail: sgarces@unicruz.edu.br

Endereço CEP/UNICRUZ Fone/Fax: (55) 3321-1500

Campus Universitário Dr. Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km

5.6 –Parada Benito - CEP 98.005-972

Caixa Postal 838 - Cruz Alta/RS



APÊNDICE C – ENTREVISTA PARA OS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES

Você está convidado (a) a responder este questionário que faz parte da coleta de dados da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta.

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Instituição que representa:

Tempo de participação:

1. Como iniciou o seu envolvimento com a questão do envelhecimento?
2. Para você o que são Políticas Públicas?
3. Você conhece as políticas públicas (direitos) voltadas aos idosos? Quais que você conhece?
4. Como você tomou conhecimento dessa(s) política(s) pública(s)?
5. De que forma você colabora para proposição, fiscalização e efetivação da política pública?
6. Quais são as instituições e órgãos responsáveis pela instituição dessas políticas públicas no município de Cruz Alta/RS?
7. Quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) no município existe maior implementação e efetivação? Justifique:
8. Quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) não estão implementadas ou se efetivam? Justifique:
9. Quando você precisa buscar a efetivação de uma política pública (direito) em relação ao idoso, como você age? A quem você recorre?
10. Você costuma buscar ajuda para efetivação das políticas públicas do idoso, na prefeitura, no Conselho, na Câmara de Vereadores? Justifique:

11. Como é sua participação nos espaços de reivindicação de direitos (COMID, Conferências Municipais, nos Fóruns, nas reuniões do Orçamento Participativo, das Associações de Moradores)?

APÊNDICE D – ENTREVISTA PARA OS IDOSOS

Você está convidado (a) a responder este questionário que faz parte da coleta de dados da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta.

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

ESF que está cadastrado:

1. Você sabe o que são Políticas Públicas?
2. Você conhece as políticas públicas (direitos) voltadas aos idosos? Quais que você conhece?
3. Como você tomou conhecimento dessa(s) política(s) pública(s)?
4. De que forma você colabora para proposição, fiscalização e efetivação da política pública?
5. Quais são as instituições e órgãos responsáveis pela instituição dessas políticas públicas no município de Cruz Alta/RS?
6. Quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) no município existe maior implementação e efetivação? Justifique:
7. Quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) não estão implementadas ou se efetivam? Justifique:
8. Quando você precisa buscar a efetivação de uma política pública (direito) em relação ao idoso, como você age? A quem você recorre?
9. Você costuma buscar ajuda para efetivação das políticas públicas do idoso, na prefeitura, no Conselho, na Câmara de Vereadores? Justifique:
10. Como é sua participação nos espaços de reivindicação de direitos (COMID, Conferências Municipais, nos Fóruns, nas reuniões do Orçamento Participativo, das Associações de Moradores)?

APÊNDICE E – CARTA DE VALIDAÇÃO



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL –
MESTRADO

Carta de Validação

Prezado(a)

Tenho o prazer de apresentar-lhes a mestranda Anatane Pinto Hoppe, do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, minha orientanda, que está desenvolvendo o projeto, intitulado **“CONDIÇÃO SOCIOCULTURAL DO IDOSO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO E POSITIVAÇÃO DOS SEUS DIREITOS”**.

O projeto tem por objetivo geral *Analisar as práticas socioculturais utilizadas pela sociedade civil da cidade de Cruz Alta – RS, como forma de proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento.*

Neste momento da pesquisa, foi elaborado o questionário semiaberto, anexo, o qual lhe apresento, solicitando sua leitura e análise, tendo em vista a validação, a fim de ser aplicado com os integrantes do *corpus* da pesquisa (representantes de instituições governamentais e não governamentais).

Antecipadamente, agradeço-lhe por sua importante contribuição.

Cordialmente,

Prof. Dr^a. Solange Beatriz Billig Garces,
Docente do PPG em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social e Pró-Reitora
de Pós-Graduação

APÊNDICE F – MATRIZ DE ANÁLISE

Objetivos	Categorias	Indicadores	Questões/ Documentos	Informações
1	Descrever as políticas públicas voltadas às pessoas idosas, ofertadas por instituições governamentais e não governamentais na cidade de Cruz Alta – RS	-Identificar o que são políticas públicas e quais existem	2,3,4,5	<p>- Políticas de Saúde e qualidade de vida, desenvolvidas nas Estratégias de Saúde da Família- ESF, por meio de programas (atividades físicas e palestras);</p> <p>- Políticas de socialização e geração de renda (artesanato, oficinas de geração de trabalho e renda e oficinas específicas do Centro de Convivência: memória, coral, geração de trabalho e renda);</p> <p>- Políticas de Assistência Social desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência</p>

				<p>Especializado de Assistência Social - CREAS (acolhimento, oficinas intergeracionais, inclusão social e de saúde, retomada dos vínculos familiares);</p> <p>- Políticas de Habitação (acessibilidade nos projetos);</p> <p>- Políticas de Educação (estudo dos Direitos, especialmente os do Estatuto do Idoso).</p>
2	Identificar as instituições governamentais e não governamentais que ofertam ações voltadas ao envelhecimento na cidade de Cruz Alta – RS	Órgãos responsáveis pela instituição dessas políticas públicas	6	<p>-Serviço Social do Comércio- SESC;</p> <p>-Conselho Municipal do Idoso – COMID;</p> <p>- Universidade de Cruz Alta, por meio do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade-UNATI;</p> <p>- União das Associações de Moradores de Cruz Alta –</p>

				<p>UAMCA;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI; - Igreja Luterana Cruz; - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cruz Alta-RS.
3	<p>Investigar em quais políticas públicas voltadas ao idoso (habitação, saúde, educação, assistência social, lazer) existe maior implementação e efetivação e em quais há maiores lacunas</p>	<p>Políticas públicas implementadas e efetivadas</p>	7,8	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde; - Socialização; - Geração de renda; - Assistência social; - Habitação; - Educação.
4	<p>Verificar quem são os atores sociais (sociedade civil e governamental) que se envolvem com a questão do envelhecimento e a que instituição está vinculada.</p>	<p>Envolvimento com a questão “envelhecimento”</p>	1	<ul style="list-style-type: none"> - Participantes da sociedade civil e governamental nos espaços institucionais como COMID, SESC e UNICRUZ.

5	Compreender quais práticas socioculturais são utilizadas pela sociedade civil da cidade de Cruz Alta-RS, como forma de proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento	Busca pela proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento	9,10,11	<p>- Representantes institucionais: Secretarias de Desenvolvimento Social e de Saúde; Conselhos do Idoso e da Assistência Social; Indicação de alguém influente (QI); Promotoria; Polícia.</p> <p>- Idosos: ESF; Secretaria de Saúde e Assistência Social; UPA; Prefeitura; Centro de Convivência do Idoso; Hospital; Ministério Público; Defensoria Pública; Familiares; Agentes Comunitários de Saúde; Advogados; Associação dos Aposentados e Pensionistas.</p>
---	--	--	---------	--

APÊNDICE G - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DE INFORMAÇÕES

Este termo assinado visa a confidencialidade e sigilo em relação às informações consideradas confidenciais a que poderão ter acesso os sujeitos participantes da pesquisa “**CONDIÇÃO SOCIOCULTURAL DO IDOSO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS UTILIZADAS PARA REIVINDICAÇÃO E POSITIVAÇÃO DOS SEUS DIREITOS**” que tem como objetivo *Analisar as práticas socioculturais utilizadas pela sociedade civil da cidade de Cruz Alta – RS, como forma de proposição, efetivação e controle das políticas públicas voltadas ao envelhecimento.* Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, tem como pesquisadora responsável a acadêmica Anatane Pinto Hoppe e a orientadora da pesquisa prof.^a Dr.^a. Solange Beatriz Billig Garcês. Por este termo, comprometem-se:

- 1) a não compartilhar nenhum tipo de informação de caráter confidencial ou sigiloso de um ou mais participantes, com pessoas de fora deste grupo.
- 2) será respeitado o sigilo de informações tanto em caráter individual quanto coletiva quando da apresentação - por parte da pesquisadora responsável - dos resultados dessa pesquisa em publicação científica ou educativa.

Cruz Alta, 04 de julho de 2017.

Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garcês
Pesquisadora/ Orientadora
RG 6035506077

Anatane Pinto Hoppe
Pesquisadora/Orientanda
RG: 1093878328

